

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

**REPOSITÓRIOS DIGITAIS INSTITUCIONAIS:
UM VIÉS PELA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

IZABEL DA MOTA FRANCO

SÃO CARLOS - SP
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

IZABEL DA MOTA FRANCO

**REPOSITÓRIOS DIGITAIS INSTITUCIONAIS:
UM VIÉS PELA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Linha de Pesquisa 2 – Gestão Tecnológica e Sociedade Sustentável
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ariadne Chloe Mary Furnival

SÃO CARLOS - SP
2015

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

F825rd Franco, Izabel da Mota.
Repositórios digitais institucionais : um viés pela lei de
acesso à informação / Izabel da Mota Franco. -- São Carlos :
UFSCar, 2015.
140 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

1. Comunicação na ciência. 2. Repositórios institucionais.
3. Acesso aberto à informação. 4. Lei de acesso à
informação. I. Título.

CDD: 302.2 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Izabel da Mota Franco, realizada em 27/02/2015:

Prof. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival
UFSCar

Prof. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa
UFSCar

Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro
UNICAMP

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo aos meus pais José Teixeira Franco e Felícia da Mota Franco (*in memoriam*), com todo meu amor e gratidão por tudo que fizeram por mim ao longo de suas vidas com seus ensinamentos, os valores da vida, da honestidade e da humildade. No paraíso onde é vossa moradia tenho certeza que estais olhando por mim e me guiando na conquista desta realização. Saudades eternas...

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade dada a mim de ter a vida, por sempre ser meu guia e por me conceder a realização de cursar o mestrado.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ariadne Chloe Mary Furnival pela paciência na orientação, por seu incentivo e sua amizade.

Às Prof^{as}. Dr^{as} Márcia Regina da Silva - FFCLRP-USP e Elenise Maria de Araujo - EESC-USP, pelos exemplos de atenção e prontidão em aceitarem a participar desta Banca Examinadora de defesa como suplentes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, por proporcionar a realização deste estudo.

Às minhas colegas de trabalho do Departamento de Processamento Técnico da Biblioteca Comunitária da UFSCar, por concordarem com as minhas ausências e compreendê-las durante as aulas do mestrado.

Aos colegas Ronildo S. Prado e Vera L. Cósia, da Biblioteca Comunitária, pelo sempre pronto atendimento.

Às colegas Jandira Rossi e Caroline Periotto pelo apoio e incentivo.

À minha filha Gabriela G. Franco Angeli, razão da minha existência, pela compreensão dos momentos de ausência.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram no apoio a este trabalho.

“O direito de acesso à informação é um direito humano fundamental e está vinculado à noção de democracia. Em um sentido amplo, o direito à informação está mais comumente associado ao direito que toda pessoa tem de pedir e receber informações que estão sob a guarda de órgãos e entidades públicas. Dessa forma, para que o livre fluxo de ideias e informações sejam garantidos é extremamente importante que os órgãos públicos facilitem aos cidadãos o acesso a informações de interesse público”.

(Controladoria-Geral da União, 2013)

RESUMO

As universidades, como espaços de produção e transferência do conhecimento científico, concentram o trabalho de docentes e pesquisadores, gerando vários estudos, em diversas áreas, que precisam ser disseminados e usados para garantir o progresso da ciência. Os Repositórios Institucionais (RIs) de Acesso Aberto surgem para atender essa necessidade de favorecer maior divulgação, até então impedida pelos custos de acesso às revistas científicas, sobretudo nos países da Europa e nos EUA. No Brasil, a preocupação com o Acesso Aberto é mais recente: data de 2005; mas a partir de 2011 ganha impulso, com a instituição da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). A lei objetiva estender, dar transparência e acelerar o acesso à informação ao público em geral, tornando as instituições mais visíveis, com relevância social e econômica, demonstrando assim o valor público de suas atividades. Diante desse cenário, muitas instituições no Brasil estão se esforçando para sistematicamente disponibilizar o acesso às informações de todo tipo que geram (produção de caráter artístico, tecnológico, acadêmico, científico e cultural da organização). Isso inclui a denominada Literatura Cinzenta, que são relatórios técnicos, de pesquisa, publicações governamentais, traduções avulsas, *preprints*, dissertações, teses e literatura originada de encontros científicos, como os anais de congressos. Nesta circunstância, a comunidade científica e a comunidade funcional das instituições podem se apoiar nessa ferramenta (RI), que possibilita a recuperação, a disseminação, a preservação da memória institucional e o acesso para outras universidades e para a sociedade brasileira. Neste contexto, a proposta de pesquisa teve como tema geral o Acesso Aberto, e seu objeto de estudo são o conceito e as políticas relacionados aos Repositórios Institucionais (RIs). A pesquisa centralizou-se na questão da possível necessidade de ampliar o conceito de Repositório Institucional, indo além de ser exclusivamente para a guarda e disseminação da produção científica. O objetivo da pesquisa foi de levantar e apontar potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI que contemplasse um conceito mais amplo. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, adotando a coleta de dados sistematizada, de acordo com um rol de termos entendidos como pontos-chave. Junto com a pesquisa bibliográfica, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com *stakeholders* no processo da disseminação das informações geradas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, sendo que as categorias analíticas foram identificadas no levantamento na fase da pesquisa bibliográfica; para análise das entrevistas optou-se pela análise de conteúdo. O resultado deste estudo se efetivou numa sistematização de conceitos e argumentos que puderam subsidiar a formulação de uma política de RI que abrangesse tanto a necessidade da maior divulgação e disseminação da informação científica, dentro da comunidade científica e para o público em geral, quanto da informação pública para as mesmas comunidades.

Palavras-chave: Repositório Institucional; Comunicação científica; Acesso Aberto à Informação; Lei de Acesso à Informação.

ABSTRACT

Universities, as spaces for the production and transfer of scientific knowledge, concentrate the work of professors and researchers, generating several studies in various areas, that need to be disseminated and used to ensure the progress of science. Open Access Institutional Repositories (IRs) were created to meet this need of promoting the greater propagation of knowledge, until then hindered by the costs of access to scientific journals, especially the ones originating in Europe and the USA. In Brazil, the concern with open access is more recent; it dates from 2005, but from 2011, it was boosted with the establishment of the Information Access Act (Law No. 12.527, from 11/18/2011). This aims to extend, enforce transparency and speed up access to information to the general public, making the institutions more visible with social and economic relevance, which thus demonstrates the public value of their activities. Given this scenario, many institutions in Brazil are striving to systematically provide access to all kinds of information that they generate (the organization's products of an artistic, technological, academic, scientific and cultural character). This includes so-called grey literature, which is made up of technical reports, research, government publications, single translations, *preprints*, theses, dissertations and literature originated from scientific meetings, such as congresses/annals. Under these circumstances, the scientific and functional communities of institutions can rely on the RI as a tool to retrieve, disseminate and preserve institutional memory and access to other universities and the Brazilian society. In this context, the central theme of the present research is open access, and its object of study is the concept and policies related to Institutional Repositories (IRs). The research is centered on the question of the possible need to expand the concept of Institutional Repository, going beyond being exclusively for the storage and dissemination of scientific communications. The objective of this research is to find and point out potential subsidies for the development of an IR policy that covers this wider concept. In order to do so, we will use bibliographical research, adopting systematic data collection, according to a list of terms as key points. We also conducted semi-structured interviews with stakeholders in the process of dissemination of information generated at the Federal University of São Carlos (UFSCar). Data analysis was performed qualitatively; the analytical categories were identified in the survey at the stage of bibliographical research and content analysis was used to analyze the interviews. The results of this study systematize concepts and arguments that can underpin the formulation of an IR policy to cover both the need for greater disclosure and dissemination of scientific information to the scientific community and the general public, as well as public information for the same communities.

Keywords: Institutional Repository; Scientific communication; Open access to information; Law of Access Information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo tradicional da comunicação científica de Garvey e Griffith (1970)	53
Figura 2 – Modelo de comunicação científica para 2020 de Hurd (2020)	54
Figura 3 – Modelo de Costa (2008), adaptação do modelo de Garvey & Griffith para um ambiente baseado nos meios impresso e eletrônico e no Acesso Aberto.	55
Figura 4 – Localização dos RIs no Brasil	75
Figura 5 – Tipos de combinações para definição de licenças.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pedidos e respostas dos cidadãos (2012)	33
Tabela 2 – Órgãos e suas demandas	34
Tabela 3 – Impacto da internet no sistema de comunicação.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pedidos de informação e respostas registrados no e-SIC/CGU em 2013 e 2014..	34
Gráfico 2 – Pedidos de informação e respostas registrados no e-SIC/UFSCar.....	35
Gráfico 3 – Resultado ordenado por número de registros	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Competência de classificação na Administração Pública Federal.....	29
Quadro 2 – Desafios na Lei de Acesso à Informação brasileira.....	37
Quadro 3 – Eventos em favor da Literatura Cinzenta	40
Quadro 4 – Classificação de documentos cinzentos.....	44
Quadro 5 – Iniciativas em alguns países	47
Quadro 6 – Algumas iniciativas do movimento AO	61
Quadro 7 – Algumas iniciativas no Brasil.....	68
Quadro 8 – Definição de repositório temático.....	72
Quadro 9 – Definição de Repositório Institucional	73
Quadro 10 – Diferença entre RI e Biblioteca Digital	76
Quadro 11 – Esclarecimentos de controvérsias acerca de RIs	77
Quadro 12 – Etapas da organização da codificação	94
Quadro 13 – Entrevistas realizadas	98
Quadro 14 – Exemplo de categorização de acordo com a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2010)	103
Quadro 15 – Relações entre os objetivos, categorias e questões.....	105
Quadro 16 – Categorias e Subcategorias	105
Quadro 17 – Objetivos de um RI.....	106
Quadro 18 – Equipe e manutenção.....	107
Quadro 19 – Documentos da produção administrativa (não científicos) e de memória.....	108
Quadro 20 – Autoarquivamento	110
Quadro 21 – Depósito mediado.....	110
Quadro 22 – Povoamento do RI.....	111
Quadro 23 – Democratização do acesso ao Conhecimento e Informação	112
Quadro 24 – Padrão (Metadados).....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARIST	Annual Review for Information Science and Technology
ARPANET	Rede da Advanced Research Projects Agency – Agência de Projetos de Pesquisa Avançados – EUA
BBB	Manifesto de Berlim, Budapeste e Bethesda
BCo	Biblioteca Comunitária
BD	Biblioteca Digital
BDT	Portal de Teses e Dissertações
BOAI	Budapeste Open Access Initiative
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Creative Commons
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFOA	Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
DICI	Diálogo Científico
ECA/USP	Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
EdUFSCar	Editora da Universidade Federal de São Carlos
GreyNet	Grey Literature Network Service
HP	Hewlett-Packard
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBSN	Internet Blog Serial Number
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA	International Federation of Library Associations
ISBN	International Standard Book Number
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

MinC	Ministério da Cultura do Brasil
MIT	Massachusetts Institute of Technology
NIH	National Institute of Health
NPC	Núcleo de Produção Científica
OA	Open Access
OAI	Open Archives Initiative
OAI-PMH	Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
OCDE	Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OJS	Open Journal Systems
OpenDOAR	Directory of Open Access Repositories
OSI	Open Society Institute
PKP	Public Knowledge Project
PLOS	Public Library of Science
PMC	PubMed Central
PropQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PropG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
RDs	Repositórios Digitais
RI	Repositório Institucional
ROAR	Diretório Internacional de Repositórios de Acesso Aberto
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
e-SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIBD	Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais
SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SIGLE	System for Information on Grey Literature in Europe
SIN	Secretaria Geral de Informática
TDA	Titularidade do Direito Autoral
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Web	World Wide Web

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Questão da Pesquisa	16
1.2 Objetivos e Justificativas.....	17
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos	20
2 O CAMPO CTS (CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE) E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	23
3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	27
3.1 Cultura de Segredo e Cultura de Acesso	31
3.2 Literatura Cinzenta	38
3.2.1 Literatura Cinzenta: iniciativas.....	46
4 AMBIENTES DIGITAIS DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO CTS.....	49
4.1 Movimento de Acesso Aberto	57
4.1.1 Via Verde e Via Dourada	63
4.2 Movimento de Acesso Aberto no Brasil.....	66
4.2.1 Repositórios digitais	69
4.2.2 Planejamento – políticas para repositório institucional	78
4.2.3 Implantação – metadados	81
4.2.4 Funcionamento – povoamento dos RIs	82
4.2.5 Direito autoral e acesso aberto.....	82
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E COLETA DE DADOS.....	90
5.1 Categorização.....	95
5.1.1 Análise por categoria	96
6 ANÁLISE DOS DADOS	100
6.1 Análise de Conteúdo	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A	131
APÊNDICE B.....	134
ANEXO A.....	135
ANEXO B	137

1 INTRODUÇÃO

As universidades, consideradas instituições importantes da sociedade contemporânea, desempenham o importante papel de fornecer os princípios da pesquisa e do ensino, gerando produção do conhecimento científico. Todo esse conhecimento científico produzido nas universidades precisa ser disseminado. As tecnologias de informação estão em constante transformação, modificando a maneira como trabalhamos, estudamos e nos comunicamos. Essa transformação nos revela que, nesta última década, está ocorrendo uma reforma do sistema de comunicação científica.

Há três décadas, Garvey e Griffith (1979) consideravam que a comunicação científica compreendia ações vinculadas à produção, disseminação e uso da informação, abrangendo desde a concepção que dá origem à pesquisa até sua incorporação ao corpo do conhecimento científico. Esse processo comunicacional ocorreria através de canais heterogêneos, formais e informais, e teria como emissor o próprio gerador do conhecimento científico – pesquisador ou cientista. As revistas científicas constituem o principal canal formal de comunicação, de disseminação da ciência e de legitimação da autoria das descobertas científicas.

Leite (2009a, p. 14) enfatiza que

[...] com o surgimento dos periódicos científicos eletrônicos na década de 1990, a própria comunidade científica, o cerne do sistema de publicações científicas começa a ser alvo das transformações apenas recentemente. A própria comunidade científica passa a questionar a lógica do sistema de publicação científica tradicional, em que os editores científicos comerciais retêm os direitos autorais patrimoniais, atribuem preços excessivos e impõem barreiras de permissão sobre publicações de resultados de pesquisa financiadas com recursos públicos, limitando a visibilidade e a circulação do conhecimento científico.

Neste particular Prosser¹ (2003), citado por Leite (2009b), destaca que

O principal meio de comunicação entre os pesquisadores, o periódico científico acabou gerando alguns inconvenientes, conseqüentemente os pesquisadores não conseguem ter acesso a toda a literatura científica que necessitam para contribuir com o progresso da ciência, essa ação acaba por limitar a aceleração e a disponibilização à pesquisa científica. Nesse cenário, surgem insatisfações em vários níveis:

a) Autores (pesquisadores) acabam por não ser vistos por todos os pares e

¹ PROSSER, David. **Information revolution: can institutional repositories and open access transform scholarly communications?** The ELS Gazette, v. 15, July 2003.

não têm o reconhecimento desejado; a cessão exclusiva de direitos em troca da publicação impede que o autor tenha poderes sobre seu trabalho (não pode distribuir).

b) Leitores (outros pesquisadores) não têm acesso a toda literatura científica de que necessitam, tornando-se menos produtivos.

c) Bibliotecas não podem satisfazer as necessidades de informações de seus usuários.

d) Agências de fomento, Institutos de pesquisas/ Universidades, não possuem controle da produção científica que financiam e não têm condições de manter assinaturas de periódicos científicos.

A partir desses descontentamentos, vários atores do cenário buscaram soluções para o acesso em favor do conhecimento científico, assunto que será discorrido em seção própria sobre as iniciativas do Acesso Aberto.

1.1 Questão da Pesquisa

Qual a necessidade de ampliar o conceito de Repositório Institucional, visto que o mesmo poderá ser uma ferramenta de grande utilidade também na gestão de documentos da Literatura Cinzenta (LC) e para atender as solicitações feitas por cidadãos no contexto da Lei de Acesso à Informação (LAI²).

A política de um RI normalmente deve ser baseada na cultura da instituição, observando as características relativas a:

- a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de *softwares*;
- d) padrões (metadados);
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

² (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

1.2 Objetivos e Justificativas

No contexto de Acesso Aberto³ podemos nos beneficiar da facilidade da recuperação das informações científica e pública. Na produção científica os estudos estarão mais visíveis e disponíveis, contribuindo para o progresso da ciência. Quanto às informações públicas, o acesso da sociedade a elas proporcionou melhoria na gestão pública. No processo da geração das informações públicas nos órgãos públicos, muitas dessas informações acabam se tornando de difícil acesso por fazer parte de documentos da Literatura Cinzenta (LC) – documentos que não estão em escala para publicação e comercialização, ficando restritos na própria instituição que os gerou e que com o tempo acabam se perdendo. Esses documentos que fazem parte da referida literatura incluem as produções governamentais, os relatórios administrativos, atas e documentos ligados à memória da própria instituição, que muitas vezes se encontram dispersos entre os diversos departamentos. Para enfatizar a relação dos documentos da LC conexas à memória de uma instituição, recorreremos ao entendimento de Le Golf (1996, p. 548):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, [...]; o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz, devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado.

Nesta explanação podemos citar o Repositório Institucional (RI) como uma grande ferramenta a serviço do acesso à produção científica, que nasceu com esse propósito, mas que também poderá ser usado para o acesso às informações públicas solicitadas pela sociedade em geral em favor da transparência pública.

Lynch (2003) define RI como um conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais que, criados pela instituição, reforçam a importância do compromisso organizacional com a administração, organização e distribuição desses materiais digitais, bem como o acesso a eles, incluindo sua preservação em longo prazo.

No entanto, no Brasil, as universidades caminham almejando a implantação de seus

³ Com relação às declarações de Berlim^a, Bethesda^b e Budapeste^c, o termo Acesso Aberto referente à literatura científica foi considerado como acesso à literatura que é digital, *online*, livre de custos e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso.

^aDisponível em: www.soros.org/openaccess/read.shtml.

^bDisponível em: www.earlham.edu/~peters.

^cDisponível em: www.zim.mpg.de/openaccess-berlin.

RIs de acesso livre. Pode-se observar que a implantação de RIs nas universidades brasileiras é uma ação ainda recente (2005), e as Instituições de Ensino Superior (IES) que ainda não os implantaram procuram se orientar sobre a construção de diretrizes, a criação de políticas de informação e memória, os direitos autorais, e outras questões relacionadas. Na percepção de Guimarães, Silva e Noronha (2009, p. 263), um projeto de RI “é um complexo sociotécnico, onde estão envolvidos um conjunto de atores com visões, práticas e perspectivas diversas, cujas relações são tecidas à luz de micro e macropolíticas, locais e globais”.

Em estudo realizado por Murakami e Fausto (2013), na investigação sobre os repositórios institucionais brasileiros nas Instituições de Ensino Superior (IES), a pesquisa apresentou uma visão geográfica dos repositórios brasileiros, distribuição nas diferentes regiões e suas principais características, tais como: instituição mantenedora, natureza da instituição, local, região geográfica, software adotado e sua versão, adoção do padrão Dublin Core e quantidade de trabalhos disponibilizados na data do estudo.

Para isso utilizaram a ferramenta Google Fusion Tables⁴, e obtiveram como resultado que a região Sudeste possui maior número de repositórios e volume de itens disponibilizados; o repositório LUME⁵ é o primeiro em volume de itens; as instituições federais são as com maior povoamento; e o DSpace é o *software* mais usado, com maior utilização da versão 1.6.2 e o padrão de metadados Dublin Core em todas as aplicações. Todas as informações obtidas por meio da pesquisa em relação a esse panorama dos RIs brasileiros foram disponibilizadas em um catálogo⁶ e em um mapa interativo dos repositórios de instituições de ensino superior no Brasil.

As universidades inseridas em um ambiente competitivo em termos de qualidade e relevância socioeconômica das suas atividades caminham com a tendência de implantar os seus próprios RIs. Para Costa (2010), a fase mais crítica em um RI é o seu povoamento (informação verbal)⁷. Nesse processo, certamente as universidades terão que motivar suas comunidades a depositar sua produção científica nos seus repositórios. Assim promoverão o

⁴Uma plataforma para tratamento, análise e visualização de grandes conjuntos de dados, integrado a interfaces gráficas e a geoprocessamento através do Google Maps, gera *outputs* de visualização instantânea, exibindo os dados em gráficos variados e editáveis e mapas navegáveis e interativos (MURAKAMI; FAUSTO, 2013).

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

⁶ Disponível em:

Dbiblioteconomia.org/pagina-exemplo/panorama-dosrepositorios-institucionais-de-instituicoes-de-ensino-superior-no-brasil. Acesso em abr. 2014.

⁷COSTA, Sely M. S. Repositório Institucional da UnB. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: PRESENTE PARA O FUTURO. **Palestra:** Bibliotecas virtuais: novos papéis frente aos desafios atuais da Via verde e Via dourada. Palestra ministrada no evento Café com Docência – BCO/UFSCAR, São Carlos, realizado em 26 de agosto, 2010. <www.bco.ufscar.br/aba_noticias/acontece-na-bco/cafe-com-docencia>

acesso livre ao conhecimento, aumentando a visibilidade da sua produção científica.

Os repositórios surgiram com o propósito de preservação da memória e visibilidade institucional, porém esses ambientes não precisam ser **obrigatoriamente científicos**. Eles se iniciaram com esse objetivo, mas podem ser desenvolvidos com **fins administrativos** (visando a comunidade funcional), de acordo com Carmago e Vidotti (2009 p. 61). O termo comunidade funcional não tem uma definição formalizada, e no contexto deste estudo optou-se pelo seguinte entendimento: comunidade funcional refere-se ao conjunto de funcionários ou servidores públicos que atuam cada qual em sua função com interesses comuns administrativos na organização de informações geradas em suas instituições.

O objetivo original da Lei de Acesso à Informação (LAI) está focado em todos os órgãos públicos, mas de certa forma pode reforçar o movimento em benefício da disseminação da produção científica pela visão de um viés quanto ao acesso às informações gerais que estão contidas nas ações e atividades administrativas das universidades públicas. No entendimento de que muitas atividades-fim são a pesquisa, o ensino e a extensão, deve-se atentar também a muitas que não são atividades-fim, mas que são extremamente importantes para que as ações aconteçam a contento no processo final das pesquisas.

Os documentos gerados na intermediação das atividades-fim e atividades que não são finalísticas deveriam ficar em um único local, para que tanto a comunidade acadêmica como a sociedade em geral tivessem um rápido acesso às informações quando fossem solicitadas, respaldando assim a Lei de Acesso à Informação quando necessário.

A LAI apresenta como intuito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, e sua prescrição é aplicável aos Três Poderes da União (Estados, Distrito Federal e municípios). A referida lei no contexto atual é importante na consolidação da democracia no Brasil, possibilitando maior participação popular, o controle social das ações governamentais e o acesso da sociedade às informações públicas, assim ocorrendo melhoria na gestão pública.

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo contribuir com possíveis apontamentos para elaboração de diretrizes que auxiliem na criação de políticas para Repositórios Institucionais em Instituições de Ensino Superior.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Levantar e mapear os conceitos de Repositórios Institucionais.
- b) Identificar as principais políticas adotadas em Repositórios Institucionais no Brasil.
- c) Apontar o viés entre a Lei de Acesso à Informação e a Literatura Cinzenta .
- d) Compreender as percepções dos *stakeholders*⁸ em uma Instituição de Ensino Superior em relação ao papel do Repositório Institucional.

Para responder ao objetivo estabelecido optou-se por um delineamento teórico metodológico estabilizado na pesquisa bibliográfica simultaneamente com a análise de conteúdo. Na pesquisa bibliográfica tomaram-se como base as informações de autores que trabalham com a metodologia do trabalho científico: Gil (2008); Lima e Miotto (2007); Salvador (1978); Marconi e Lakatos (2011).

Lima e Miotto (2007) esclarecem que a pesquisa bibliográfica apresenta uma estrutura de procedimentos ordenados que compreendem o objeto de pesquisa, as unidades de análise, os instrumentos de coleta de dados, entre outros, e, dessa forma, devem estar de acordo com os objetivos do trabalho científico, provendo as fundamentações necessárias para conduzir a pesquisa do início ao fim e gerar resultados de análise. Na pesquisa bibliográfica, a coleta de dados se deu com um critério delimitador do universo do estudo e conduzindo a triagem do material. Esse critério pode ser visualizado como sendo o parâmetro temático, portanto condiz com o material relacionado ao objeto de estudo, conforme os temas que lhe são correlatos e se enquadram como: Acesso Aberto; Comunicação Científica; Repositório Institucional; Lei de Acesso à Informação (LAI) e à Literatura Cinzenta.

Na coleta de dados, juntamente com a pesquisa bibliográfica optou-se também pelas entrevistas. É salientado por Toledo (2011, p. 174) que “uma pesquisa que utilize entrevistas tem mérito assegurado ao satisfazer uma premissa básica: coletar dados que não podem ser obtidos somente por meio da pesquisa bibliográfica ou observação”. O que fundamenta a aplicação de entrevistas é o fato de que o levantamento de dados importantes só é alcançado envolvendo as pessoas como fonte de informações verbais.

A coleta de dados se deu por meio de 13 entrevistas semiestruturadas com 1 (uma) servidora da USP – São Carlos e *stakeholders* da UFSCar, representados por servidores

⁸*Stakeholders* são definidos como pessoas ou grupos que têm interesses legítimos em aspectos substantivos ou processuais na atividade da empresa (DONALDSON; PRESTON, 1995).

técnicos administrativos e professores que de certa forma tinham conhecimento sobre a temática que envolvia o Acesso Aberto (OA) e os RIs. Inicialmente aplicou-se um pré-teste, as entrevistas foram gravadas com autorização prévia do entrevistado. Enfatiza-se que antes do início da entrevista os entrevistados receberam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (Apêndice A) –, em que são esclarecidas questões previstas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, entre elas: o sigilo; a possibilidade de desistência a qualquer momento; os possíveis desconfortos que possam surgir relacionados à gravação da entrevista por aparelho de áudio que talvez pudesse gerar constrangimento na ocasião de responder algumas perguntas. Essa pesquisa seguiu as deliberações referentes à resolução CNS 196/96⁹ – Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos (Anexo B – Aprovação do Comitê de Ética).

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa e optou-se pela técnica de análise de conteúdo baseada nos fundamentos de Bardin. No dizer de Bardin (2010, p. 44), a análise de conteúdo pode ser entendida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na elaboração da análise de conteúdo da entrevista foi criado um padrão de 4 (quatro) colunas contendo elementos na seguinte disposição: Categoria – foram dispostos temas-eixo implicitamente tratados na entrevista; Subcategorias – foram apresentados assuntos pertinentes tratados dentro de cada tema-eixo; Unidade de registro – indicadores de conteúdo foram ordenados e efetuou-se adoção de recortes com base nos temas tratados na entrevista; Unidade de contexto – possibilitou localizar os trechos originais das entrevistas e propor inferências (ou deduções) e interpretações.

O resultado esperado deste estudo se concretizará numa sistematização de conceitos e argumentos que possam subsidiar a formulação de uma política de RI que abranja tanto a necessidade da maior divulgação e disseminação da informação científica dentro e fora da comunidade científica, quanto da informação gerada na instituição para o público em geral. A organização deste estudo foi estruturada em seis seções, incluindo esta introdução.

Em seguida a esta introdução, discorreremos, na seção 2, sobre o “Campo CTS e a Comunicação Científica”; são relatadas as ações dos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e

⁹Disponível em: conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm

Sociedade) para promover a reflexão e as reações da comunidade geral em relação ao acesso às informações públicas e científicas.

Na seção 3 elucidamos pontos sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil, sua abrangência nos órgãos públicos e sua conexão com a Literatura Cinzenta. Mencionamos as características da Literatura Cinzenta (LC) e as iniciativas em favor dessa literatura, considerada como literatura semipublicada, fugitiva, informal, invisível, subterrânea, quase convencional, não convencional, efêmera. E sugerimos também o RI como uma ferramenta de apoio aos gestores públicos no respaldo à LAI.

Na seção 4 discorremos sobre os ambientes digitais, as mudanças na comunicação científica, as iniciativas em favor do Acesso Aberto no mundo e no Brasil. Procuramos esclarecer também as características dos RIs e mostrar seus benefícios para a comunidade acadêmica, além de outros aspectos relacionados a essa temática.

Os procedimentos metodológicos na pesquisa bibliográfica e a coleta de dados estão contemplados na seção 5. No tocante à coleta de dados optamos pelas entrevistas semiestruturadas tendo como público alvo os *stakeholders* na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e um externo (USP).

Na seção 6 – Análise dos dados – descrevemos o método da análise de conteúdo baseada em Bardin (2010); efetuamos uma análise das percepções contidas nas mensagens da fala (entrevistas) de atores relacionados ao objeto deste estudo. Foi utilizada uma amostra de 13 entrevistas, desse modo proporcionando a compreensão do tratamento dos dados e assim permitindo que essa amostra gerasse algumas considerações.

Em última etapa finalizamos este estudo com as considerações finais, retomando os principais elementos da dissertação, a questão norteadora como ponto de partida, de forma a amparar todo o contexto da pesquisa que buscou também respostas nos referenciais teóricos selecionados, e por fim, acrescentando conforme as normas, as referências bibliográficas, os anexos e o apêndice. A próxima seção vai de encontro com o campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), pois vários estudos deste campo contribuem para o discernimento relacionado a comunidade em geral em relação ao acesso às informações públicas e científicas.

2 O CAMPO CTS (CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE) E A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA¹⁰

Desde a antiguidade, a produção do conhecimento vem sendo registrada pela humanidade, e com o decorrer do tempo a ciência passou por transformações. O papel científico na sociedade sofreu modificação em direção ao estudo da ciência e passou a considerar as consequências ambientais e sociais que o uso e a aplicação da tecnociência podem causar.

Avaliar e refletir sobre os impactos e reações da sociedade à ciência e à tecnologia (doravante C&T) é uma das áreas de estudo do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (doravante, denominada pela sigla CTS). Tem havido uma proliferação na literatura do campo CTS de estudos sobre avaliação ambiental e avaliação dos riscos de novas tecnologias, escolhas tecnológicas e modos de participação do público em decisões relativas a futuras agendas científicas; esses estudos envolvem também a formulação de políticas públicas para a C&T e seus impactos na esfera pública, conforme observado por Lopez Cerezzo (2002), Ichikawa (2002) e Vacarezza (2002) em seus vários estudos.

Se as preocupações nesses estudos focaram modos de participação física dos membros do público em reuniões e debates, e como mantê-los engajados, nos últimos anos tem-se testemunhado o surgimento de ações e estudos em torno da questão da participação do público na esfera virtual: os governos no mundo todo possuem estruturas em paralelo refletindo suas configurações físicas na internet, e a governança eletrônica está em voga.

A comunidade científica utiliza há várias décadas os meios eletrônicos (a internet), tanto para ler quanto para disseminar as pesquisas científicas necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho, junto com modos mais “tradicionais” dessas atividades, como, por exemplo, a consulta de periódicos e livros em bibliotecas acadêmicas.

O desenvolvimento científico, tecnológico e econômico provocou mudanças e a necessidade de uma visão mais crítica sobre essas transformações. Essa visão se tornou mais incisiva a partir das novas reflexões sobre C&T no período dos anos 60 e 70. Essas percepções culminaram na visibilidade do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), ou Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia. O surgimento dos estudos CTS no

¹⁰ Seção baseada em capítulo de livro publicado originalmente em: FRANCO, I. M.; FURNIVAL, A. C. F. Intersecção CTS e o acesso aberto à informação pública. In: HOFFMANN, W. A. M.; MIOTELLO, V. (Orgs). **Diálogo em Ciência, Tecnologia e Sociedade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 121-149.

campo acadêmico é compreendido como uma reação à necessidade de compreensão do contexto social da ciência e da tecnologia.

Para Mitcham (1996, p. 9), “os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (CTS) tomaram importantes rumos a partir de meados de 1960 e início de 1970, como resposta ao crescimento do sentimento generalizado de que o desenvolvimento científico e tecnológico não possuía uma relação linear com o bem-estar social, como se tinha feito crer desde o século XIX”.

Embora com orientações diferentes, os estudos CTS apontam como uma reconsideração crítica do papel da C&T na sociedade, tanto na Europa quanto na América do Norte. Neste particular, Bazzo (2002, p. 93) registrou que os estudos CTS reconhecem duas tradições distintas:

A tradição norte americana evidencia mais as consequências sociais, tem um caráter mais prático e valorativo, prioriza uma ênfase maior na tecnologia, e é marcada mais pelas questões éticas e educacionais e a tradição européia que enfatiza mais os fatores sociais antecedentes, tem um caráter mais teórico e descritivo, prioriza uma ênfase maior na ciência, e é marcada mais pelas questões sociológicas, psicológicas e antropológicas.

As particularidades transdisciplinares estão presentes nos estudos CTS, integram saberes de diversas áreas do conhecimento¹¹, determinadas pelos estudos das tradições européia, americana e latino-americana, com três linhas principais: pesquisa científica, impulsionando reflexões a respeito da ciência e da tecnologia e suas implicações na sociedade; as políticas públicas, para defender a democratização das resoluções acerca da ciência e tecnologia; e a educação CTS, introduzindo assuntos da área no ensino médio e universitário (LOPEZ CERREZZO, 2002; SANTOS, 2002; ICHIKAWA, 2002; VACAREZZA, 2002).

Evidenciando a tradição latino-americana, destacada pela reflexão a partir das interações do conjunto das relações sociais e das práticas científico-tecnológicas, mostra a busca do movimento na região para superar o subdesenvolvimento, o atraso científico e as interpretações e propostas para ciência e tecnologia (LOPEZ CERREZZO, 2002). Na percepção de Vaccarezza (2002), “o início do movimento de CTS na América Latina se encontra na reflexão da ciência e da tecnologia como uma competência das políticas públicas. [...] esta se configurou como um pensamento latino-americano em política científica e tecnológica”.

¹¹ Disciplinas como a Filosofia da Ciência e da Tecnologia, a Sociologia do Conhecimento Científico, a Teoria da Educação e a Economia da Mudança Tecnológica.

Nas últimas décadas, a Ciência e a Tecnologia têm sido expostas como verdadeiros símbolos dos tempos modernos. Responsáveis por novos avanços acabam sendo consideradas como ferramentas capazes de superar qualquer problema. Mas devemos lembrar que ocorrem incertezas quanto à aplicabilidade e o acesso a esses avanços, pois eles podem apresentar riscos merecedores de tanta atenção quanto seus supostos benefícios.

Sem sombra de dúvida, a ciência e a tecnologia contemporânea apresentam vários conflitos sociais que atingem várias esferas na sociedade, e não se trata de inabilitar a atividade científico-tecnológica; os sujeitos envolvidos poderão estender seus horizontes, e com certeza somente através da participação pública será concretizado o ato em prol da democratização. Estamos cientes de que as atuais transformações tecnológicas impactam toda a sociedade e com relevância o público em geral e a comunidade científica. Targino (2000, p. 51) esclarece que

[...] qualquer que seja a concepção que se adote para a ciência, é impossível negar o seu caráter evolutivo, mutável e dinâmico, que faz da pesquisa científica seu instrumento-mor e da comunicação científica seu elemento básico.

Complementa que a informação constitui a essência da comunicação científica e somente a comunicação científica permite somar esforços, intercambiar experiências, e evitar duplicação de tarefas.

Assim, há de se enfatizar a relevância do papel da comunicação científica para que aconteça maior interação entre ciência, tecnologia e sociedade, visto que a ciência somente contribuirá para o crescimento dos países se ocorrer um sistema de comunicação científica eficaz, do mesmo modo que a sociedade somente vai se integrar aos processos tecnocientíficos através da comunicação.

Os estudos CTS têm entre seus objetivos promover a reflexão e reações da comunidade em geral em relação ao acesso às informações públicas e científicas. “As políticas públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visa à satisfação do interesse de uma coletividade. Podem ser compreendidas como estratégias de atuação pública, estruturadas por meio de um processo decisório composto de variáveis complexas que impactam a realidade. [...] As políticas públicas são a concretização da ação governamental” (POLÍTICAS PÚBLICAS, 2012, p. 390).

Neste cenário somos direcionados a refletir sinteticamente sobre o Acesso Aberto à informação científica e o acesso à informação pública como direito de todo cidadão, tentando estabelecer uma intersecção com duas linhas: impacto social da mudança tecnológica;

políticas públicas no contexto da realidade latino-americana. Para melhor esclarecimento dessa atividade, devemos situar o leitor quanto ao Acesso Aberto referente às informações científicas, e quanto à recente Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) no Brasil, que serão abordados com mais detalhes em seção própria no decorrer do estudo. No campo CTS, vários autores importantes, tais como Garvey (1979), Meadows (1999), Menzel (1958), Merton (1973), Price (1976), Ziman (1979), entre outros, têm dedicado tempo a estudar o fenômeno da comunicação e produção científica, temas abordados no decorrer desta pesquisa.

3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI) surgiu nas últimas duas décadas, e no ano de 1990 somente treze países apresentavam essa lei. De 1990 a 2010 fez-se um total de 90 países – percebe-se aí um crescimento considerável.

Para Angélico (2013), o Brasil demorou um pouco para incorporar essa lei, “embora haja algumas vantagens por esse atraso”. O Brasil foi o 89º país a promulgar a LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) pelo decreto nº 7724, de 16 de maio de 2012 e, no entendimento de Angélico (2013), o lado positivo desta posição está no fato de que o Brasil conseguiu incorporar algumas questões na lei, o que outros países não puderam fazer. Dois aspectos merecem ser mencionados:

- a) Na maioria dos países a LAI aplica-se apenas ao governo central e, em muitos deles, apenas ao Poder Executivo do governo central; já a lei brasileira atinge todos os poderes e todas as instâncias de governo. A LAI, no Brasil, apresenta um escopo bem amplo, está voltada para a federação, os estados e os municípios, assim como aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda para as empresas estatais;
- b) A LAI brasileira incorporou o desenvolvimento da tecnologia da informação. Existem muitas bases de dados *online*, muitos documentos públicos e muita informação dispersa na internet. O artigo 8º da lei especifica de que forma os órgãos públicos precisam disponibilizar a informação, tanto *online* como *offline*. A forma como a informação deve ser disponibilizada *online* é em formato aberto e legível por máquinas.

A LAI entrou em vigor em 2012, assim a publicidade é a regra e o sigilo é exceção. Com a LAI, a regra geral é que as informações produzidas pela administração pública são públicas e podem ser acessadas por qualquer pessoa: cidadão, imprensa, empresas, pesquisadores.

Seja qual for a informação produzida por um setor público e seus organismos, disponível na forma de documento, dossiê, registro, gravação ou outro dispositivo material, seja ela produzida pelo organismo público ou em cooperação com outras instituições ou adquirida de outras pessoas, é considerada como sendo informação pública (INFORMATION COMMISSIONER - REPUBLIC OF SLOVENIA, 2014).

Informação pública está sujeita a publicidade, deste modo engloba: informação produzida ou acumulada por órgãos e entidades públicas; informação produzida ou mantida por pessoa física ou entidade privada decorrente de um vínculo com órgãos e entidades públicas; informação sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive relativa à sua política, organização e serviços; informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos e informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

A LAI possui um conjunto de seis capítulos e quarenta e sete artigos, regula em especial o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que, no seu inciso XXXIII, afirma o direito de todo cidadão brasileiro a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse geral ou coletivo “que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo¹² seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2011). Para assegurar o direito do cidadão à informação, previsto no artigo 5º da Constituição Brasileira e regulamentado pela LAI, os dados abertos governamentais são vistos como um instrumento relevante para garantir esse direito. No que concerne aos dados abertos governamentais¹³, é especificado que a publicação e disseminação das informações do setor público na *web* sejam compartilhadas. Pode se dizer que esses dados são produzidos pelo governo e postados à disposição das pessoas, de forma a tornar possível não apenas sua leitura e acompanhamento, mas também sua reutilização em novos projetos, *websites* e aplicativos.

No entendimento de Moura e Moraes (2012), o Brasil esteve em duas discussões importantes relacionadas ao acesso à informação: a primeira refere-se à adaptação e controle da Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 2011, e a segunda menciona o Projeto de Lei do Senado nº PLS 387, de 2011. A segunda proposta foi aprovada em 28 de maio de 2013 pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Esta última lei (PLS nº 387, de 2011)¹⁴ estabelece que universidades, faculdades, institutos e centros de ensino superior, do mesmo modo entidades de pesquisa, sejam públicos ou privados, devem manter em repositórios de livre acesso, pela internet, o inteiro teor da produção técnico-científica resultante de pesquisas realizadas com recursos públicos, bem como criar uma comissão que discuta políticas de

¹²Informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

¹³Disponível em: www.w3c.br/pub/GT/GrupoDadosAbertos/folheto-dados-abertos-ultima-versao.pdf

¹⁴Disponível em: www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2013/05/29/jornal.pdf

acesso à informação científica.

Na percepção de Moura e Moraes (2012), a LAI nº 12.527, de 2011, visa assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo ser executada em conformidade com os princípios da administração pública.

A Lei tem como princípio orientador a publicidade da informação pública como regra e o sigilo como exceção, a proatividade dos setores públicos na disponibilização da informação de interesse público, a ênfase na mediação tecnológica como dimensão importante para garantir o fluxo de informações com o objetivo precípuo de estimular a cultura da transparência e o controle social da administração pública. A Lei prevê exceções à regra de acesso para dados pessoais e informações classificadas por autoridades como sigilosas. Informações sob guarda do Estado que dizem respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas, por exemplo, não são públicas (ficando protegidas por um prazo de cem anos). Essas informações somente poderão ser acessadas pelos próprios indivíduos e por terceiros, em casos excepcionais previstos na Lei. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011)

O interesse público, a gravidade do dano à segurança da sociedade e do Estado e o prazo máximo de restrição devem ser considerados quanto à classificação.

Essas informações podem ser classificadas em três níveis: Ultrassegreda – prazo de segredo de 25 (vinte e cinco) anos (renovável uma vez); Segreda – prazo de 15 (quinze) anos; Reservada – prazo de 5 (cinco) anos.

A seguir, no quadro 1, quem pode classificar como sigilosa uma informação no âmbito Federal:

Quadro1 - Competência de classificação na Administração Pública Federal.

	RESERVADA (5 anos)	SECRETARIA (15 anos)	ULTRASSEGREDATA (25 anos)
Presidente da República	✓	✓	✓
Vice-Presidente da República	✓	✓	✓
Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas	✓	✓	✓
Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica	✓	✓	✓
Chefes de missões diplomáticas e consulares permanentes no exterior	✓	✓	✓
Titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista	✓	✓	
Autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia, de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS 101.5	✓		

Fonte: Massuda, Arthur Serra (2011)

A Lei também é clara quanto às restrições, enfatiza que não poderão ser objeto de

restrição de acesso informações ou documentos que abordam condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas.

Garrido (2013, p. 4) faz algumas considerações:

É muito bem-vinda a Lei de Acesso a Informações Públicas, mas é indispensável que com ela sejam oferecidos soluções e recursos materiais, físicos e humanos capazes de efetivamente permitir o atendimento do que a Lei pretende oferecer aos contribuintes; [...] o primeiro passo para a vigência da Lei é a conscientização e o treinamento do servidor público. A Lei determina a obrigação de todos os órgãos públicos criarem um serviço de informações ao cidadão e estabelece que o fornecimento dos dados seja gratuito, nestes serviços os cidadãos receberão orientações sobre os procedimentos a serem adotados para requerer a informação desejada.

Desde 2000 a cultura de transparência começou a ser praticada, e devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determina-se que a administração torne públicos em meio eletrônico todos os relatórios e se amplie no ato em que os administradores passam a ter o dever de realizar a execução orçamentária *online*, em tempo real de forma a ser acompanhada pelo contribuinte; a partir de 27 de maio de 2013 todos os órgãos públicos devem seguir essa conduta.

Como ressalta Gruman (2012, p. 104),

A finalidade principal da transparência só pode ser alcançada mediante a conversão da informação em instrumento de ação do cidadão, o que nem sempre é algo fácil de alcançar. [...]; o acesso público à informação, ainda que primordial para a garantia de um Estado transparente e responsável, é instrumental no sentido de que os ganhos advindos das políticas de transparência governamental não se encerram em si mesmos, mas nos resultados trazidos por este tipo de política para a administração pública. A transparência e o acesso não garantem a eficácia do funcionamento da máquina pública, mas, pelo contrário, sua ausência, é garantia de mau uso dos recursos públicos porque livres de controle social. O acesso à informação é um instrumento, um meio para se alcançar um fim, a eficácia das políticas públicas.

O instrumento do cidadão é a informação, através do acesso às informações públicas pode-se questionar o uso dos recursos públicos e pelo menos em parte começar a ter o controle social das ações governamentais.

3.1 Cultura de Segredo e Cultura de Acesso

Na gestão pública ainda pode ocorrer o prevaletimento da cultura de segredo e isto se torna um desafio na implementação de um sistema de acesso à informação; isto exige uma cultura de abertura e o servidor precisa estar aberto à mudança cultural, visto que trabalha com a informação pública de sua produção e de seu arquivamento.

Na percepção de uma cultura de segredo, a administração pública é regulada com base em que a circulação de informações representa riscos, deste modo criando obstáculos para que as informações sejam disponibilizadas, com visões negativas como:

- a) O cidadão só pode solicitar informações que lhe digam respeito direto;
- b) Os dados podem ser utilizados indevidamente por grupos de interesse;
- c) A demanda do cidadão é um problema: sobrecarrega os servidores e compromete outras atividades;
- d) Cabe sempre à chefia decidir pela liberação ou não da informação;
- e) Os cidadãos não estão preparados para exercer o direito de acesso à informação. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011)

Com a referida cultura citada todos perdem, pelo fato de que a informação é retida, na maioria das vezes perdida, e como consequência o cidadão não exerce o seu direito; a administração pública perde em eficiência e o Estado acaba por não cumprir com sua obrigação.

O ideal é que prevaleça a cultura de acesso, já que nela os gestores têm conhecimento de que a informação pública pertence ao cidadão e é responsabilidade do Estado efetivá-la de forma apropriada e compreensível, assim atendendo de modo eficiente às demandas da sociedade. A visão positiva da cultura de acesso englobaria:

- a) Legitimidade da demanda do cidadão;
- b) Não obrigatoriedade de justificativa do cidadão no ato da solicitação da informação pública;
- c) Criação de canais eficientes de comunicação entre o governo e sociedade;
- d) Estabelecimento de regras notórias e procedimentos para a gestão das informações;
- e) Capacitação frequente para os servidores na atuação e implementação da política de acesso à informação. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011)

Neste contexto afirma-se que é responsabilidade do Poder Público, através de suas entidades e órgãos de atuação, garantir a transparência das informações, oferecendo o amplo

acesso e lançando mão de todos os instrumentos e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação.

Ainda sob sua responsabilidade e de seus gestores está também a proteção da informação, assegurando sua autenticidade, integridade e disponibilidade. No decorrer dessa trajetória para o atendimento às regras da LAI, muitos gestores poderão se deparar com desafios; um deles é a desorganização documental dos órgãos, visto que ainda é possível encontrar em algumas instituições documentos que foram somente guardados por ordem alfabética ou por data, podendo ser um deles o documento que o cidadão venha a requerer. Com isso, torna-se imprescindível modernizar e aprimorar os processos que tratam do gerenciamento dos documentos públicos, pois é sabido que os órgãos públicos, entidades e universidades são responsáveis por seus arquivos, pela utilização de práticas de preservação e guarda dos documentos, pelas informações públicas e também pelo treinamento e pela atualização dos servidores que atuarão na organização e disponibilização de informações públicas no atendimento ao cidadão.

Segundo Garrido (2013, p. 6), a contemplação da LAI acerca do que é necessário estar sistematizado para seguir as obrigações dela resultantes é muito ampla e demanda ações que organizem e consintam, entre outras práticas, o atendimento dos direitos do cidadão de receber

[...] orientação sobre os procedimentos que deverá adotar para ter acesso à informação desejada, bem como informação precisa sobre o local onde deverá buscá-la; Informações produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo mesmo que já tenha cessado; Informações sobre as atividades realizadas pelos diversos órgãos da administração relativas a organização, serviços e inclusive política desenvolvida; Informações relativas ao patrimônio público e sua administração, utilização e aplicação dos recursos públicos, licitações realizadas e contratos firmados; Informações relativas também a: eficácia e eficiência dos programas governamentais; resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo; Informação primária, íntegra, autêntica e atualizada e informações contidas em registros ou documentos que tenham sido produzidos por órgãos públicos e que tenham sido encaminhados para arquivamento.

Entre as várias solicitações que o cidadão poderá vir a requerer estão as informações primárias e, evidentemente, outros documentos gerados nas instituições públicas que se classificam como fazendo parte da Literatura Cinzenta (LC) – assunto que será abordado na próxima seção.

Após dois anos e meio da implementação da LAI, segundo a Controladoria Geral da União (CGU) é notória a positividade dessa implementação (pelo menos na esfera Federal), pois logo no início ocorreu o desenvolvimento do Sistema Eletrônico do Serviço de

Informação ao Cidadão (e-SIC) no Poder Executivo Federal, pelo qual, além de fazer pedido de informação, o cidadão também poderia: acompanhar o prazo; consultar respostas; apresentar reclamação; avaliar resposta recebida; e entrar com recurso. Em estados e municípios onde a internet ainda não é realidade e o cidadão não tem esse acesso, outra possibilidade é a de fazer o seu cadastro em uma unidade física do SIC ou por telefone; dessa forma será efetuado o cadastro e o pedido no sistema, o órgão responsável acompanhará o andamento e informará ao cidadão sobre o atendimento do seu pedido de acesso.

Foram realizadas ações de capacitação aos servidores concentradas em capacitação presencial e capacitação virtual. A primeira foi direcionada a todos os servidores incumbidos de atuar diretamente no e-SIC e autoridades de monitoramento dos órgãos e entidades, e a segunda para todos os servidores públicos, independente da área de atuação, para conhecimento sobre os princípios do direito de acesso à informação e da Lei de Acesso à Informação brasileira. Dados da CGU mostram que no final de julho de 2012 foram realizadas quatro edições de um curso virtual nas quais 6.026 servidores e empregados públicos se inscreveram.

Alguns dados da LAI foram apresentados no Executivo Federal no período de 16 de maio a 31 de dezembro de 2012, referentes a pedidos e respostas dos cidadãos. Foram efetuados 55.214 pedidos de acesso à informação dos quais a maioria foi respondida positivamente, conforme apresenta a Tabela 1:

Tabela 1 – Pedidos e respostas dos cidadãos (2012)

Acesso concedido	44.930	82%
Acesso parcialmente concedido	689	1%
Acesso negado	4.817	9%
Não respondido	660	1%
Informação inexistente	1.641	3%
Órgão não tem competência para responder o assunto	1.758	3%
Pergunta duplicada/repetida	720	1%

Fonte: Adaptado da CGU¹⁵, 2013, p. 20.

¹⁵Lei nº 12.527: Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <www.acessoinformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/balanco1ano.pdf>. Acesso em: jun.2013.

Outro dado interessante é a demanda de alguns órgãos do Poder Executivo Federal quanto à solicitação de pedidos recebidos no ano de 2012, como mostra a Tabela 2:

Tabela 2 – Órgãos e suas demandas

Órgãos do Poder Executivo Federal	Pedidos
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	6.890
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	4.195
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A	2.689
BACEN - Banco Central do Brasil	2.249
CEF - Caixa Econômica Federal	1.976
MF - Ministério da Fazenda	1.494
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.339
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego	1.336
MEC - Ministério da Educação	1.232
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	1.200

Fonte: CGU, 2012.

Nos anos de 2013 e 2014 os dados quanto à quantidade de pedidos de informação e respostas registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), da LAI, nos mostram que ocorreram 86.661 pedidos registrados e 86.037 respondidos, enquanto em 2014 (até 03 de junho) houve 38.344 pedidos registrados e 34.664 pedidos respondidos, como apresenta o gráfico 1 abaixo:

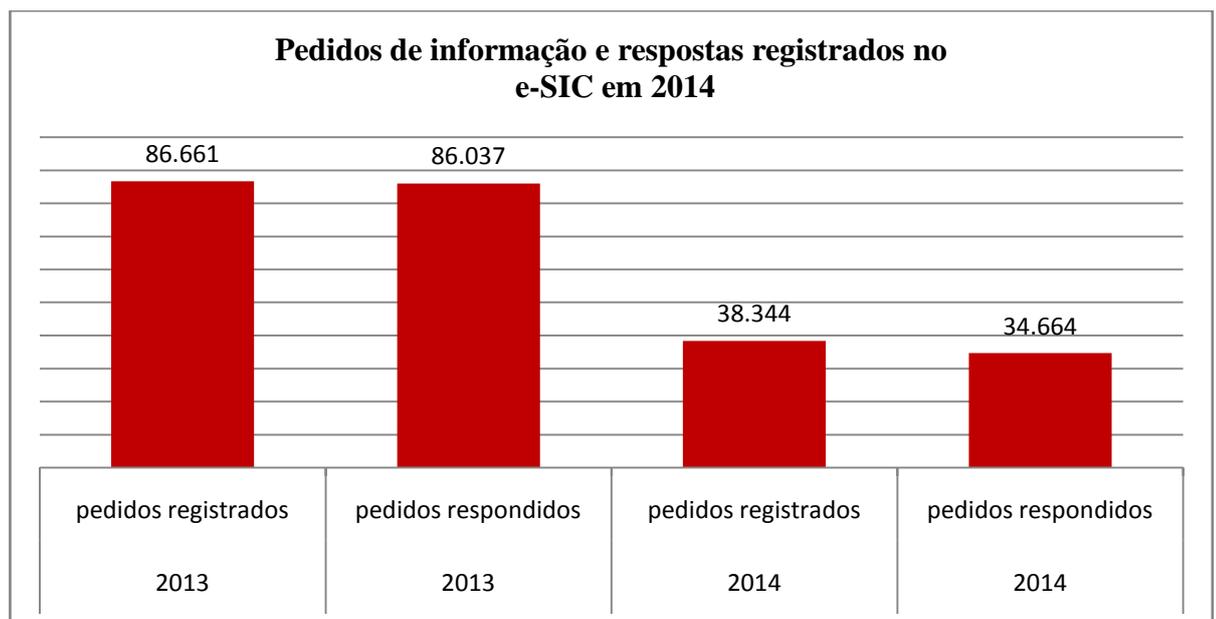


Gráfico 1 – Pedidos de informação e respostas registrados no e-SIC em 2013 e 2014
 Fonte: Adaptado da CGU, 2013. Disponível em: www.acessoainformacao.gov.br

Embora neste cenário fosse apresentada somente uma amostra de dados do Poder Executivo Federal, vale lembrar que esses dados também deveriam ser de fácil acesso quando aplicados aos estados e municípios, assim como aos poderes Legislativo e Judiciário, e ainda às empresas estatais.

No período de 17/05/2012 a 09/06/2014 dados referentes também a pedidos e respostas no e-SIC/UFSCar (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão da UFSCar) totalizaram 154 pedidos de acesso à informação, apresentaram respostas todas positivas e a maioria foi solicitada por pessoa física e somente uma solicitação de empresa. Geralmente o prazo de resposta varia entre 15, 20 e 25 dias, dependendo da complexidade do pedido solicitado.

De 2012 a 09/06/2014 os dados de pedidos de informação e respostas registrados no e-SIC/UFSCar da LAI apresentaram, em 2012, 46 pedidos registrados e 46 respondidos; em 2013 ocorreram 65 pedidos registrados e 65 respondidos, e por último, de 01/01 a 09/06/2014 foram 43 pedidos registrados e 43 respondidos; em cada ano apresentado ocorreu 1 (um) recurso e todos foram respondidos conforme mostra o gráfico 2:

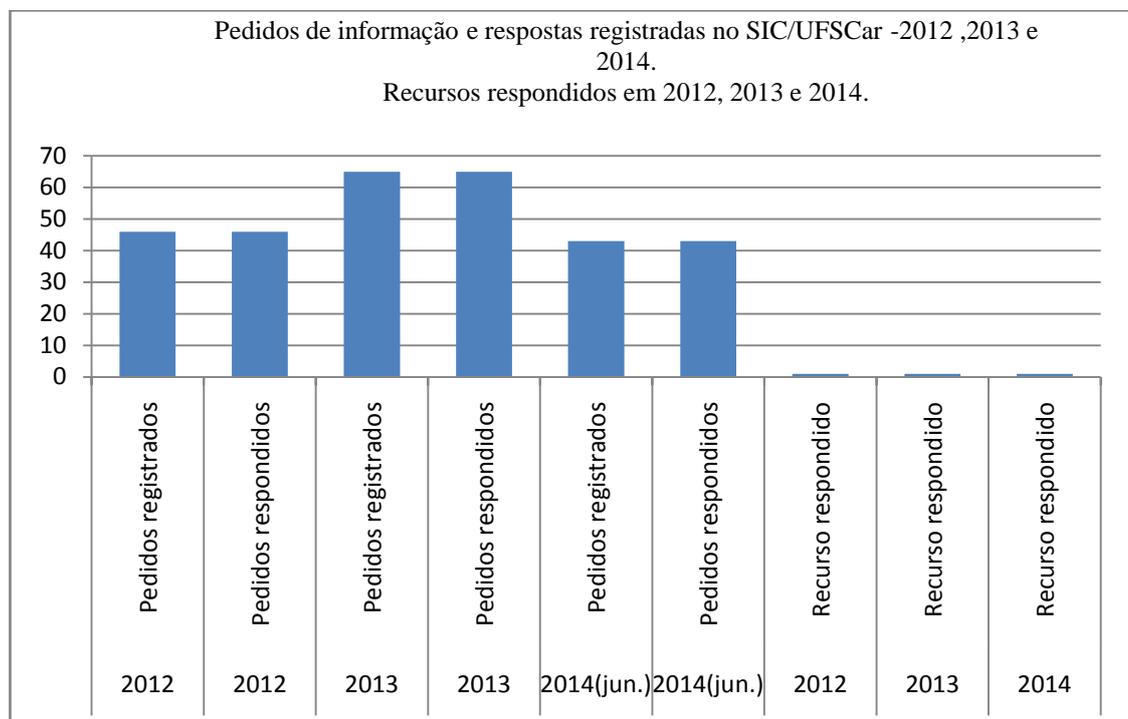


Gráfico 2: Pedidos de informação e respostas registradas no e-SIC/UFSCar
Fonte: e-SIC/UFSCar (2014).

Possuímos 5.570 municípios e desde a instituição da LAI muitos deles ainda não se adaptaram totalmente e devem se ajustar para atender a demanda de pedidos de informação

proveniente dos cidadãos. Conforme dispõe o art. 68 do Decreto 7.724/2012, a Controladoria-Geral da União é responsável por monitorar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação apenas no que se refere aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. O art. 45 da Lei define que cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios definir suas regras específicas em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas na Lei de Acesso (ACESSO, 2014). Para que o direito de acesso seja respeitado, a Lei estabelece que todos os órgãos e entidades públicas indiquem um dirigente (autoridade) responsável pela Lei na instituição. Esse dirigente deve ser diretamente subordinado ao dirigente máximo e terá como obrigação exercer as atribuições referentes ao art. 40 da LAI, sendo elas:

- a) assegurar o cumprimento eficiente e adequado das normas de acesso à informação;
- b) avaliar e monitorar a implementação da LAI e apresentar relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o à CGU;
- c) recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários para o cumprimento da LAI;
- d) orientar unidades no que se refere ao cumprimento do disposto na LAI e seus regulamentos;
- e) manifestar-se sobre a reclamação apresentada em caso de omissão de resposta ao solicitante (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2011).

Enfatiza-se que a LAI não obriga os municípios a instituir uma autoridade de monitoramento da Lei em âmbito local. Desse modo é a administração municipal ou o legislador que delibera sobre a necessidade ou não dessa autoridade. Assim, os municípios que seguem esse procedimento estão adotando uma boa prática.

Uma ferramenta que pode ser utilizada a serviço do acesso às informações públicas solicitadas pela sociedade em geral em favor da transparência pública e assim proporcionando melhoria na gestão pública é o Repositório Institucional (RI), que será abordado em seção própria no decorrer do estudo. O RI¹⁶ é um conjunto de serviços que um órgão público poderá oferecer a seus gestores para a gestão e disseminação de materiais digitais que, criados pela instituição, reforçam a importância do compromisso organizacional com a administração, organização e distribuição desses materiais digitais, bem como o acesso a eles, incluindo a sua preservação em longo prazo.

Na percepção de Moura (2014) existem alguns pontos que são desafiadores para a completa gestão satisfatória da LAI no País, como mostra o quadro 2, desafios tais como:

¹⁶ Adaptação da definição de Lynch (2003).

Quadro 2 - Desafios na Lei de Acesso à Informação brasileira

Formação humana	Político	Gestão
Reconfigurar os modelos de formação considerando-se o acesso público com direito regulamentado;	Ampliar e popularizar a concepção de informação de interesse público como matéria de defesa da sociedade.	Definir e adequar os aspectos sigilosos da informação de interesse público;
Acompanhar a implementação da lei e seus desdobramentos (estudos, reflexões, proposições, dentre outros);		Fortalecer e especificar o papel dos SICs e dos Repositórios Institucionais (RIs).
Ampliar o conceito de organização e gestão da informação de interesse público;		
Produzir conhecimento que auxilie na viabilização, no monitoramento e na avaliação das leis e seus desdobramentos na compreensão dessa nova etapa da história brasileira.		

Fonte: Moura, Maria Aparecida (2014, p.54)

A LAI é importante na consolidação da democracia no Brasil, possibilitando maior participação popular, controle social das ações governamentais e o acesso da sociedade às informações públicas, assim ocorrendo melhoria na gestão pública; é vista também por muitos como um marco na transparência e com potenciais benefícios para a cidadania e para a sociedade. Sem dúvida que o prevailecimento da cultura de acesso na gestão pública trará bons resultados, como a inclusão do cidadão, a excelente gestão de políticas públicas e o fluxo das informações que favorecerão tomadas de decisões.

A LAI vem reforçar o movimento em benefício da disseminação da produção científica e também do acesso às informações gerais que são geradas por e contidas nas atividades administrativas das universidades públicas. Um adendo interessante a ser mencionado é referente à portaria nº 1.224¹⁷, de 18 de dezembro de 2013, que institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Essa nova portaria esclarece informações importantes para gestão arquivística nas IFES: pelo art. 2º, as IES devem manter permanentemente organizadas e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o acervo acadêmico sob sua guarda; desse modo, é mais uma justificativa

¹⁷Portaria que institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES). Disponível em: [C:\Users\izabel\AppData\Local\Temp\http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2013&jornal=1&pagina=105&totalArquivos=384](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2013&jornal=1&pagina=105&totalArquivos=384).

para que esses documentos sejam rapidamente localizados e disponibilizados quando qualquer cidadão vier a requerê-los.

Considerando o direito de acesso dos cidadãos às informações públicas, não se pode ignorar o fato de que muitos documentos estão incluídos na chamada Literatura Cinzenta e são gerados nos três poderes da União (Estados, Distrito Federal e municípios), empresas estatais e universidades; esse tipo de literatura será delineado na seção a seguir.

3.2 Literatura Cinzenta

O termo Literatura Cinzenta surgiu na Inglaterra em fins do século XIX, na década de 1890; a partir desse período os ingleses começaram a identificar os diversos tipos de literatura através de cores. Quanto à cor cinza, foi feita uma associação, pois que esta cor era símbolo de dificuldade e inconsistência, e esse tipo de literatura, na época, era difícil de obter e localizar.

Na visão de Brener (1999) e Población (1997), controversas sobre esse tipo de literatura começaram a ser debatidas a partir de 1920, e no decorrer da II Guerra Mundial (1939-1945) passam a prevalecer os relatórios técnicos entre grupos restritos, atraindo desse modo a atenção de pesquisadores para a Literatura Cinzenta. No período de 1940 a 1970 outros documentos gerados foram identificados a partir dos atributos dessa literatura. Em 1963 os “Relatórios Weinberg” se destacaram por serem considerados um registro de mais de 100.000 relatórios governamentais. Dessa forma a Comunidade Europeia (CE), hoje União Europeia (EU), passou a perceber os problemas decorrentes da identificação e divulgação dessa literatura, bem como do acesso a ela. O destaque direcionava para o processo de administração do conhecimento científico e tecnológico em âmbito internacional, fato que preocupava alguns dos participantes da União Europeia.

Denominada de “literatura de informes”, a partir de 1940 permaneceu em uma trajetória representada por diversas designações: literatura semipublicada, fugitiva, informal, invisível, subterrânea, quase convencional, não convencional, efêmera... até que em 1978, na Europa, prevaleceu a nomenclatura *Grey literature* ou Literatura gris. A Literatura Cinzenta (LC) é tradução literal do termo inglês *Grey literature*, expressão esta que se contrapõe à literatura branca, que denomina os documentos convencionais ou formais (GOMES, 2003).

Vários apreciadores dessa literatura começaram a enfatizar a sua importância e foi na década de 1970 que o valor dado à coleta e tratamento da informação ganhou impulso. No

entanto, a prioridade de processamento era baseada na produção de livros e periódicos. No ano de 1973, durante o 39º Congresso da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (FIAB ou IFLA), realizado em Grenoble (França), decidiu-se criar o programa para o Controle Bibliográfico Universal (UBC ou CBU), que começou a ser operacionalizado com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1974. O CBU teve como resultado a formação de concepção para as bases das bibliografias nacionais que deveriam ser coordenadas em âmbito internacional. No mesmo período, a IFLA apresenta o programa Universal Availability of Publications (UAP¹⁸), com o propósito de disponibilizar a informação para uso público e que orientava os governos e organismos nacionais e internacionais a adotarem medidas efetivas objetivando o controle bibliográfico e a viabilidade de acesso a esses documentos. O quadro 3 demonstra algumas iniciativas em divulgar a importância da LC.

¹⁸Encerrado em 31 de março de 2003.

Quadro 3 – Eventos em favor da Literatura Cinzenta

ANO	CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE LITERATURA CINZENTA
13 a 15 de dez. 1993	1^a – Amsterdam (Holanda). Weinberg Report 2000; Foi estabelecida a GreyNet criada em 1992.
2 a 3 de nov. 1995	2^a – Washington (E.U.A.). Grey Exploitations in the 21st Century
13 a 14 de nov. 1997	3^a – Luxemburgo (Luxemburgo). Perspectives on the Design and Transfer of Scientific and Technical Information
4 a 5 de out. 1999	4^a – Washington (E.U.A.). New Frontiers in Grey Literature
4 a 5 de dez. 2003	5^a – Amsterdam (Holanda). Grey Matters in the World of Networked Information
6 a 7 de dez. 2004	6^a – New York Academy of Medicine (E.U.A.). Work on Grey in Progress
5 a 6 de dez. 2005	7^a – Nancy (France). Open Access to Grey Resources.
4 a 5 de dez. 2006	8^a –New Orleans (LA, E.U.A.).). Harnessing the Power of Grey
10 a 11 de dez. 2007	9^a –Antwerp (Belgium). Grey Foundations in Information Landscape
8 a 9 de dez. 2008	10^a –Amsterdam (Holanda). Designing the Grey Grid for Information Society
14 a 15 de dez. 2009	11^a –Washington (E.U.A.). The Grey Mosaic, Piecing It All Together
6 a 7 de dez. 2010	12^a –Prague (Czech Republic.). Transparency in Grey Literature, Grey Tech Approaches to High Tech Issues
5 a 6 de dez. 2011	13^a – Washington (E.U.A.). The Grey Circuit, From Social Networking to Wealth Creation
29 e 30 de nov. 2012	14^a – Rome (Italy). Tracking Innovation Through Grey Literature
2 a 3 de dez. 2013	15^a – Bratislava (Slovakia). The grey audit, a field assessment in grey
8 a 9 de dez. 2014	16^a – Washington (E.U.A.). Grey literature lobby: engines and requesters for change

Fonte: GreyNet. <http://www.greynet.org/greynethome.html>.

A LC pode ser considerada documentação em potencial, e sabe-se que o fenômeno desse tipo de literatura, como já foi visto, não é algo recente. A LC diferencia-se da literatura convencional (branca) por expor características específicas, e Almeida (2000, p. 40) as enfatiza:

- a) normas variáveis de produção e edição: produzida através de diferentes mecanismos de reprodução, inclusive as mais simples. Não obstante, alguns documentos podem ter apresentações elaboradas previamente;

- b) controle bibliográfico ineficaz: essa literatura não se encontra nas agências de informação depositárias, portanto não é distribuída comercialmente;
- c) dificuldades de uso: muitas das informações podem ainda ser encontradas em suportes como microfimes e microfichas, fitas cassetes ou outros tipos de material que dificultam o uso, os quais são desprezados na hora da consulta;
- d) concisão: tem um caráter menos detalhado que a literatura convencional, dado que, em princípio, não se tem intenção de publicar;
- e) produção institucional: como regra geral, a LC é de responsabilidade dos organismos governamentais, universidades e centros de pesquisa.

Segundo Torres Ramírez (1994, p. 59, tradução nossa), no Congresso Internacional sobre a Disponibilidade Universal das Publicações, realizado em Paris no ano de 1982, foram sugeridas recomendações expostas no Capítulo 3, seção 2, que são alusivas à Literatura Cinzenta:

Governos e outras agências nacionais e internacionais devem examinar os problemas que ocorrem nas publicações não convencionais produzidas por eles e, particularmente, em determinadas categorias de publicações oficiais, a chamada Literatura Cinzenta, a informação produzida em forma eletrônica e a de material audiovisual, e tomar medidas necessárias para conseguir um controle bibliográfico eficaz desse material e sua disponibilidade.

Com o propósito de promover e apoiar as atividades de pesquisadores, autores e intermediários de informação no campo da LC, ocorreu a criação da GreyNet, uma rede de âmbito internacional que foi estabelecida como um setor da editora MCB University Press, com sede na Holanda. Para melhor esclarecimento, no decorrer do texto algumas percepções de autores serão expostas quanto às definições da LC.

A característica principal da LC é a sua não disponibilidade comercial de venda, ou seja, caracteriza documentos que têm pouca probabilidade de serem adquiridos através dos canais usuais de venda de publicações, já que nas origens de sua elaboração o aspecto da comercialização não é levado em conta.

Vale relatar um depoimento em favor da LC: Fountain¹⁹ (2002, apud DRUGNET EUROPE, 2003, p. 2) destaca:

¹⁹ FOUNTAIN, J. Grey matter: unpublished research reports, *Social work in Europe*, 9 (1), 2002, p. 65-66.

Um artigo publicado no Reino Unido enaltece as virtudes da “Literatura Cinzenta”, que é definida como “qualquer publicação que não tenha sido publicada numa revista com revisão feita por pares”, e considera-a de grande valor na investigação sobre as drogas. O paradigma deste tipo de literatura assume a forma de relatórios de investigação para financiadores de projetos. São documentos com uma circulação normalmente muito restrita e de difícil localização. Muitas das bases de dados bibliográficas (por exemplo, *PsycInfo*, *Addiction Abstracts*) não os incluem. Outras incluem-nos, como a bibliografia do OEDT (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência) sobre investigação qualitativa no domínio das drogas na EU (União Europeia). Este material, difícil de encontrar e não revisto por pares, pode ser extremamente valioso para a investigação neste domínio, conforme foi recentemente demonstrado através da compilação de literatura sobre o consumo de drogas e a disponibilidade de serviços conexos junto das minorias étnicas no Reino Unido²⁰. Em virtude de existirem poucas publicações sujeitas à revisão por pares que tratem destas questões, o projeto desenvolveu um esforço considerável para localizar “Literatura Cinzenta”. A maior parte dos relatórios de investigação descobertos tinha utilizado métodos de investigação qualitativa e, muitas vezes, tinha sido elaborada por profissionais com acesso privilegiado ao tipo de comunidade em estudo. Alguns destes estudos apresentavam pouco rigor científico, mas na generalidade, faziam análises valiosas e sólidas, levantando questões raramente abordadas em artigos de revistas científicas. A revisão da literatura não teria sido tão abrangente, se a “Literatura Cinzenta” tivesse sido excluída.

Definições de LC em glossários de Biblioteconomia:

- a) Publicação²¹ cuja apresentação física e conteúdo intelectual a tornam efêmera; tem em vista informação de alcance restrito, não sendo comerciável.
- b) Conjunto²² dos documentos não publicados em forma convencional, destinados em grande parte ao consumo interno de uma organização que os produz ou para a qual foram produzidos e, por este motivo, de difícil recuperação.

A Literatura Cinzenta refere-se a toda a documentação produzida nos ministérios, agências governamentais, organizações privadas, ONGs, instituições culturais e académicas e a gerada em reuniões, congressos e foros de natureza diversificada. A LC converteu-se atualmente na forma mais ágil a que a comunidade científica recorre para difundir os resultados dos seus trabalhos e investigações. Isto se deve às suas principais características: a) faculta informação que não está disponível; b) divulga os resultados de conferências e de congressos de forma mais rápida do que a literatura convencional que, em regra, está sujeita a processos de publicação mais demorada; c) permite confirmar informação importante localizada noutras fontes; d) é concisa, incide diretamente no conteúdo da questão tratada, particularmente quando se tratam de documentação técnica, relatórios e documentos

²⁰Correio electrónico: nta.enquiries@nta.gsi.gov.uk

²¹ Disponível em: pt.slideshare.net/mariacxpereira/glossario-biblioteconomia

²² Disponível em: pt.scribd.com/doc/6667561/Glossario-de-Biblioteconomia

governamentais; e) a facilidade de difusão através da internet. A Literatura Cinzenta não é difundida comercialmente, mas pode ser facilmente localizada. Por outro lado, ela não segue as regras estandardizadas das publicações como livros e revistas, mas contém informação valiosa e única (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2005).

Neste cenário que envolve a LC, percebe-se que em vários países a argumentação da importância desse tipo de documento é nítida e enfatizada em benefício do progresso da ciência, enquanto que no panorama brasileiro deve-se ainda trabalhar a conscientização da importância da LC e estimular o seu acesso e a difusão de todo tipo de informação pública ao cidadão comum.

A GreyNet (1999) considera Literatura Cinzenta aquela que é produzida em todos os níveis de governo, no comércio e na indústria, e nas áreas acadêmicas – nos formatos impresso e eletrônico –, mas que não é controlada por editores comerciais. Cunha (2008) a define como sendo o

[...] conjunto de documentos impressos ou mult copiados que não são nem editados, nem difundidos comercialmente, mas que circulam geralmente na administração pública e privada, em congressos, reuniões e centros de pesquisa (CUNHA, 2008, p. 230).

No dizer de Almeida (2000, p. 37), a Literatura Cinzenta é o

[...] conjunto de documentos, independentemente de sua tipologia e suporte, ou formato, impresso ou eletrônico, emitidos por centros universitários de pesquisa, empresas, indústrias, sociedades acadêmicas, públicas e privadas, sem intenção de ser publicados e que são de vital importância na transferência do conhecimento.

Quanto à classificação dos documentos cinzentos, a mesma autora os define como mostra o Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação de documentos cinzentos

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
Patente	Documento oficial – a carta-patente – de uso exclusivo e por tempo determinado, que concede à pessoa o direito sobre algo que inventou, criou ou aperfeiçoou
Publicações oficiais	Documentos editados por um organismo do governo, com temas relacionados a informações administrativas, legislativas ou estatísticas.
Relatórios	Documentos que descrevem o desenvolvimento ou resultados do domínio de uma pesquisa técnica ou científica.
Teses	Documentos de investigação originais, apresentados para obter o grau de doutor.
Dissertações	Documentos para obtenção do título de mestre, pelos quais se deve demonstrar capacidade de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica.
Preprint (publicação preliminar)	Parte de um documento que se imprime e se distribui antes da publicação da obra completa. Ex.: resumos, traduções, separatas.
Separata	Impressão em separado de parte, seção ou artigo de uma publicação, com paginação própria, podendo também manter a paginação original.
Atas de congressos	Publicações ou série de publicações que contêm os textos de exposições ou comunicados de fatos transmitidos oralmente em uma conferência, sociedade ou instituição, procedentes de todas as áreas do conhecimento.
Boletins	Documentos derivados de determinadas instituições ou sociedades.
Literatura comercial	Documentos editados por empresas manufatureiras ou comerciais com finalidade de informação ou propaganda, que contêm dados sobre produtos e serviços.
Normas	Documentos que refletem o consentimento de uma comunidade a fim de fixar um modelo que deve ser praticado.
Folhetos	Publicações não periódicas que têm no mínimo cinco e no máximo quarenta e nove páginas.

Fonte: ALMEIDA, 2000, p. 38.

DI CESARE²³ (1995, apud ALMEIDA, 2000, p. 37) destaca a tipologia dessa literatura como:

Literatura Cinzenta Escura: comunicações privadas, material não publicado, preparação de manuscritos; Literatura Cinzenta Média: relatórios, dissertações e teses; e Literatura Cinzenta Clara: atas e notas de reuniões para publicar em forma de manuscrito.

A Literatura Cinzenta apresenta características distintas que a diferencia das publicações convencionais: tiragem reduzida; localização restrita à instituição na qual foi produzida; sua produção é simples, não possui um controle bibliográfico, ou seja, não há

²³ DI CESARE, Rosa. The evaluation of Grey Literature impact in physical sciences using bibliometric indicators... In: **INTERNATIONAL CONFERENCE ON GREY LITERATURE**, 1. Amsterdam, 1993. Conference Proceedings... Amsterdam: TransAtlantic, 1995.

número de controle dessas produções nas agências de informação depositárias como a ISBN (*International Standard Book Number*), um suporte de informações entre outros.

Temos como referencial o trabalho pioneiro da professora Dra. Dinah Aguiar Población (ECA/USP), que em 1993 criou o Núcleo de Produção Científica (NPC), dedicado ao controle bibliográfico da LC, no qual ocorre a geração de

[...] bases de dados referentes a documentos produzidos pela comunidade de pesquisadores brasileiros nas áreas de Comunicação Social e Ciência da Informação. (POBLACIÓN, 1997, p. 160)

Ao se referir ao SIGLE²⁴ (System for Information Grey Literature in Europe), Gomes (2003, p. 94) relata que

Outras características acentuam a sua importância para a comunicação da informação científica e tecnológica: em muitos casos a informação que veiculam é mais detalhada do que aquela que aparece nos artigos de periódicos e nos livros, além de não aparecer comumente em outras fontes, ou seja, não é publicada formalmente; é uma informação altamente atualizada, disponível e não determinada apenas por interesses comerciais [...] Um fato marcante em relação ao controle bibliográfico de Literatura Cinzenta europeia foi a criação, em 1980, do SIGLE (System for Information on Grey Literature in Europe), [...] o SIGLE apresentava como missão promover o acesso e o uso da Literatura Cinzenta produzida na Europa. Operava através de uma base de dados *online*, centralizada e multidisciplinar, alimentada por centros de 16 países²⁵.

A Literatura Cinzenta abrange os produtos gerados das atividades da comunidade funcional (servidores públicos, técnicos administrativos etc.) e as publicações governamentais; ou a literatura que é produzida em todos os níveis de governo, traduções avulsas, relatórios técnicos, normas técnicas, patentes, *preprints*, dissertações, teses e literatura originada de encontros científicos, como os anais de congressos etc.

Estudo observado por Funaro (2006), tendo como cenário a Web, discute o conceito desse tipo de literatura, à nova perspectiva de visibilidade e acessibilidade, visto que a LC se tornou comum no uso das atividades da comunidade científica pela liberação de diversas bases de dados específicas como as de teses, de eventos, de relatórios etc. Os documentos cinzentos eletrônicos, quanto ao seu uso, podem se manifestar por meio de correios eletrônicos impressos, arquivos cinzentos e documentação técnica recuperada através da Web.

²⁴ SIGLE (System for Information on Grey Literature in Europe) Input: how to make yourgrey documents available through SIGLE. www.konbib.nl/sigle/input.htm. O sucessor atual do SINGLE é o Repositório Open Grey.

²⁵ Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Latvia, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido, República Tcheca e Rússia.

No entendimento de DI CESARE (1995, apud ALMEIDA, 2000, p. 42),

[...] internet oferece novos meios de comunicação técnica e científica, e novos paradigmas de comunicação estão emergindo [...] a informação mundial está mudando e fontes de informação eletrônica, particularmente a Literatura Cinzenta, encontra-se em expansão. Dessa maneira, os problemas relatados de controle bibliográfico não serão resolvidos somente com o uso das novas tecnologias. Por este motivo, se fazem necessárias normas para facilitar a identificação e acesso da informação desejada.

Em pesquisa desenvolvida por Prost e Schöpfel (2014), eles revelam diferentes graus de abertura e tipos de documentos em RIs; afirmam ainda que os RIs facilitam a divulgação da Literatura Cinzenta, principalmente documentos administrativos ou documentos de trabalho, teses, dissertações e relatórios. Em alguns casos em que existe baixa abertura/acesso para teses e/ou relatórios, a decisão de embargo ou metadados sem texto completo se explicam pela falta de consciência, preocupações de propriedade intelectual e medo de plágio, interesses legítimos, exploração esperada (publicação) e segredos comerciais. As razões para o acesso restrito a relatórios técnicos e científicos, que são muitas vezes os produtos institucionais, estão mais relacionadas a conteúdos confidenciais ou segredos comerciais. Recomenda-se que as instituições esclareçam sobre suas políticas de acesso aberto e garantam o mesmo nível de qualidade para RIs como sempre fizeram para os seus catálogos e bases de dados.

3.2.1 Literatura Cinzenta: iniciativas

Em várias décadas passadas a carência de fontes de informação e o desconhecimento da definição dessa literatura motivaram o surgimento de várias iniciativas de países para impulsionar a Literatura Cinzenta, como apresenta o Quadro 5:

Quadro 5 – Iniciativas em alguns países

PAÍSES	INICIATIVAS
Europa	<p>Na Europa o tratamento da LC se dá através de sistemas que se dedicam à área.</p> <p>BLDSC – Centro de Empréstimos de Documentos da Biblioteca Britânica – http://blpc.bl.uk.</p> <p>SIGLE – Sistema de Informação da LC na Europa (1980 – 2005); atualmente se tornou o Repositório Open Grey – opensigle.inist.fr.</p> <p>O SIGLE estabelecia normas e padrões para uso desse tipo de literatura; era constituído por centros nacionais participantes; seu objetivo é tornar público o acesso à LC.</p> <p>Palavras-chave utilizadas no SIGLE: Título – Autor – País– Fontes Cooperativas – Número do relatório – Ficha de publicação – Tabela – Assunto.</p> <p>Em 2011 foi apresentado o Repositório OpenGrey, substituto do OpenSigle.</p> <p>O primeiro passo foi arquivar os registros sigle em um banco de dados aberto e gratuito, em conformidade com o protocolo de coleta de metadados OAI. O INIST francês desenvolveu o OpenSigle, baseado em software MIT (DSpace) e vem carregando a maioria dos registros sigle em um formato XML simplificado.</p> <p>O repositório inclui os resultados de 25 anos de recolhimento e indexação da Literatura Cinzenta pelos parceiros europeus. Desde 2008 os <i>preprints</i> das conferências sobre LC foram incluídos no OpenGrey fornecendo o texto completo dos resultados das pesquisas feitas no campo da ciência da informação.</p> <p>EAGLE – Associação Europeia para exploração da Literatura Cinzenta, coordenou o SIGLE. Associação que produziu o banco de dados SIGLE até 2005.</p> <p>A EAGLE permitiu preservar a cooperação europeia para a Literatura Cinzenta e transformar o modelo de 1980 em uma rede sustentável no ambiente emergente de acesso aberto à informação científica.</p> <p>INIST – Instituto Nacional de Informação Científica e Técnica – http://www.inist.fr</p>
Estados Unidos	<p>NTIS²⁶ – Serviço Nacional de Informação Técnica – é o mais abrangente dos Estados Unidos desde 1970, considerado uma influente organização sobre LC. Conta com a participação de agências federais, tais como NASA, DoD (Departamento de Defesa) e NLM (Biblioteca Nacional de Medicina).</p> <p>O NTIS é a fonte pública que reúne os relatórios resultantes das pesquisas e projetos financiados pelo governo dos Estados Unidos.</p> <p>GREY NET²⁷ – Rede de serviços de Literatura Cinzenta</p> <p>É uma importante rede de âmbito internacional, estabelecida com a finalidade de promover e apoiar o trabalho de autores, pesquisadores, bibliotecários e intermediários de informação no campo da LC. A GreyNet “[...] compila e sintetiza a informação gerada pelos especialistas, construindo uma barra de referência para a transferência de informação bibliográfica, documental e factual, neste campo em expansão” (FARACE, 1997).</p>
Brasil	<p>Cada instituição apresenta diretrizes próprias na gestão dos seus documentos.</p> <p>Algumas instituições brasileiras que geram a LC:</p> <p>Brasília - ENAP – Escola Nacional de Administração Pública – www.enap.gov.br</p> <p>SRD – Ministério da Agricultura e do Abastecimento – www.agricultura.gov.br</p> <p>CNIA - Centro Nacional de Informação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente – http://www.ibama.gov.br</p> <p>IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – www.ibict.br</p> <p>CIF – Conselho da Justiça Federal</p> <p>ANABB – Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil – www.anabb.org.br</p> <p>CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado – www.cpac.embrapa.br</p> <p>BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde – www.bireme.br</p> <p>IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas – www.ipt.br</p> <p>Belo Horizonte - CETEC – Setor de Informação Tecnológica – www.cetec.br</p> <p>Rio de Janeiro - PETROBRAS – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras – www.petrobras.com.br</p>

Fonte: ALMEIDA, 2000.

²⁶www.ntis.gov

²⁷www.greynet.org/greynethome.html.

Sem dúvida a produção da LC é uma engrenagem fundamental para a difusão do conhecimento, o que justifica as inúmeras iniciativas para torná-la mais acessível.

A característica não convencional, de uma cor cinzenta pouco definida, não seja justificativa para ser mantida como uma “literatura fugitiva” e conseqüentemente penalizada. Pelo contrário, deve-se impor como força propulsora da velocidade que caracteriza a comunicação eletrônica, a qual dominará o século XXI. (POBLACION, 1992, p. 246)

Em virtude de sua relevância para a pesquisa científica, tecnológica e informações públicas conexas à Lei de Acesso à Informação, a Literatura Cinzenta necessita obter um amplo e significativo reconhecimento por parte de pesquisadores, bibliotecários, estudantes, editores e cidadãos comuns brasileiros.

4 AMBIENTES DIGITAIS DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO CTS

Uma das temáticas da ciência da informação é a comunicação científica, em que se argumenta sobre a geração e a transferência da informação.

Foi na década de 1940 que o físico e historiador da ciência, John Bernal (1901-1971), nomeou e definiu a expressão “comunicação científica” como sendo o amplo processo de geração e transferência de informação científica entre pesquisadores (IBICT²⁸, 2013). Em 1948, na Reunião da Royal Society (Londres), John Bernal – em parceria com outros pesquisadores – se tornou o fundador da Ciência da Informação.

Segundo Meadows (1999, p. 7), “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”; assim, tão relevante quanto a pesquisa em si é a sua divulgação, e esta só poderá ser declarada como legítima quando for comunicada e certificada pelos pares. Conforme Ziman (1981, p. 105),

[...] a ciência depende sobremaneira da palavra impressa, por duas razões: - é essencial conservar-se um registro público dos resultados, observações, cálculos, teorias, etc., a fim de permitir a referência posterior, por parte de outros cientistas; é também necessário que se forneçam oportunidades para a crítica, a refutação e o aperfeiçoamento ulterior dos fatos pressupostos [...] mas a comunicação, às outras pessoas, dos resultados das pesquisas, é uma coisa ainda mais importante; a ciência, por sua própria natureza, constitui um conjunto de conhecimentos *públicos*, aos quais cada pesquisador acrescenta sua contribuição pessoal, corrigida e purificada pela crítica recíproca [...] a natureza do sistema de comunicação, portanto, é vital para a ciência.

Vários autores têm trabalhado com a temática da comunicação científica e apresentam definições para esse tipo de comunicação, destacando-se entre elas a definição de Barbalho (2005), que enfatiza a comunicação científica sendo entendida como a promoção de intercâmbio de informações de determinada comunidade, a qual divulga os resultados de pesquisas efetivadas de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto no qual está inserida essa comunidade.

Menzel (1958, p. 6) definiu a comunicação científica como “a totalidade das publicações, instalações, ocasiões, arranjos institucionais e costumes que afetam a transmissão direta ou indireta de mensagens científicas entre os cientistas”. Menzel cita várias funções da comunicação científica voltada para o desenvolvimento da ciência e das ações dos cientistas:

²⁸Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

[...] fornecer respostas a perguntas específicas; favorecer o cientista a ficar a par de novos desenvolvimentos em seu campo; favorecer a compreensão de novos campos; conceder significações às principais tendências em seu campo e da importância relativa de seu próprio trabalho; verificação da confiabilidade das informações por testemunho adicional; redirecionar ou ampliar seu espaço de interesse e atenção e obtenção de resposta crítica ao seu próprio trabalho.

Uma das ações da comunicação científica é disseminar a produção científica e intelectual alcançada em determinado tema, viabilizando acesso às novas informações e, conseqüentemente, a geração de conhecimento; ainda, nesse mesmo sentido, possibilita a avaliação pelos pares e evita a duplicidade de pesquisas, além de oferecer o controle de qualidade e garantir a originalidade das descobertas.

Na perspectiva de Mueller (2000), os tipos de comunicação gerados pela ciência podem mudar quanto ao formato, ser encontrados em relatórios, artigos, livros, palestras e outros; relativamente ao suporte, este apresenta-se em papel, meio eletrônico, em materiais multimídia etc.; quanto a audiências, estas podem servir para comunicação entre os pares, entre estudantes, para o público em geral etc.; a comunicação apresenta como função e possui como propósito informar, observar, registrar autoria e outros fins.

Para que ocorra a comunicação científica produzida pelos pesquisadores, há necessidade da existência de sistemas de comunicação científica. Esses sistemas são constituídos por canais formais e informais.

O canal formal apresenta algumas características: publicações impressas em forma de artigos de periódicos (período posterior à chegada da internet e do suporte em papel), livros, comunicações escritas em encontros científicos etc. O canal informal de comunicação também apresenta algumas características, tais como: não são oficiais; ocorrem através de contatos pessoais, telefonemas, correspondências, cartas, manuscritos ainda não revisados pelos pares (*preprints*) e comunicações em eventos. Vale ressaltar que esse tipo de comunicação também é feito por meio de trabalhos publicados em eventos, dissertações, teses e monografias (chamados de Literatura Cinzenta).

Silva e Menezes (2005, p. 13) evidenciam a função desses canais:

Os canais informais, por meio do contato face a face ou mediados por um computador, são fundamentais aos pesquisadores pela oportunidade proporcionada para troca de ideias, discussão e feedbacks com os pares.

Price (1979), Crane (1972), Kaduschin (1976) e Latour (1994), citado por Silva e Menezes (2005), esclarecem sobre os contatos informais mantidos com os pares pelos pesquisadores: Price os chama de “colégios invisíveis”; Crane e Kadushin os denominam de

“círculos sociais”; e Latour, de “redes científicas”.

Latour (1994) incorporou às redes científicas a ideia de que estas não visam propriamente à troca de informações: representam um esquema operacional para construção do conhecimento e nesse esquema estão incluídos os híbridos, elementos não humanos representados pelos equipamentos e por toda a parafernália de produtos e serviços necessários à produção da ciência e da tecnologia. Através da internet as listas de discussão representam um canal informal semelhante aos colégios invisíveis e aos círculos sociais dos tempos passados.

Indivíduos que possuem interesses comuns debatem e trocam informações por intermédio de um processo comunicacional imediato, tudo isso através das listas de discussão que propiciam a criação de comunidades virtuais, assim sendo, sem barreiras de tempo e espaço; já os canais formais, por intermédio das publicações, são fundamentais aos pesquisadores porque permitem comunicar seus resultados de pesquisa, estabelecer a prioridade para suas descobertas, obter o reconhecimento de seus pares e, com isso, aumentar sua credibilidade no meio técnico ou acadêmico.

Meadows (1999) estudou os canais formais e informais da comunicação e destacou a sua importância deixando claro que ela é tão vital quanto a própria pesquisa. Ziman (1979) também estudou esses canais, e enfatizou o internacionalismo, o qual é próprio da natureza da ciência, que busca alcançar um público mais amplo possível a fim de atingir o seu objetivo de difundir o conhecimento.

As primeiras pesquisas que debateram sobre a comunicação científica direcionada para as redes eletrônicas surgiram na década de 1980; autores como Philip James Hills (1983) e Charles W. Steinfield (1986) publicaram artigos importantes de revisão na *Annual Review for Information Science and Technology (ARIST)*. Na década seguinte, de 1990, a pesquisa nesse campo se expande, e autores como Buckle e Meadows escrevem sobre os problemas da comunicação da Ciência na Grã-Bretanha, com foco em correios e fóruns eletrônicos.

A internet (World Wide Web) provocou mudanças significativas nas formas de comunicação entre os indivíduos, e tais mudanças na forma de publicação científica não são diferentes, do suporte em papel para o suporte digital, modificando o fluxo da comunicação científica e a forma de acesso. É bem claro o impacto da internet no sistema de comunicação, como podemos ver a seguir:

Tabela 3 – Impacto da internet no sistema de comunicação

ANTES	DEPOIS
Documentos impressos	Documentos eletrônicos
Bases de dados referenciais	Bases em texto completo
Sistemas isolados	Interoperabilidade
Monopólio de editores científicos para publicação.	Espaço aberto direto na rede.

Fonte: Adaptado de FERNEDA, 2012.

Tal transformação da comunicação nos revela que, nesta última década, está ocorrendo uma reforma do sistema de comunicação científica. No entendimento de Souza (2003, p. 136),

[...] para atender à necessidade de maior velocidade quanto ao fluxo de produção de conhecimento, a rede de computadores e o uso das tecnologias de informação permitem a interação e colaboração entre indivíduos em localidades ainda que remotas, constituindo-se como a mais interessante alternativa para centralizar a geração e disseminação da informação, um paradigma de mudanças, portanto, para a construção e divulgação do conhecimento.

Vale reafirmar que, em relação às transformações da comunicação científica, as mudanças mais claras ocorreram na comunicação informal entre os pesquisadores, transparecendo a rápida difusão das redes eletrônicas nos últimos anos; porém, também houve alterações na comunicação formal que faz uso de canais formais, referindo-se aos periódicos, livros, obras de referência, revisões de literatura, biografias, relatórios técnicos e outros.

O modelo clássico da comunicação científica proposto por Garvey e Griffith (1979) compreendia ações vinculadas à produção, disseminação e uso da informação, abrangendo desde a concepção que dá origem à pesquisa até sua incorporação ao corpo do conhecimento científico. Esse estudo desenvolvido pelos autores verificava o comportamento de pesquisadores entre 1966 e 1971 em mais de 70 pesquisas com mais de 12.000 cientistas da psicologia. No estudo concluiu-se que os artigos científicos publicados em periódicos eram o canal principal de disseminação, contudo isso não era universalidade em todas as disciplinas.

No modelo de Garvey e Griffith não foi presumida a comunicação mediada por computador – o que se justifica pela época estudada, já que a internet estava em seu início (1960) e os únicos usuários eram os militares da ARPANET (rede da Advanced Research Projects Agency – Agência de Projetos de Pesquisa Avançados – EUA). Desse modo, a

tecnologia não era relevante, no entanto os percursos expostos no modelo figuram o sistema da comunicação científica.

Hurt (2000) adaptou o modelo dos sociólogos Garvey e Griffith (1970); a figura 1 mostra as etapas e os processos que compõem a comunicação científica empregando canais de comunicação formal e informal. No começo de uma pesquisa o pesquisador foca seu esforço na comunicação informal para a busca por informações, apresentações de seminários com resultados parciais e interações em grupo. Em outra extensão, ao final da pesquisa, o foco é na ação da comunicação formal que visa as publicações de resultados em congressos, revistas científicas impressas e alguns tipos de publicações *online*.

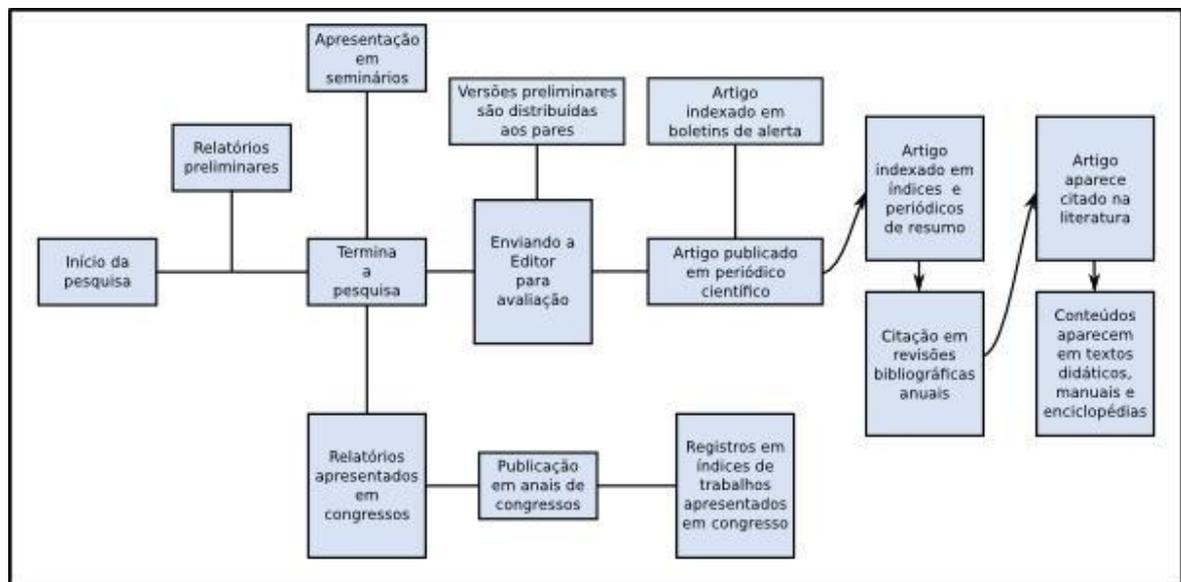


Figura 1 – Modelo tradicional da comunicação científica de Garvey e Griffith (1970)
Fonte: Bernardo e Coelho, 2011, p. 13.

Nessa proposta de atualização por Hurt, sustentada na comunicação eletrônica, não são considerados os parâmetros da comunicação tradicional que é consistida no meio impresso.

Essa mesma autora propôs outro trabalho no mesmo campo da comunicação científica respaldado na noção de pesquisa colaborativa. Nesse modelo sugerido pela autora para 2020 (Figura 2), com disseminação eletrônica e a pesquisa sendo colaborativa, presume-se que o acesso à informação será facilitado com a interconectividade nas pesquisas e das variadas localizações dos artigos. É enfatizado também que a revisão pelos pares continua sendo considerada com muita relevância nesse modelo para garantir a cientificidade da informação.

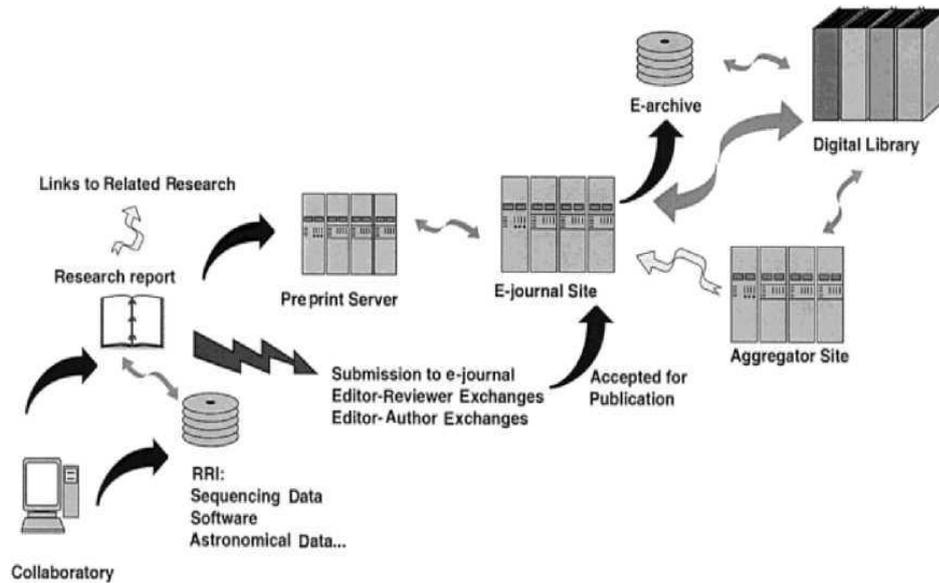


Figura 2 – Modelo de comunicação científica para 2020 de Hurd (2000)
 Fonte: Hurd, 2000, p. 1281.

Outro trabalho que merece destaque é o de Costa (1999), no qual ele discorreu sobre a função das tecnologias digitais na comunicação científica e a adequação ao modelo de Garvey e Griffith (1979) e Hurd (1996), pois diante de várias mudanças se faz necessário novas configurações de representações; a proposta condizia a um modelo híbrido, apresentando um cenário no qual os meios impressos e eletrônicos são complementares.

Costa (1999) esclareceu que o uso da comunicação eletrônica não é idêntico em todo o processo, pois na comunicação informal com colegas a comunicação é mais presente em função da utilização de e-mails e listas de discussões; entretanto, no que diz respeito à publicação, a presença da forma impressa é mais expressiva. A autora atualizou o seu trabalho anterior incluindo a presença do impresso e do eletrônico nas variadas etapas do processo de comunicação científica (COSTA, 2008). Incluiu critérios recentes do processo da comunicação científica, a exemplo o depósito em repositórios institucionais de universidades e agências de fomento (Figura 3).



Figura 3 – Modelo de Costa (2008), adaptação do modelo de Garvey & Griffith para um ambiente baseado nos meios impresso e eletrônico e no Acesso Aberto.
 Fonte: Costa, 2008, p. 225.

Percebemos que temos publicações em paralelo que consistem em manter a versão impressa e eletrônica, permitindo essa publicação em paralelo ser identificada tanto em periódicos e anais quanto em livros.

Costa (2008^a, p. 225) enfatiza a etapa relacionada ao autoarquivamento²⁹ em repositórios institucionais:

Trata-se de um estágio necessário nos dias atuais e que, igualmente, maximiza o acesso, a visibilidade e o progresso da pesquisa. Não se trata de substituir nenhum outro estágio do processo de comunicação, principalmente, o estágio da publicação formal, mas de uma instância eficaz de disseminação ampla e irrestrita, livre de barreiras de preço e de permissão de uso. Desse modo, os repositórios devem conter uma cópia de todo trabalho publicado ou aceito para publicação em periódicos, livros ou outro veículo, em ambiente interoperável e aberto.

Entende-se que é possível elaborar interpretações diferentes do modelo dependendo do momento no tempo, possibilitando mostrar o processo. A partir do que foi discorrido referente às adaptações ao modelo de Garvey e Griffith, pode-se definir quatro momentos distintos: a) processo na década de 1970 – uso dos meios eletrônicos era pouco significativo; b) processo na década de 1990 – forte presença do uso de meios eletrônicos na comunicação informal; c) presente – processo atual demonstra equilíbrio no uso de meios eletrônicos na comunicação formal e informal; d) futuro – Hurd (2000) propôs uma adaptação do modelo para 2020,

²⁹ O depósito de documentos é realizado pelo próprio autor.

completamente voltada para os meios eletrônicos. Sua proposta apresenta um cenário do uso de apenas meios eletrônicos nos processos para comunicação científica.

Enfatizando os canais atuais de disseminação da produção científica no contexto das universidades, alguns canais apresentam grande relevância, tais como: editora (política editorial definida, conselho editorial, política de divulgação); periódico (sem suporte de papel); portal de periódicos; biblioteca; blogs; sites e repositórios.

Para Rosa (2011d), qualquer que seja o canal usado para a disseminação da produção científica, formal ou informal, o essencial em termos sociais e de desenvolvimento científico e tecnológico é a transferência e a publicação dos resultados. Isso favorece, assim, o reconhecimento científico dos pesquisadores e das instituições, ampliando a sua visibilidade, em resposta a uma crescente exigência social de evidências dos resultados do investimento público em pesquisa. Dentre esses canais de disseminação da produção científica os blogs como recursos ou as listas de fóruns de discussão têm sido frequentemente usados por pesquisadores, contribuindo para a difusão e popularização da ciência.

Com o intuito de certificar e identificar as informações publicadas nos blogs foi criado o IBSN³⁰ (Internet Blog Serial Number), tal como instrumento normativo padrão para blogs. É importante a disseminação dos conteúdos gerados e a legitimação de uso das redes sociais, blogs ou outros canais formais e informais, no entanto o que se verifica é a comprovação da expressão “publicar ou perecer³¹” no âmbito acadêmico. O que de fato é comprovadamente publicado e reconhecido é o que é válido para os órgãos avaliadores dos programas de pós-graduação e financiadores da pesquisa (CNPq, CAPES, FAPESP e outros).

Barros (2010), citado por Rosa (2011e), esclarece que a adoção e expansão das redes digitais de comunicação e publicação online realizam uma alteração na fluidez informacional no universo da comunicação científica, otimizando o acesso aos resultados de pesquisas e atendendo a necessidade da própria comunidade. Os acadêmicos notam que a difusão está se manifestando de forma cada vez mais dinâmica e em tempo real. Essa ação em tempo real está sucedendo principalmente nas universidades, com a criação dos Repositórios Institucionais (RIs) online fundamentados nos modelos de autoarquivamento ou o seu sinônimo autodepósito, que será discorrido na seção seguinte.

³⁰Disponível em: ibsn.org

³¹ Máxima anglo-saxônica: Publish or perish

4.1 Movimento de Acesso Aberto

O termo “Acesso Aberto” é uma tradução do inglês “Open Access (OA)”, e está ligado ao acesso gratuito às informações científicas na internet, que passaram pela revisão dos pares. O Acesso Aberto (OA) pode ser compreendido como o acesso sem nenhum tipo de barreira para todos os usuários da internet, permitindo a busca, a leitura, o *download*, a impressão, a indexação ou ainda a construção de *links*, respeitando-se sempre os direitos dos autores. O Acesso Aberto não se aplica a livros sobre os quais os autores pretendam obter receitas ou textos não acadêmicos, como notícias ou ficção.

Falar do Open Access, “Acesso livre” ou “Acesso Aberto” é basicamente o mesmo, por isso vamos dizer apenas Acesso Aberto; mais que uma tendência o Acesso Aberto é um movimento que defende a publicação de artigos científicos em um livre acesso com o objetivo de promover o progresso científico. O Acesso Aberto é uma ideia antiga que se vê ampliada com as capacidades dos meios digitais naturalmente mais rápidos e baratos para fazer chegar ao conhecimento onde ela é necessária dentro e fora da comunidade acadêmica [...] O Acesso Aberto é fruto de elemento ampliador de conhecimentos, mas não só pela via tradicional aos acessos de artigos limitados pelos custos de sua aquisição limitando o número de leitores. Com o Acesso Aberto chegamos mais facilmente a todos interessados, o que poderá elevar as citações, melhorar avaliações e progressão da carreira, o reconhecimento exterior e facilitar o acesso ao financiamento ou patrocínios a novas pesquisas [...] já para não falar das vantagens para as instituições e universidades, que obtendo mais possibilidades se tornam mais conceituadas aumentando a sua procura por novos alunos, novos investigadores e até por patrocinadores e parceiros. Promover o Acesso Aberto é promover o progresso científico. (UNIVERSIDADE DO MINHO - PT³²)

De acordo com Furnival (2012, p. 99-100),

Nas últimas décadas, tem-se testemunhado a crescente disseminação dos valores de “abertura” no mundo digital, principalmente com o movimento de open source no domínio de software e mais recentemente (nos últimos dez anos aproximadamente), o movimento para promover o Acesso Aberto (OA)³³ ou “acesso livre” no âmbito da publicação científica, [...] os defensores de OA³⁴ acreditam que os modos abertos de se disseminar a pesquisa científica são o futuro da comunicação científica.

³² Vídeo “O poder do Acesso Aberto”. Disponível em: openaccess.sdum.uminho.pt/?page_id=276

³³ Iniciativas no mundo: com relação às declarações de Berlim^a, Bethesda^b e Budapeste^c, o termo Acesso Aberto referente à literatura científica foi considerado como acesso à literatura que é digital, *online*, livre de custos e livre de restrições desnecessárias de *copyright* e licenças de uso.

^a Disponível em: www.soros.org/openaccess/read.shtml

^b Disponível em: www.earlham.edu/~peters

^c Disponível em: www.zim.mpg.de/openaccess-berlin

³⁴ Existem por parte dos pesquisadores usos diferenciados para tratar do Open Access; isto posto, no uso dos termos Acesso Livre ou Acesso Aberto, optou-se neste trabalho pelo termo Acesso Aberto, em função do movimento BOAI, denominado no Brasil de Iniciativa do Acesso Aberto.

Na literatura brasileira da área observa-se que não há um consenso quanto à tradução do termo “Open Access”, sendo traduzido tanto para “Acesso Aberto” quanto para “Acesso Livre”. Desse modo, com o surgimento do movimento OA, que foi possibilitado pelos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC), os trabalhos dos pesquisadores se tornaram mais fáceis no acesso a ambientes como os repositórios institucionais (RIs).

O sistema de publicação científica passou a sofrer uma reestruturação com o movimento OA, auxiliando a posição da titularidade do direito autoral com o autor. Dessa forma o movimento OA despertou receios nas editoras, que não querem perder competitividade no mercado; o lucro tende a diminuir conforme ocorre o aumento do Acesso Aberto, de barreiras de custo e de permissão ao uso da informação.

O princípio do movimento OA teve como razão os seguintes fatores: o aumento excessivo das assinaturas dos periódicos científicos que resultou na crise das bibliotecas acadêmicas; a dificuldade do acesso à informação científica; o surgimento da edição digital e o modelo da comunicação tradicional, em que o produtor da informação é também o seu consumidor.

Prosser (2003) ressalta que

O principal meio de comunicação entre os pesquisadores – o periódico científico acabou gerando alguns inconvenientes, conseqüentemente os pesquisadores não conseguem ter acesso a toda a literatura científica que necessitam para contribuir com o progresso da ciência, essa ação acaba por limitar a aceleração e a disponibilização à pesquisa científica. Nesse cenário, surgem insatisfações em vários níveis: a) autores (pesquisadores) acabam por não ser vistos por todos os pares e não têm o reconhecimento desejado; a cessão exclusiva de direitos em troca da publicação impede que o autor tenha poderes sobre seu trabalho (não pode distribuir); b) leitores (outros pesquisadores) não têm acesso a toda literatura científica de que necessitam, tornando-se menos produtivos; c) bibliotecas não podem satisfazer as necessidades de informações de seus usuários; d) agências de fomento, Institutos de pesquisas/ Universidades, não possuem controle da produção científica que financiam e não têm condições de manter assinaturas de periódicos científicos.

Diante desse contexto, a resposta à crise dos custos altos das assinaturas surgiu na própria comunidade científica; em Los Alamos, Novo México, EUA, no ano de 1991, foi idealizado o primeiro repositório digital de préprints – arXiv.org. –, desenvolvido no laboratório de física coordenado pelo físico Paul Ginsparg. No ano seguinte, 1992, surge o primeiro periódico eletrônico, The Online Journal of Clinical Trials.

O OA é o resultado de um conjunto de fatores que envolvem a reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais e a conscientização do aumento de impacto provocado pela disponibilidade de documentos científicos sem restrições ao acesso.

Suber (2010) pondera que o OA é compatível com direitos autorais, revisão pelos

pares, preservação, prestígio, qualidade e serviços de apoio da literatura acadêmica convencional, com a diferença de que o usuário não precisa pagar por esse serviço e, logo, não há barreiras de acesso, a não ser barreiras técnico-infraestruturais como a falta de conexão à internet.

Em dezembro de 2001 ocorreu uma reunião em Budapeste que ficou conhecida como Budapeste Open Access Initiative (BOAI³⁵), aguçando o interesse da comunidade acadêmica. O propósito da reunião de Budapeste era fazer com que os leitores pudessem encontrar uma literatura importante e que as produções científicas dos pesquisadores/autores em todas as áreas se tornassem mais acessíveis através da internet; conseqüentemente seriam mais lidas, mais citadas e, como resultado, gerariam um maior impacto na comunidade acadêmica.

Nesse mesmo ano a University of Southampton, Inglaterra, inicia estudos para o desenvolvimento do *software* livre Eprints, para uso em repositórios. No ano seguinte, em 2002, foi elaborado e publicado o manifesto BOAI visando demonstrar as vantagens do OA à comunidade científica, formalizando-se assim duas estratégias.

Essas duas estratégias foram baseadas no protocolo Open Archives Initiative (OAI)³⁶ – Protocolo Metadata³⁷ Harvesting (OAI-PMH³⁸) –, denominadas “Via Verde” (*Green Road*) e “Via Dourada” (*Golden Road*).

Outra iniciativa foi a declaração Bethesda³⁹ Statement on Open Access Publishing, em abril de 2003. O objetivo desse documento foi estimular a discussão dentro da comunidade de pesquisa e definir a publicação de OA à literatura científica primária. Duas condições se destacaram nessa definição:

- a) Autores de direitos autorais devem garantir a todos os utilizadores:
 - Direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a suas pesquisas;
 - Licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente, distribuir trabalhos derivados em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeitos à devida atribuição de autoria, bem

³⁵Disponível em: www.soros.org/openaccess/read.shtml

³⁶*Open Archives Initiative* é uma organização não governamental, cujo objetivo é desenvolver e promover soluções de interoperabilidade, de tal forma que facilite o acesso eficiente aos conteúdos em formato digital e na *web* de uma maneira convencional (protocolo), e o recolhimento, de forma automatizada, dos metadados, mas não necessariamente os seus conteúdos.

³⁷ Assegura a padronização dos metadados (são dados sobre dados que descrevem, identificam, explicam, localizam e recuperam os documentos).

³⁸Disponível em: www.openarchives.org

³⁹Disponível em: legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm

como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal;

- b) Depósito de um documento completo digital em um repositório visando à publicação de Acesso Aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento a longo prazo, ou seja, refere-se a uma publicação completa e à execução das etapas necessárias para a transição rápida e eficiente à publicação de Acesso Aberto.

Foi assinada a declaração de Berlin⁴⁰ sobre o Acesso Aberto ao conhecimento nas Ciências e Humanidades em outubro de 2003.

O manifesto de Berlim manteve as recomendações dos manifestos de Budapeste e Bethesda, e assegurou o apoio à trajetória para o padrão de Acesso Aberto. Os três manifestos são conhecidos como BBB ou “3 Bs”, considerados os mais relevantes manifestos de Acesso Aberto.

No dizer de Freire (2011, p. 71), a declaração de Berlim

Promove a internet como um instrumento funcional para a base do conhecimento científico global e estabelece, medidas para os quais os agentes públicos – instituições de pesquisa, agências de financiamento à pesquisa, bibliotecas, museus – necessitam adotar. Dentre elas, o mandato de armazenamento da literatura científica produzida com recursos públicos, em repositórios digitais interoperáveis de amplo acesso à sociedade.

Diante dessas iniciativas em benefício do OA à informação científica, pesquisadores, universidades e segmentos sociais instituíram uma declaração de princípios e caracterizaram o OA com algumas finalidades:

Disponibilizar livremente na internet para usuários conclusões de pesquisas científicas sem custos e revisadas pelos pares e/ou *preprints*, permitindo a qualquer usuário ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou link para os textos completos desses artigos, rastreá-los para indexação, passá-los como dados para software, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas. A única restrição sobre a reprodução e distribuição, e a única função dos direitos de autor neste domínio, deve ser o controle do autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002)

O movimento em benefício do OA continuou a se mobilizar, e outras ações em anos

⁴⁰Disponível em: openaccess.mpg.de/67693/BerlinDeclaration_pt.pdf

seguintes devem ser mencionadas, como apresenta a Quadro 6.

Quadro 6 – Algumas iniciativas do movimento OA

ANO	INICIATIVAS DO MOVIMENTO OA
2003	A PLOS (<i>Public Library of Science</i>) lança sua primeira revista de Acesso Aberto, a PLoS Biology (EVOLUÇÃO ⁴¹ , 2013);
2003	Resolução da Câmara dos Comuns, Reino Unido;
2003/2004	É desenvolvido o Dspace, <i>software</i> livre para repositórios digitais;
2003	O Science and Technology Committee do Parlamento Britânico (House of Commons) divulga a necessidade de realização de uma enquete sobre preços e acessibilidade de publicações científicas; relatório conclusivo, foi intitulado “Scientific publications: free for all?”, e apresentou 82 itens; propõe recomendações em torno da necessidade de estabelecimento de modelos mais eficazes de acesso do contribuinte a essas informações. Diante disso, pesquisadores e professores das Universidades de Southampton e Loughborough e do eScience elaboraram e publicaram uma política para o Reino Unido referente ao Acesso Aberto em que argumentam, discutem aquele relatório e propõem linhas de ação em nível governamental. Diante de uma série de declarações e recomendações feitas pelos órgãos governamentais do Reino Unido, da necessidade de abertura de acesso aos resultados de pesquisas, em 2006 a Wellcome Trust solicita que os pesquisadores por ela financiados depositem seus trabalhos no PubMed Central. No ano seguinte, 2007, o UK PubMed Central é oficializado como o repositório de Acesso Aberto (SILVA, 2009; ALCARÁ, 2009);
2004	Representantes ministeriais de 34 países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) publicam a declaração sobre o acesso aos dados da investigação financiada por fundos públicos (Declaration on Access to Research Data From Public Funding) (EVOLUÇÃO, 2013);
2004	Portugal lança a Declaração de Estoril sobre o Acesso à Informação ⁴² , no 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, passando a apoiar as definições, objetivos e princípios do Acesso Aberto;
2006	A Universidade de Nottingham (Reino Unido) e a Universidade Lund (Suécia) lançam oficialmente o OpenDOAR (Directory of Open Access Repositories) (EVOLUÇÃO, 2013a);
2006	Compromisso do Minho – em Portugal, nesse ano, é elaborado o Compromisso sobre o Acesso Livre à Informação Científica em Países Lusófonos ⁴³ , no 2º Congresso sobre Acesso Livre ao conhecimento Científico. Os proponentes desse documento comprometem-se a solicitar às instituições acadêmicas e científicas o envolvimento no que se refere às iniciativas no âmbito do Acesso Aberto, que visam: contribuir para aumentar o impacto global da produção científica originada nos países lusófonos por meio do Acesso Aberto; canalizar os esforços de pesquisa e desenvolvimento nos países lusófonos para uma ação integrada no que tange às iniciativas de Acesso Aberto; sensibilizar as instituições governamentais e as agências de financiamento para iniciativas que promovam o Acesso Aberto (COMPROMISSO, 2006);

⁴¹Disponível em: blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/#.UzsApyjNvIV

⁴²Disponível em: www.apbad.pt/Downloads/DeclaracaoEstoril.pdf

⁴³Disponível em: kramoto.files.wordpress.com/2008/09/compromisso_do_minho.pdf

ANO (cont.)	INICIATIVAS DO MOVIMENTO OA
2006	IFLA e UNESCO lançam o manifesto Diretrizes sobre a Internet da IFLA/UNESCO (EVOLUÇÃO, 2013b);
2007	Nos Estados Unidos, o presidente George W. Bush assina a lei que implanta uma política governamental de obrigatoriedade de depósito no repositório de Acesso Aberto, PubMed Central (PMC), de todo resultado de pesquisa financiada pelo National Institute of Health ⁴⁴ (NIH); tramitou por três anos; o Congresso Americano pede ao NIH a elaboração de uma política de obrigatoriedade de depósito em repositórios de Acesso Aberto;
2007	A Social Science Research Network lança oficialmente a Rede de Pesquisa em Humanidades (Humanities Research Network), uma coleção de repositórios em Acesso Aberto em diferentes campos das ciências humanas (EVOLUÇÃO, 2013c);
2008	Peter Suber e Robin Peek lançam o Open Access Directory (EVOLUÇÃO, 2013d);
2008	Os participantes da conferência Open Access and Research (Brisbane, 2008) emitem a Declaração de Brisbane (EVOLUÇÃO, 2013e);
2008	Conferência Internacional Open Access: Infra-estrutura - o futuro da Comunicação Científica. Conferência Europeia MedOANet/EKT, Atenas, Grécia;
2009	Os Países Baixos (Holanda) declaram 2009 o Ano do Acesso Aberto (EVOLUÇÃO, 2013f);
2010	Conferência Internacional Open Access: pesquisa – Educação e dados públicos. Conferência Europeia MedOANet/EKT, Atenas, Grécia;
2010	1ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA ⁴⁵), em Braga, Portugal;
2011	2ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA), no Rio de Janeiro, Brasil;
2012	3ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA), Universidade Nova Lisboa – Portugal;
2012	O matemático Timothy Gowers chama a comunidade científica para um boicote à editora Elsevier, por três razões: os altos preços de assinatura de revistas individuais, pacotes agregando assinaturas de revistas de valor e importância diferentes, e apoio da Elsevier para projetos de lei que restringem o acesso à informação (Stop Online Piracy Act – SOPA; Protect IP Act – PIPA; e o Research Works Act). A partir de então mais de 13.000 pessoas assinaram o documento “O Custo do Conhecimento” (The Cost of Knowledge) (EVOLUÇÃO, 2013g);
2013	Conferência Internacional Open Access: rumo a políticas europeias comuns para reutilização inovadora de setor público e informação científica – Grécia; Conferência Europeia MedOANet/EKT;
2013	4ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA), Universidade de São Paulo – USP, Brasil;
2014	5ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (CONFOA), na Universidade de Coimbra – Portugal.

Fonte: Autoria própria

É sabido que o cenário da comunicação científica se transformou completamente em razão da Iniciativa de Arquivos Abertos (OAI) e do Movimento de OA; assim, há de se observar alguns aspectos em ambas, que Freire (2011, p. 70) considera:

- a) a Iniciativa de Arquivos Abertos está centralizada num escopo puramente tecnológico, ou seja, na criação de ferramentas e arranjos estruturais para acomodar arquivos digitais;
- b) o Movimento de Acesso Aberto busca a conscientização dos cientistas e demais atores envolvidos no processo de construção e disseminação do conhecimento científico para os benefícios que essas novas tecnologias trazem para o processo de comunicação científica e conseqüentemente para o avanço da ciência.

⁴⁴Disponível em: www.nih.gov

⁴⁵Disponível em: www.acessolivre.pt/c/index.php/confoa/2010

Citadas anteriormente as duas estratégias Via Verde e Via Dourada baseadas no protocolo OAI-PMH, cabe aqui retomar essas duas vias no intuito de esclarecer ao leitor alguns pontos sobre ambas.

4.1.1 Via Verde e Via Dourada

No entendimento de Leite (2009d), Via Verde significa o sinal verde de editores científicos para o arquivamento da produção científica pelos próprios autores em repositórios digitais de Acesso Aberto, especialmente em repositórios institucionais, ou seja, compreende o autoarquivamento pelos autores de seus artigos publicados ou aprovados para publicação em periódicos que realizam a revisão por pares. Via Dourada significa o Acesso Aberto promovido nos próprios periódicos científicos, de modo que os artigos científicos possam ser disseminados sem restrições de acesso ou uso; em outras palavras, essa via é formada por periódicos eletrônicos que já utilizam o modelo de Acesso Aberto ao conteúdo como recomendação à comunidade científica.

Os periódicos de OA Via Dourada já nascem de acesso público e aberto, enquanto que o modelo autoarquivamento⁴⁶ Via Verde concede que os autores depositem seus artigos em repositórios institucionais ou temáticos.

Harnad (2011) afirma que o autoarquivamento dentro do Movimento OA não significa autopublicação e nem significa uma publicação sem a revisão dos pares, ele se direciona para pesquisas revisadas e complementa que as vias verde e dourada não devem ser confundidas nem conflitantes, e sim se complementarem.

O OA possui como suporte várias ferramentas que efetuam o protocolo OAI-PMH. Normalmente essas ferramentas são *open source* (código aberto), são gratuitas e podem ser modificadas. Quanto às licenças, algumas determinam que o código modificado seja compartilhado do mesmo modo que o original, enquanto outras apresentam menos delimitações e ainda concedem a utilização do código em aplicações comerciais.

O OAI-PMH é implementado por ferramentas gratuitas, as quais sustentam o OA tanto na sua Via Dourada como na Verde.

⁴⁶Vários autores utilizam a palavra autodepósito como sinônimo de autoarquivamento; neste trabalho optou-se pela palavra autoarquivamento (depósito do documento no repositório institucional, realizado pelo próprio autor).

O Open Journal Systems⁴⁷ (OJS) é o destaque na Via Dourada. A Public Knowledge Project⁴⁸ (PKP) desenvolveu o OJS, um sistema de gestão e publicação de revistas científicas. No Brasil, esse sistema denominou-se Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas⁴⁹ (SEER). Como exemplo, as revistas Ciência da Informação⁵⁰ e Hygeia⁵¹ estão no âmbito do OJS/SEER em português.

Existe uma gama de softwares de repositórios digitais OAI, tais como: Eprints, Bepress, OPUS, CDSware, Driver, i-Tor HAL, MyCoRe, Dspace, ETD-db, DIVA, ARNO, Fedora, Zentity, GREENSTONE, NOU-RAU, entre outros, que permitem o desenvolvimento de repositórios. Neste estudo, o destaque na Via Verde são as plataformas Eprints, Dspace e Fedora, as mais usadas na implementação de repositórios (institucionais, temáticos, disciplinares ou outros).

Neste estudo não há pretensão em comparar características e funcionalidades das três plataformas citadas, pois existem estudos disponíveis, citando-se o relatório⁵² do projeto de repositórios de OA, na Nova Zelândia, e o Guia⁵³ para Software de Repositórios Institucionais, do Open Society Institute⁵⁴ (OSI).

É relevante elucidar as plataformas citadas anteriormente na Via Verde, normalmente estão acessíveis sob licença de fonte aberta, são gratuitas e podem ser modificadas, atualizadas e redistribuídas:

- a) Eprints⁵⁵ – essa plataforma foi apresentada publicamente em 2000. Foi desenvolvida pela School of Electronics and Computer Science⁵⁶, tendo a sua iniciativa na University of Southampton, Inglaterra, por Rob Tansley e Christopher Guttridge, membros da equipe de Stevan Harnard, defensor do movimento OA. Foi o primeiro software para a criação de repositórios de literatura científica. Está disponível livremente como software de OA, compartilhado de acordo com a licença GPL – GNU Public Licence. No Brasil, o Instituto Brasileiro de

⁴⁷Disponível em: pkp.sfu.ca/?q=ojs

⁴⁸Disponível em: pkp.sfu.ca

⁴⁹Disponível em: www.ibict.br/secao.php?cat=SEER

⁵⁰Disponível em: [www.ibict.br/ciencia da informação](http://www.ibict.br/ciencia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o)

⁵¹Disponível em: www.hygeia.ig.ufu.br

⁵² CATALYST. Technical evaluation of selected open source repository solutions on behalf of CPIT. Version 1.3 approved. Wellington, New Zealand: [200?]. Disponível em: eduforge.org/docman/view.php/131/1062/Repository%20Evaluation%20Document.pdf

⁵³Disponível em: www.budapestopenaccessinitiative.org/pdf/OSI_Guide_to_IR_Software_v3.pdf

⁵⁴Disponível em: www.soros.org

⁵⁵ Existem repositórios e-prints e também foi criado um pacote de software que leva o mesmo nome E-prints; Disponível em: www.eprints.org

⁵⁶Disponível em: www.ecs.soton.ac.uk

Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)⁵⁷ traduziu e adequou para o português o programa Eprints, sob o nome Diálogo Científico⁵⁸ (DICI);

- b) Dspace⁵⁹ – pode gerenciar e preservar todos os tipos de conteúdos digitais produzidos por comunidades acadêmicas dentro do universo de organizações de pesquisa e de universidades. As bibliotecas do Massachusetts Institute of Technology⁶⁰ (MIT), juntamente com laboratórios da corporação Hewlett-Packard (HP)⁶¹, tiveram a iniciativa da criação do Dspace; o lançamento ocorreu em 2002. O Dspace está disponível gratuitamente como software de código aberto, assim pode receber do mundo todo contribuições para seu desenvolvimento. Em 2004 foi formada uma equipe intitulada Dspace Committers⁶², que coordena os desenvolvimentos gerados no mundo todo e é responsável pela legalização e disponibilização de novas versões. O IBICT⁶³ possui uma versão em português do sistema e a disponibiliza para downloading, conforme a licença BSD Open Source;
- c) Fedora⁶⁴ – Flexible and Extensible Digital Object and Repository Architecture é software de código aberto, possui uma arquitetura para armazenar, gerenciar e disseminar conteúdos digitais. Uma característica do Fedora quanto ao objeto digital é que implementa o conceito de objetos digitais complexos e o relacionamento entre eles. Foi originalmente desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Cornell e pela Biblioteca da Universidade da Virginia, Estados Unidos, em 2003. Em 2007 surge o Fedora Commons, uma organização sem fins lucrativos fundada pela Cornell University e pela University of Virginia, sob a licença Apache. Objetivava construir uma comunidade de usuários científicos e educacionais acadêmicos, que iria colaborar abertamente com a equipe Fedora Commons para continuar a desenvolver o software de código aberto. Em 2007 também é criada a Fundação Dspace (HP e MIT), uma organização sem fins lucrativos que oferece, além de liderança técnica, administração e apoio ao número crescente de usuários DSpace.

⁵⁷Disponível em: www.ibict.br

⁵⁸ Disponível em:

ridi.ibict.br/handle/123456789/8/browse?type=subject&order=ASC&rpp=20&value=Dici%2FEprints

⁵⁹Disponível em: www.dspace.org

⁶⁰ Disponível em: libraries.mit.edu

⁶¹ Disponível em: www.hp.com

⁶²Disponível em: www.dspace.org/contributors

⁶³ Disponível em: dspace.ibict.br

⁶⁴ Disponível em: www.duraspace.org/about_fedora; www.fedora-commons.org

Em 2009 os executivos e os interessados de ambas as comunidades DSpace e Fedora se reuniram para discutir os potenciais benefícios de uma colaboração; ao trabalhar em conjunto, ambas as comunidades poderiam ser fortalecidas com a utilização de serviços compartilhados, menores custos operacionais, novas oportunidades e capacidades de acesso, e preservação de conteúdo digital.

As duas organizações sem fins lucrativos se juntaram para se tornar a DuraSpace, que iria continuar a missão de alavancar novas tecnologias e desenvolvimento de novas estratégias. A DuraSpace lançou um programa de patrocínio em 2010 para fazer das comunidades parceiros e colaboradores para o apoio financeiro, a fim de continuar os esforços da Organização no sentido de manter e melhorar os projetos do Fedora e do DSpace.

Em 2007, entre as três plataformas citadas, a menos empregada era a plataforma Fedora, pois o sistema exigia mais tempo e conhecimento nas etapas da instalação, da configuração e de adaptação. Na escolha de uma plataforma é relevante levar em consideração alguns fatores, como a interoperabilidade⁶⁵ da plataforma com as normas e as diretrizes estabelecidas, a facilidade de instalação e manutenção, e a comunidade de utilizadores.

No dizer de Batista (2007), tanto na Via Verde como na Via Dourada os artigos existentes têm um registro de metadados que se tornou notório para colheita pelos provedores de serviços OAI; após estes serem tratados e agregados, fornecem serviços com valor agregado ao usuário final ou a outros serviços de informação, como exemplos o OAISTER⁶⁶ e o Google Scholar.

4.2 Movimento de Acesso Aberto no Brasil

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão responsável pela informação científica no Brasil, desde 2000 vem se adequando aos padrões estabelecidos pelo modelo Open Archives. O IBICT apóia o movimento de Acesso Aberto no Brasil, propiciando difusão e discussões no que tange à comunicação científica.

⁶⁵ Disponível em: www.oaforum.org/tutorial/english/page6.htm#section13>. Interoperabilidade é a capacidade de sistemas, serviços e organizações em trabalharem conjunto rumo a um objetivo comum e diversos. Na área técnica é apoiada por padrões abertos para a comunicação entre sistemas e para a descrição de recursos e coleções, entre outros.

⁶⁶ Disponível em: www.oaister.org

O Brasil, igualmente a outros países desenvolvidos, aderiu ao movimento OA em resposta à crise de periódicos. A partir de 1986 os preços das assinaturas dos periódicos estiveram acima dos valores da inflação, e, como resultado, ocorreu a redução do número de periódicos assinados, com prejuízos que sucederam para pesquisadores, professores e estudantes.

Em relação aos altos custos das assinaturas dos periódicos, o impacto nos orçamentos das bibliotecas brasileiras só não foi maior se comparado aos das americanas, devido ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁶⁷, na forma da instituição da plataforma CAPES⁶⁸ implantada no final de 2000, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que avaliam e financiam a pesquisa nacional e a edição de periódicos. Santos e Monteiro (2013, p.50) enfatizam o papel relevante dessas duas agências nacionais de fomento e as fundações estaduais de apoio à pesquisa no processo de implantação das propostas do movimento OA e, assim sendo, órgãos apoiadores das atividades de C&T, por meio de concessões de bolsas de pesquisa e de pós-graduação e recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, permitem oportunizar elaborações de políticas de acesso aberto às publicações produzidas pelos pesquisadores.

A comunidade científica brasileira conduziu várias manifestações em apoio ao movimento OA, como mostra a Quadro 7.

⁶⁷ É uma das maiores bibliotecas virtuais do mundo, reunindo conteúdo científico de alto nível disponível à comunidade acadêmico-científica brasileira.

⁶⁸ Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br

Quadro 7 – Algumas iniciativas no Brasil

ANO	INICIATIVAS BRASILEIRAS
2002	Pelo IBICT é disponibilizado o Portal de Teses e Dissertações (BDTD ⁶⁹) que disponibiliza para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral e atualmente integra 97 Instituições de Ensino Superior (IES) que mantêm programas de pós-graduação. A BDTD utiliza as tecnologias do Open Archives Initiative (OAI) e adota o modelo baseado em padrões de interoperabilidade;
2004	Os participantes do 2º Simpósio Internacional de Bibliotecas Digitais (SIBD) em Campinas, Brasil, emitem uma declaração de apoio ao Acesso Aberto;
2005	O OA no Brasil teve como marco o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso livre à Informação” lançado pelo IBICT. Esse manifesto, pode-se dizer, é um conjunto de recomendações à comunidade científica para a implantação do Acesso Aberto no País, ou seja, um guia para discussão e estabelecimento de uma política de Acesso Aberto (KURAMOTO, 2009);
2005	Os participantes do Seminário Internacional Acesso Aberto para Países em Desenvolvimento, evento organizado pela BIREME/OPAS/OMS, paralelo ao 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas – Compromisso com a Equidade (Salvador, Bahia, Brasil, 20-23 de setembro, 2005) emitem a Declaração de Salvador ⁷⁰ - Compromisso com a Equidade e a Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: Perspectiva do Mundo em Desenvolvimento. A primeira pede aos governos para promover o acesso equitativo e aberto e a segunda pede aos governos para exigir Acesso Aberto à investigação com financiamento público;
2005	Representantes de organizações da sociedade civil, bibliotecários, professores e pesquisadores divulgam a Carta ⁷¹ de São Paulo, documento em defesa da disponibilização e do acesso público por meios digitais à literatura científica derivada de pesquisas financiadas direta ou indiretamente com recursos públicos;
2006	A CAPES lança o Portal Domínio Público, deliberando que as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 fossem disponibilizadas em ambiente da internet;
2006	Durante o XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) foi lançado a Declaração de Florianópolis, manifesto em apoio ao movimento mundial da comunidade científica em favor do OA à literatura de pesquisa qualificada, revisada por pares;
2008	No evento I Workshop sobre Acesso Livre nas Unidades de Pesquisas promovido pelo IBICT, no Rio de Janeiro, ocorreu o lançamento Assinatura da Carta do Rio de Janeiro;
2009	Distribuição de kits tecnológicos pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos para as Universidades Brasileiras, para construção de repositórios institucionais;
2010	Lançamento da Carta ⁷² de Apoio ao Acesso Aberto à Produção Técnico-Científica, Artística e Didática da Universidade de São Paulo. Cidadãos, representantes de organizações da sociedade civil, docentes, funcionários e estudantes ligados ao meio acadêmico reuniram-se para, a partir desse documento, manifestar o apoio ao Acesso Aberto à produção científica;
2011	O senador Rodrigo Rollemberg submete ao Senado Nacional o Projeto de Lei 387/2011 de 06/07/2011, que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil. A proposta (PLS 387/2011 ⁷³) estabelece que universidades, faculdades, institutos e centros de ensino superior, bem como entidades de pesquisa, sejam públicos ou privados, devem manter em repositórios de livre acesso, pela internet, o inteiro teor da produção técnico-científica resultante de pesquisas realizadas com recursos públicos;
2013	No evento II Encontro de Gestores de Repositórios Institucionais (RIs), foi lançado a Carta ⁷⁴ de Rio Grande, um documento produzido pelos participantes desse evento realizado em Rio Grande (RS);
2014	Durante o evento XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em Belo Horizonte (MG), ocorreu o encontro de Repositórios Institucionais (RIs) sob a coordenação do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Fonte: Autoria própria

⁶⁹ Disponível em: <www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/copy3_of_ApresentadaBibliotecaDigitalBrasileiradeTeseseDissertaesBDTD_11072012.pdf/viiew?searchterm=BDTD>

⁷⁰ Disponível em: www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=87&content=437

⁷¹ Disponível em: www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/2005/carta-de-sao-paulo-defende-o-acesso-livre-a/?searchterm=carta%20de%20sao%20paulo

⁷² Disponível em: www.acessoaberto.usp.br/cartaUSP

⁷³ Disponível em: www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1

⁷⁴ Disponível em: repositorio.furg.br:8080/bitstream/handle/1/4254/CARTA%20DE%20RIO%20GRANDE%20-%2020II%20ENCONTRO%20DE%20GESTORES%20DE%20REPOSIT%C3%93RIOS%20INSTITUCIONAIS%20%28RIs%29%20%20Rio%20Grande%2c%20Rio%20Grande%20do%20Sul%2c%20Brasil-1.pdf?sequence=1

Diante do contexto de que o OA é uma tendência mundial, o Brasil procura apoiar iniciativas favoráveis para que a produção do conhecimento esteja disponível a quem necessitar, e apoiar a continuidade das implementações de Repositórios Institucionais, tornando-os, desse modo, preservadores da memória das instituições de ensino superior e a visibilidade da riqueza científica do país.

4.2.1 Repositórios digitais

No dizer de Bekaert e Van de Sompel (2006), repositórios são conjuntos de documentos coletados, organizados e disponibilizados eletronicamente. No contexto específico dos repositórios, os documentos adquirem novas configurações e são denominados objetos digitais ou estrutura de dados digitalmente codificados, composta pelo conteúdo de informação, metadados e identificador.

Para minimizar a falta de visibilidade de sua produção intelectual as universidades passaram a implementar os Repositórios Digitais (RDs), tendo assim uma alternativa para a divulgação de suas produções científicas. Sistemas de informação que possuem mecanismos de interoperabilidade disponíveis na internet são vistos como repositórios digitais apoiados por ferramentas, estratégias e metodologias que caracterizam o novo modelo de comunicação científica.

Para promover o livre acesso às informações, tanto na esfera acadêmica como em todos os órgãos públicos, pode-se valer dos RDs de Acesso Aberto, que são considerados ferramentas empregadas na gestão do conhecimento científico e organizacional, ressaltando que os responsáveis pelos repositórios não são encarregados de realizar a avaliação.

Não há a pretensão nesta seção de esgotar os conceitos atribuídos aos RDs e seus tipos, pois existem vários autores com uma gama de definições; serão mencionados os mais conhecidos nessa área. É interessante enfatizar um estudo realizado por Masson⁷⁵ (2008): o trabalho visou estudar a diversidade de conceitos e usos da expressão “repositório digital” e, com isso, refletir sobre como surgiu esse serviço, considerado específico de uso na comunidade científica e nas universidades, como também um serviço passível de ser utilizado em organizações privadas ou públicas, nas modalidades de repositórios institucionais e temáticos.

⁷⁵Disponível em: revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/679

A expressão “repositórios digitais”, no contexto do Acesso Aberto, é empregada para denominar os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica, constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica. O tipo de repositório digital é determinado pela aplicação e pelos objetivos aos quais se destina (LEITE, 2009e, p. 21).

Segundo o glossário de termos do IBICT, repositórios digitais são “sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades científicas”.

Os repositórios digitais estão de acordo com as políticas da Open Archives Initiative (OAI)⁷⁶ e, para Mádero Arelano (2008, p. xx),

Os repositórios digitais são um serviço de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar materiais por longos períodos de tempo e prover o seu acesso apropriado. Os repositórios digitais são um conjunto de ferramentas necessárias para os produtores, disseminadores e usuários de documentos digitais.

No dizer de Camargo e Vidotti (2009, p. 61, grifos nossos),

[...] os repositórios surgiram com o propósito de preservação da memória e visibilidade institucional, porém, esses ambientes não precisam ser **obrigatoriamente voltados exclusivamente para fins acadêmicos**. Eles se iniciaram com esse objetivo, mas podem ser desenvolvidos com **fins administrativos**, visando também à comunidade funcional das instituições.

Ainda neste sentido, segundo Sarmiento et al. (2005, p. 3), os repositórios digitais podem ser definidos como

Coleções digitais que armazenam, preservam e tornam disponível a produção intelectual de uma ou mais universidades, sem qualquer custo para o produtor e consumidor da informação.

No entendimento de Freire (2011a), arquivos eletrônicos destinados ao armazenamento e à preservação da produção científica gerada por um pesquisador, um departamento ou uma instituição de ensino e pesquisa são considerados repositórios digitais de Acesso Aberto, e possuem mecanismos de interoperabilidade que permitem a integração de vários repositórios na formação de uma única base global de informação científica.

A disseminação dos resultados de pesquisas nas universidades é feita por meio do uso

⁷⁶ Disponível em: www.openarchives.org

das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), cuja função principal na gestão do conhecimento é de agregar valor à informação e distribuí-la de forma rápida, isto é, estender e acelerar a velocidade de transferência a favor do conhecimento científico. Diante do exposto consideramos que a criação dos RDs possibilitou facilidades ao acesso à produção científica; assim se faz menção a dois tipos principais de repositórios: os temáticos – organizados sob uma base disciplinar – e os institucionais.

Rosa (2011a, p. 135) compartilha que

Os repositórios surgiram inicialmente como repositórios digitais temáticos [...] mas logo em seguida a ideia evoluiu para que esses repositórios se agrupassem e ficassem sob a responsabilidade de uma instituição e voltados para a divulgação da produção científica, passando para a denominação de Repositório Institucional.

Foram mencionados os repositórios temáticos e institucionais que são considerados os dois principais, mas para conhecimento do leitor é necessário mencionar outros que aparecem citados na literatura desse campo.

No entendimento de Kuramoto (2011), embora haja diferentes conceituações e classificações é desejável atentar para a coerência em termos de definição; sugere utilizar o critério de abrangência, classificação proposta pelo documento apresentado; desse modo os tipos de repositórios podem ser:

- a. Repositório Institucional para caracterizar aqueles repositórios que armazenam a produção científica de uma dada instituição;
- b. Repositório Temático ou Disciplinar para caracterizar aqueles repositórios que armazenam a produção científica de uma área do conhecimento;
- c. Repositório Central para caracterizar aqueles repositórios que armazenam a produção científica referente às pesquisas financiadas por uma ou mais agências de fomento;
- d. Repositório Departamental para caracterizar os repositórios que armazenam a produção científica de um departamento de uma instituição, ou no caso francês, dado que lá a unidade da federação se chama departamento, a produção científica de um de seus estados;
- e. Repositório Inter-Institucional para caracterizar os repositórios que armazenam a produção científica de duas ou mais instituições;
- f. Repositório Nacional para caracterizar o repositório que armazena a produção científica de um país;
- g. Repositório Internacional para caracterizar o repositório que armazena a produção científica de mais de um país;
- h. Repositório Regional para caracterizar o repositório que armazena a produção científica de uma região. Por exemplo: América Latina; Comunidade Europeia; ou Região Sul do Brasil;
- i. Repositório Estadual para caracterizar os repositórios que armazenam a produção científica de um estado ou unidade da federação. (KURAMOTO, 2011, online)

Para reforçar toda a explanação anterior sobre os tipos de repositórios, Rosa (2011b) compartilha informações sobre os repositórios centrais e os de preservação. Várias pessoas podem colaborar e contribuir com um mesmo documento que está guardado num lugar central e canônico, isso é permitido pelo repositório central. Os conteúdos são disponibilizados para todos os colaboradores da organização, conforme as permissões, podendo-se armazenar, recuperar e realizar buscas, entre outras atividades. O repositório de preservação está voltado sobretudo para a conservação de documentos e preservação da memória, embora a preservação seja uma das características de qualquer repositório e se faz necessário desenvolver mecanismos que assegurem de fato este aspecto (ROSA, 2011c).

Como foi mencionado anteriormente, os repositórios mais conhecidos são o temático e o institucional; neste estudo a atenção estará voltada para o Repositório Institucional. No entanto é necessário serem expostas algumas definições atribuídas a esses dois tipos de repositórios: o Quadro 8 menciona definições de repositório temático e o Quadro 9 refere-se ao RI:

Quadro 8 – Definição de repositório temático

Autor	Repositório Temático
Leite, Amaro, Batista e Costa (2012a, p. 7)	Lida com a produção científica de uma determinada instituição. Trata, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular. Exemplo: E-LIS – Eprints ⁷⁷ in Library and Information Science e arXiv.org.
Márdero Arellano (2009a)	Está voltado para comunidades científicas específicas, trata, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.
Kuramoto (2008a)	Designa os repositórios especializados nos quais são depositados apenas documentos de uma determinada área do conhecimento.
Ferreira (2008, p. 12)	Estabelecido para colecionar e preservar material de determinada área do conhecimento.
Costa e Leite (2006)	Diz respeito à produção intelectual de uma disciplina.
Café et al. (2003a)	Constitui em um conjunto de trabalhos de pesquisa de uma determinada área do conhecimento, disponibilizados na Internet.

⁷⁷Disponível em: eprints.rclis.org; arXiv.org

Quadro 9 – Definição de Repositório Institucional

Autor	Repositório Institucional
Leite, Amaro, Batista e Costa (2012b, p. 7)	Lida com a produção científica de uma determinada instituição. Exemplo: e-Prints Soton ⁷⁸ – Repositório de Pesquisa da Universidade de Southampton.
Rosa (2011, p. 137)	Constitui um importante veículo de divulgação da produção intelectual e científica dos membros da instituição promotora, mas representam também um recurso aberto a outros potenciais utilizadores, constituindo um patrimônio útil à sociedade em geral.
Márdero Arellano (2009b)	Arquivos digitais de produtos intelectuais de caráter acadêmico, acessíveis aos usuários, interoperáveis e respaldados por alguma instituição que garante sua conservação em longo prazo.
Pavão (2010, p. 3)	Visa reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso permanente aos documentos acadêmicos, científicos e artísticos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela.
Kuramoto (2008b)	Designa os repositórios nos quais são depositadas as produções científicas de uma determinada instituição, obedecendo à política institucional de informação.
Mueller (2007)	É base de dados de textos completos da produção científica, técnica e intelectual, gerada em uma instituição.
Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2006, p. 6)	Tem sido voltado para a informação científica, contendo os trabalhos de pesquisa e ensino de comunidades acadêmicas, assim como a documentação de uma ampla variedade de atividades das próprias universidades.
Costa e Leite (2006)	Voltado para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual de uma instituição.
Ware (2004)	É definido como um banco de dados baseado em um repositório de material acadêmico, que é decidido institucionalmente; o RI é uma coleção de registro cumulativa e contínua; aberto e interoperável, usando o software OAI; coleta, armazena e dissemina; a maioria iria incluir a conservação em longo prazo de materiais digitais como uma função chave de IR.
Lynch (2003)	Um conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais que, criados pela instituição, reforçam a importância do compromisso organizacional com a administração, organização, distribuição e acesso desses materiais digitais, incluindo a preservação em longo prazo.
Café et al. (2003b)	É a reunião de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização. No caso de uma universidade, cada departamento trata de uma área do conhecimento e, portanto, seu repositório temático será específico no assunto deste departamento.
Raym Crow (2002)	São coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual da comunidade de uma única universidade ou de uma comunidade “multiuniversitária”.

Fonte: Autoria própria

⁷⁸ Disponível em: eprints.soton.ac.uk

A instituição se compromete, por meio do RI, a promover e assegurar o controle bibliográfico e facilitar o acesso à informação ali depositada, além de responsabilizar-se também pela sua preservação.

O RI de uma universidade vai então armazenar as versões digitais de toda produção intelectual gerada na instituição e permitir acesso livre a todos que necessitem utilizar esses documentos.

Ferreira (2008, p. 129-130) discorre que um RI possui características próprias conforme enfoques distintos perante seis aspectos:

1. Aspecto tecnológico: uso de mecanismos de recuperação dos conteúdos em regime de Acesso Aberto, por meio do protocolo OAI/PMH;
2. Aspecto gerencial: integração com outros serviços; uso de normas e padrões de armazenamento, preservação, divulgação e acesso à produção científica;
3. Aspecto científico: ações que servem de indicador tangível de qualidade e demonstração de relevância: validação das autorias, aumento da visibilidade, estatuto, imagem e valor público da instituição;
4. Aspecto legal: preservação dos direitos autorais;
5. Aspecto de conteúdo: a) Quanto à fase de publicação: *preprints* e post-prints; b) Materiais total ou parcialmente abertos; revisados por pares; c) Suportes: textos, vídeos, filmes, multimídia, fotos; d) Formatos: pdf, ppt, txt, jpeg, etc.; e) Engloba quase todos os tipos de documentos: livros, artigos, teses e dissertações, documentos de eventos, materiais didáticos, etc.;
6. Aspecto social: possibilidade de a comunidade científica reassumir o controle da produção acadêmica, visando maior visibilidade e inserção social.

Diante dos vários aspectos apresentados, reafirmamos que eles estão inseridos nos pontos principais do movimento OA do protocolo OAI/PMH referente ao controle da produção acadêmica pela comunidade científica.

Segundo informações do site www.Repository66.org.⁷⁹, de dezembro de 2013, os dados registravam 2.841 repositórios digitais no mundo. De acordo com registros do OpenDOAR, o Brasil apresenta 64 RIs de 50 organizações, uma vez que uma instituição

⁷⁹Combina dados OpenDOAR e ROAR com os mapas do Google Maps, de modo que é possível obter dados dos repositórios para os países e continentes.

Para Alvarenga (2001, p. 3), biblioteca digital (BD) é

[...] um conjunto de objetos, concebidos em meio digital, desmaterializados de sua condição física tradicional, constituídos de funções inteiramente novas que lhes garantem a hipertextualidade e caráter multimidiático, tornando-os passíveis de acatar novos e peculiares arranjos e tipos de abordagem, no processo de sua recuperação. De forma simplificada, a biblioteca digital pode ser definida como um conjunto de objetos digitais construídos a partir do uso de instrumentos eletrônicos, concebidos com o objetivo de registrar e comunicar pensamentos, ideias, imagens e sons, disponíveis a um contingente ilimitado de pessoas, dispersas onde quer que a plataforma www alcance.

Para melhor entendimento da diferença entre um RI e uma BD, faz-se necessário elucidar essas distinções para o leitor. No dizer de Leite (2012, p. 7), “todo RI de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional”.

No contexto do Acesso Aberto há diferenças entre os dois tipos de iniciativas.

Quadro 10 – Diferença entre RI e Biblioteca Digital

Repositório Institucional	Biblioteca Digital
Trata exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição (não adquire conteúdos externos).	Pode vir se prestar à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza; pode incluir documentos que tiveram outra origem (não eletrônica) e foram digitalizados.
O conteúdo é depositado pelo autor (autoarquivamento).	O depósito e a atualização, em sua grande maioria, são feitos por bibliotecários.
Interoperabilidade é imprescindível.	Interoperabilidade é opcional, não necessária.
A arquitetura de repositório gerencia tanto o conteúdo quanto os metadados.	Consiste em conteúdos textuais ou não, interconexões e softwares.
O repositório oferece um conjunto mínimo de serviços; ex.: inserção, obtenção, pesquisa, controle do acesso etc.	Objetos de aprendizagem, publicações eletrônicas, digitalização de coleções de imagens, apresentação de coleções de artefatos culturais, etc., devem ser descritos como sendo funções da biblioteca digital.
Na maioria das vezes o padrão de metadados utilizado é o Dublin-Core.	Os metadados utilizados são muitas vezes indicados com base em um padrão de catalogação. As regras são mais inerentes às teorias de catalogação.
O repositório deve ser sustentável, confiável, bem mantido e bem gerenciado.	Disponibiliza teses e dissertações ou apenas relatórios.

Fonte: Baseado em Mádero Arellano (2009c) e Kuramoto⁸⁰ (2010)

Desse modo, percebe-se que os RIs podem apresentar algumas semelhanças com as bibliotecas digitais, mas eles possuem características específicas que os diferenciam destas, e também se desenvolvem num contexto distinto.

Leite et al. (2012, p. 8) evidenciam nove pontos de vista que procuram esclarecer controvérsias acerca de RIs, como pode ser observado no Quadro 11.

⁸⁰ Disponível em: aldobarreto.wordpress.com/2010/04/21/bases-de-dados-e-repositorios-de-informacao

Quadro 11 – Esclarecimentos de controvérsias acerca de RIs

<p>1. RIs e periódicos científicos: RIs são diferentes e não concorrem com periódicos científicos. Registro (estabelecimento da propriedade intelectual), certificação (validação e qualidade dos resultados de pesquisa), circulação (assegurar a acessibilidade aos resultados de pesquisa) e arquivamento (preservação para uso futuro) constituem funções básicas do periódico científico. Os RIs potencializam as funções dos periódicos e não concorrem com eles;</p>
<p>2. RIs e avaliação pelos pares (peer review): A avaliação por pares é uma das características dos periódicos de qualidade, como também de outros veículos de publicação científica. De modo algum deve estar presente na gestão dos RIs. A seleção do material que fará parte do RI deverá ser ditada por uma política institucional;</p>
<p>3. RIs como veículos de publicação científica: [...], RI não é um veículo de publicação científica. Embora exista a possibilidade de depositar nos RIs os chamados <i>preprints</i>, esta ainda não é uma prática adotada amplamente no País. Portanto, os RIs servem para o depósito de material já publicado. É importante frisar que repositórios institucionais são veículos de maximização da disseminação de resultados de pesquisa, dado que tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente. Do ponto de vista formal, entretanto, a publicação é uma prerrogativa de periódicos e outros tipos de veículos. Esse mal entendido reforça a falsa ideia de concorrência entre repositórios e periódicos. Um artigo científico é publicado em um periódico e depositado no repositório;</p>
<p>4. RIs e diferenças de sistemas de gerenciamento de bibliotecas: os sistemas de gerenciamento de bibliotecas servem para a manutenção, desenvolvimento e controle do acervo como um todo. RIs lidam exclusivamente com a produção científica e acadêmica da instituição, em formato digital. Para potencializar o uso e benefícios na instituição, ainda na fase de planejamento e implementação de RIs, deve-se considerar a possibilidade de integração com processos e sistemas com funções próximas já existentes na instituição, como é o caso dos sistemas de gerenciamento de bibliotecas. Como exemplo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que possui uma bem sucedida integração entre o seu RI e o sistema de gerenciamento de suas bibliotecas;</p>
<p>5. RIs e o problema da proteção do conhecimento. Um dos maiores e mais comuns equívocos enfrentados por gestores de RIs, proveniente, na maioria das vezes, de pesquisadores, é a consideração de que o depósito da produção científica contribui para que os resultados de pesquisa sejam roubados e apropriados por outros pesquisadores, instituições ou países. De fato, o RI promove maior visibilidade e uso da informação científica. Contudo, a preocupação com a proteção de conhecimentos sensíveis ou resultados de pesquisa patenteáveis deve existir antes da sua publicação (ou aceitação para publicação), que, na realidade, ocorre antes do depósito em repositório institucional. Deve-se ter o cuidado em não publicar em nenhum veículo os conhecimentos sensíveis ou resultados de pesquisa patenteáveis. A publicação de resultados de pesquisa em periódicos científicos ou outro veículo de comunicação por si já garante, de algum modo, que interessados tenham acesso. As políticas de depósito obrigatório, muito úteis para o povoamento dos repositórios, geralmente têm como objeto a informação científica publicada formalmente;</p>
<p>6. RIs aumentam a possibilidade de plágio. Uma questão complementar à da proteção ao conhecimento é a de que, de fato, por tornar a informação científica amplamente disponível, repositórios aumentam, de certo modo, a possibilidade de plágio. No entanto, ao mesmo tempo, aumentam exponencialmente o registro da autoria, pois quanto mais disponível e acessível um trabalho, mais sua autoria intelectual é reforçada. Outro aspecto a mencionar é que a disponibilidade e acessibilidade expandidas aumentam também a descoberta do plágio. É muito mais complexa a identificação de uma obra plagiada quando esta se encontra apenas em formato impresso na estante da biblioteca. Por outro lado, quando a obra plagiada encontra-se acessível em meio digital online, como é o caso dos repositórios institucionais, a identificação do plágio é facilitada, seja manualmente, seja por meio do uso de software para identificação de plágios;</p>
<p>7. RIs = informação científica ou academicamente orientada: [...] a finalidade da informação a ser gerenciada seja fundamentar o avanço científico e tecnológico, em atividades de pesquisa e ensino, e que o público-alvo seja a comunidade científica e acadêmica;</p>
<p>8. RIs e memória da instituição: A plena adoção e funcionamento de um RI contribuem para a composição do acervo da memória institucional. [...] sua finalidade primordial, que é aumentar a visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição, como centro de pesquisa;</p>
<p>9. RIs e o foco na tecnologia: A instalação e configuração de um software de RI não garantem sua existência como tal. De modo algum um software é suficiente para determinar a existência de um RI. Um RI, compreendido no contexto da comunicação científica e do Acesso Aberto, está relacionado com a produção científica de uma instituição.</p>

Fonte: Leite et al. (2012)

A criação de um repositório envolve três fases interdependentes: planejamento, implantação e funcionamento. No entendimento de Leite (2009), a fase de planejamento de um RI é fundamental e deve ser empenhada em função das seguintes questões: custos (iniciais, de implementação e de longo prazo); competências necessárias e constituição da equipe; levantamento e caracterização dos principais atores que atuam diretamente no contexto do repositório institucional, seus interesses e papéis; elaboração da definição e planejamento de serviços, dos objetivos do repositório institucional e avaliação das necessidades da comunidade. Dando seguimento, na fase de planejamento é abordada a política de funcionamento de um RI.

4.2.2 Planejamento – políticas para repositório institucional

A partir do momento em que uma instituição reconhece a necessidade da criação de seu RI e da grande relevância para a visibilidade da sua produção científica e preservação de memória, esse RI terá que ser respaldado por uma política gerencial provinda da instituição.

No contexto dos RIs, a política pode ser entendida como sendo a aplicação das diretrizes que a instituição responsável estipula a datar do planejamento do modo de funcionamento do repositório, considerando aspectos relativos à cultura e à estrutura da organização e após determinações que cumpram as normatizações dos procedimentos orientados por essa política. O serviço a ser prestado à comunidade acadêmica será com base nas regras estipuladas nessa política.

Uma política deve ser construída de acordo com as necessidades e características de uma instituição ou organização. Desse modo irá fortalecer decisões locais; essa política deverá cobrir os objetivos, diretrizes, práticas e intenções institucionais. Segundo Strassmann⁸¹ (1994), citado por Tomaél e Silva (2007, p. 4),

Para a elaboração de uma política de informação, não importa em que esfera, é importante a participação de todos os envolvidos, pois sem um consenso geral sobre os princípios e diretrizes de quem faz o que, quando e como, não se podem criar os fundamentos para a construção da autossuficiência informacional (*information superiority*).

⁸¹ STRASSMANN, Paul A. **The politics of information management: policy guidelines**. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

No desenvolvimento de um RI é necessário equipes multidisciplinares trabalhando de modo integrado, uma vez que um RI não deve ser uma iniciativa isolada.

Para que os propósitos sejam atingidos, a política do RI deverá estar estabelecida e disponível para os usuários no próprio repositório, assim a comunicação poderá fluir e englobar toda a comunidade acadêmica da instituição.

No dizer de Leite (2008, p. 113), a política de funcionamento do RI é primordial para:

- Integrar o repositório na estratégia e no ambiente de informação da instituição;
- Apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do RI;
- Satisfazer as necessidades da comunidade;
- Atrair usuários;
- Estabelecer responsabilidades, prerrogativas, direitos e deveres;
- Povoar o repositório;
- Torná-lo juridicamente viável;
- Manter relações externas com as agências de fomento, editores e sociedades científicas;
- Manter relações internas com administradores acadêmicos, pesquisadores e equipes de gestão da informação na instituição;
- Preservação digital de longo-prazo;
- Gerenciar riscos;
- Facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório.

Um aspecto importante a ser mencionado, e recomendável, é que a política de funcionamento esteja em concordância com as políticas vigentes na biblioteca e na instituição.

Estudo realizado por Viana e Márdero Arellano (2006) mostra a compilação de políticas institucionais no estabelecimento de RI, a partir de três fontes: a literatura científica sobre os arquivos abertos; o Diretório Internacional (ROAR⁸²); e a própria experiência dos autores (pesquisadores do IBICT).

Dez categorias de diretrizes resultaram da compilação feita pelos autores, sendo elas:

1. Políticas relacionadas a direitos de autor;

⁸²Esse diretório monitora e descreve os repositórios que são nele cadastrados. Disponível em: archives.eprints.org

2. Políticas de depósito/submissão de documentos;
3. Políticas relacionadas ao acesso à informação;
4. Políticas para engajamento de pesquisadores/autores;
5. Políticas para editores e revisores do RI;
6. Políticas para preservação digital;
7. Políticas para envolvimento dos *stakeholders*;
8. Políticas para os Centros e Departamentos;
9. Políticas de atuação dos responsáveis pelo RI;
10. Políticas implementadas em âmbito internacional.

A partir das políticas avaliadas por Viana e Márdero Arellano (2006, p. 13) foram indicados alguns fatores de possível impacto no sucesso desse empreendimento:

a) autoarquivamento e seus procedimentos; b) questões de direitos autorais; c) fluxos de tarefas e especificações relacionados ao depósito/submissão de documentos para o repositório; d) limitações, vantagens e potencialidades do RI para acesso a informações; e) papel e comprometimento dos autores/depositantes; f) atuação e fluxo de tarefas de editores e revisores de conteúdo e metadados; g) relevância da preservação digital; h) necessidade de envolvimento dos *stakeholders* de toda a instituição; h) responsabilidades de cada unidade organizacional dentro da IES (Instituto, Departamento etc.); i) atuação dos membros da equipe responsável pela implantação do RI; e j) papel e atribuições dos profissionais de informação durante todo o processo.

Diante deste novo cenário em que a comunicação científica se encontra, o estabelecimento de RIs, além de considerar os aspectos técnicos, deve considerar o ambiente e os atores da instituição, visto que uma política de informação lançada em moldes não participativos pode tender a um resultado negativo.

Citamos algumas instituições com seus repositórios já implantados e políticas de funcionamento já registradas⁸³: Câmara dos Deputados (03/06/2007); Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz (23/10/2012); Universidade Federal de Lavras, UFLA (23/01/2013); Universidade Federal de Sergipe (21/10/2013); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS (14/06/2011); Universidade Federal do Rio Grande, FURG (01/06/2011); Universidade de Brasília (17/10/2013); e a Universidade de São Paulo, USP (05/11/2012).

Para ampliar a visibilidade do repositório recomenda-se o registro da política de

⁸³ As políticas citadas estão todas registradas no diretório ROARMAP.

funcionamento em diretórios internacionais, como: ROARMAP (roarmap.eprints.org), Sherpa/Juliet (www.sherpa.ac.uk/juliet) e Políticas Melibea (www.accesoabierto.net/politicas). Como exemplo a política de funcionamento do RI da Universidade de São Paulo (USP) no ANEXO A. Ainda no planejamento é configurada a organização do conteúdo do repositório.

No Brasil, a maioria dos RIs estabelecidos nas universidades estruturam as suas comunidades conforme as suas faculdades, institutos, departamentos ou centros de pesquisas, considerando sempre a organização dos conteúdos ajustados às suas necessidades; já os institutos de pesquisa preferem a prática da estrutura por divisão em assuntos ou tipos de documentos. A organização dos conteúdos dentro de um RI é feita pela anuência da estrutura de comunidades e subcomunidades (se necessário) e pelas coleções⁸⁴ (itens depositados).

4.2.3 Implantação – metadados

Metadados podem ser compreendidos como sendo dados utilizados para descrever recursos em sua essência; no entendimento de Alvarenga (2001), “dado que descreve a essência, atributos e contexto de emergência de um recurso (documento, fonte, etc.) e caracteriza suas relações, visando-se seu acesso e uso potencial”.

Descrever e identificar um documento com a finalidade de facilitar o processo da recuperação da informação é o propósito dos metadados. Nos RIs, para cada tipo de documento é utilizado um esquema de metadados próprio. Nota-se que no crescimento de um repositório pode surgir a necessidade de ampliar os esquemas de metadados para contemplar novos tipos de materiais que vierem a surgir.

Sayão (2007) esclarece:

[...] metadados podem ser mais simples e genéricos, como os amplamente utilizados, Dublin Core e RDF (*Resource Description Format*), ou outros padrões que apresentem grau de sofisticação de representação de objetos mais complexos, como os METS (*Metadata Encoding and Transmission Standards*), o EAD (*Encoded Archival Description*) ou o MPEG-7 (*Multimedia Content Description Interface*). De qualquer forma, os metadados são fundamentais para a implantação de repositórios de informação porque, além da função de descrição estrutural dos objetos, têm também finalidade administrativa, uma vez que auxiliam na gestão dos arquivos de dados.

⁸⁴O RI sugere que as coleções devam ser criadas tendo a tipologia dos documentos como critério principal.

4.2.4 Funcionamento – povoamento dos RIs

No transcorrer de várias seções discorreu-se que, em RIs, a maioria armazena documentos relativos à publicação científica; no entanto, Leite (2012, p. 24, grifo nosso) sugere que

Caso a instituição sinta necessidade de organizar/armazenar/difundir outro tipo de documentação que não aquela relacionada com a produção científica sugere-se que se crie uma nova instalação de software para este fim; outra possibilidade seria **criar uma comunidade ou coleção específica para esses documentos no próprio repositório [...]**.

Um RD, quanto à armazenagem de documentos possui vários tipos e diversas tipologias documentais de muitas disciplinas. Artigos científicos, e-books, relatórios técnicos, teses, dissertações, pré e post-prints, peças publicitárias, anais de congressos, materiais de aula etc., todos fazem parte dessa diversidade de conteúdos. Três itens estão presentes nessa fase:

- a) Nomeação do arquivo do documento – para tratamento do arquivo do documento: nomear o arquivo com o título do documento; salvar o documento no formato pdf;
- b) Permissão para armazenamento do documento;
- c) Direitos autorais (lei nº 9.610, de 1998); quanto a estes, são observadas algumas dificuldades no povoamento dos RIs.

4.2.5 Direito autoral e acesso aberto

Direito autoral, direitos autorais ou direitos de autor são as denominações empregadas em referência ao rol de direitos dos autores sobre suas obras intelectuais, sejam elas literárias, artísticas ou científicas. De acordo com a doutrina jurídica clássica, nessa relação encontram-se direitos de natureza pessoal e patrimonial, também denominados, respectivamente, direitos morais e direitos patrimoniais, conforme ressalta Lima (2006, p.25 e 26), que nos esclarece sobre o direito moral e patrimonial do autor: o 1º é aquele gerado pela relação criação/criador, estando diretamente vinculado à pessoa do autor, que tem a obra como uma espécie de projeção de sua personalidade, sendo assim, um direito personalizado, irrenunciável, impenhorável e absoluto do autor; o 2º é o resultante da publicação da obra, ou seja, advém da

comunicação da obra ao público, tanto pelo próprio autor como por aqueles por ele autorizados, está relacionado ao aspecto monetário da obra intelectual e pode ser transferido, cedido, licenciado etc. As principais diferenças entre o direito moral e o direito patrimonial são apresentadas a seguir:

1. Direito moral

- a) Possui natureza de direito pessoal;
- b) Possui proteção indefinidamente;
- c) É indisponível, intransmissível, irrenunciável e absoluto;
- d) Vincula-se à personalidade do autor;
- e) Nasce com a criação da obra.

2. Direito Patrimonial

- a) Pode ser doado, vendido, licenciado etc.;
- b) Possui natureza de direito real;
- c) Resulta da comunicação ou divulgação da obra;
- d) Possui tempo de vigência limitado;
- e) Diz respeito aos aspectos monetários da obra.

No ato de realizar um depósito de uma obra ou um trabalho acadêmico podem surgir alguns conflitos que podem estar relacionados com o titular do direito autoral. Para Amaro (2009, p. 17),

Em geral os autores negociam a titularidade do seu direito autoral a editores para garantir a edição/produção e circulação de sua obra. Na maior parte dos casos o autor recebe mais em reconhecimento do que em valores pecuniários.

Leite (2012, p. 25) esclarece que, quando ocorre isso, o autor não está abrindo mão de ser o autor intelectual daquela obra; quer dizer que ele cedeu à editora o seu direito de utilizar a obra, fruir e dispor dela (direito autoral patrimonial); e será necessária a obtenção de autorização prévia (licença) do titular do direito autoral (lembrando que nem sempre – ou quase nunca – o autor é o titular do direito autoral) para se poder realizar ações, como exemplos a inclusão em bases de dados (repositórios) e a reprodução parcial ou integral.

No Brasil, a Lei de Direitos Autorais (art. 1º da Lei nº 9.610⁸⁵, de 19 de fevereiro de 1998) regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os “direitos de autor” – morais ou pecuniários – sobre obras literárias, artísticas ou científicas, bem como os direitos conexos às obras. Segundo o artigo 7º da Lei nº 9.610, de 1998, o direito autoral protege “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro.” No Brasil, o direito autoral apresenta dois aspectos: o direito moral (caráter pessoal) e o direito patrimonial (direito de exploração comercial). O artigo 24 da Lei nº 9.610, de 1998, esclarece que o direito moral garante ao autor o direito de:

1. reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;
2. ter seu nome indicado ou anunciado como sendo o do autor, na utilização de sua obra;
3. conservar a obra inédita;
4. assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;
5. modificar a obra, antes ou depois de utilizada;
6. retirar de circulação a obra ou suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;
7. ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

No artigo 28 da Lei nº 9.610/98, o direito patrimonial garante ao autor o direito exclusivo de utilizar a obra – literária, artística ou científica –, fruir e dispor dela. Já o artigo 29 mostra que depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra para quaisquer modalidades, tais como a reprodução parcial ou integral, a edição, ou a tradução para qualquer idioma (BRASIL, 1988).

⁸⁵ Disponível em: www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9610.htm

Para Oliveira (2008), o Brasil adota a teoria dualista ao afirmar, na Lei nº 9.610/98, que os direitos autorais possuem uma peculiaridade dos demais ramos da ciência jurídica; além do direito pessoal e real, os direitos autorais ainda se classificam como direito das obrigações a partir do momento em que as partes, por atos voluntários, assinam um acordo que gera uma obrigação. A Lei 9.610/98 considera sobre o direito de exploração econômica os artigos 36⁸⁶ e 37⁸⁷.

De 2007 a 2009 o Ministério da Cultura do Brasil (MinC) promoveu reuniões e seminários para discutir com diversos setores da sociedade a atualização do marco legal que regula os direitos autorais no País. Em 2010, o MinC realizou consulta pública para revisão da atual Lei de Direitos Autorais com o objetivo de harmonizar os direitos de artistas e criadores com o direito ao acesso à cultura e ao conhecimento, e adaptar as regras às tecnologias digitais. A mudança ocorrida no Ministério da Cultura – a substituição da Ministra Ana de Hollanda por Marta Suplicy em setembro de 2012 – despertou a expectativa da retomada do processo de reforma da Lei de Direitos Autorais, visto por alguns como um dos principais desafios do MinC nos últimos anos. Para Adolfo e Moura (2013):

A Lei de Direitos Autorais do Brasil, [...] é vista como uma das mais rígidas do mundo, atraindo duras críticas por sua estrita aplicação da proteção de direitos autorais. Muitos especialistas acreditam que isso decorre da péssima influência de um pequeno grupo de partes interessadas. [...] os direitos autorais são obrigados a evoluir em qualquer ambiente operacional caracterizado por constantes mudanças de mercado, pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias e transformações sociais desencadeadas pelo ambiente digital.

O direito autoral não deve transformar-se em dificuldades para o desenvolvimento científico e tecnológico, e muito menos em favorecimento de ganhos exorbitantes de uma minoria; deve, sim, proteger o autor contra o plágio e paralelamente assegurar que os interesses particulares não influenciem na circulação aberta da obra na sociedade.

Nos Estados Unidos da América (de modo diferente do de outros países), o *copyright* é estipulado como o direito que protege a Titularidade do Direito Autoral (TDA), ou seja, aquele que detém o direito de exploração comercial da obra abstendo-se do direito moral do autor. Assim sendo, o *copyright* obtém autenticidade na discussão de modelos alternativos para a publicação científica.

⁸⁶ O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

⁸⁷ A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

No entendimento de Souto e Oppenheim (2008), a TDA e o OA apresentam relação direta dependente, visto que o sucesso do OA requer que a TDA volte a ser de domínio do autor. A recuperação desse domínio libera os autores para utilização flexível de seus próprios trabalhos, a fim de atender aos interesses acadêmicos, reduzir os custos para instituições, minimizar a assimetria do poder de barganha dos editores e promover o Acesso Aberto; dependem, substancialmente, de transformações na baixa sensibilização e no envolvimento dos autores na questão (SOUTO; OPPENHEIM, 2008, p. 141).

Por meio da internet podemos ter acesso universal aos resultados de pesquisa científica e tecnológica, porém os sistemas jurídicos e sociais nem sempre permitem que a proposta seja realizada, lembrando que o *copyright* foi criado muito antes da rede mundial de computadores. Como já foi mencionado, nos últimos anos várias iniciativas de caráter cooperativo sugeriram soluções em resposta às contradições do *copyright*, como exemplo o requerimento de permissões explícitas para realizar o acesso universal. O formato padrão do direito de autor exige permissões declaradas para realizar o acesso universal⁸⁸.

Freire (2011) explica que, com o progressivo aumento de cooperação de várias iniciativas (como fontes abertas), fez-se necessário desenvolver mecanismos de proteção desses novos princípios para evitar que os avanços tecnológicos acabassem sendo controlados por corporações com fins lucrativos, como aconteceu com o *copyright*, e dessa forma nasceu o *copyleft*, que significa “direito de cópia”. *Copyleft* é uma forma de usar a legislação de proteção dos direitos autorais com o objetivo de retirar barreiras à utilização, difusão e modificação de uma obra criativa em razão da aplicação clássica das normas de propriedade intelectual, exigindo que as mesmas liberdades sejam preservadas em versões modificadas (WIKIPÉDIA, 2014a).

O *copyleft* (*all rights reversed*) surgiu como um modo contrário ao *copyright*, dando origem a várias licenças. Uma obra – seja de *software* ou outros trabalhos livres, a exemplo na literatura, na arte e na música – sob uma licença *copyleft* requer que suas modificações ou extensões sejam livres, passando adiante a liberdade de copiá-la e modificá-la novamente, tudo isso exigindo adaptações de acordo com seu contexto. Uma das razões mais fortes para os autores e criadores aplicarem *copyleft* aos seus trabalhos é porque desse modo esperam criar as condições mais favoráveis para que mais pessoas se sintam livres para contribuir com melhoramentos e alterações nessa obra, num processo continuado (WIKIPÉDIA, 2014b).

No contexto do OA à informação científica, no uso dos direitos autorais está a

⁸⁸ Creative Commons: creativecommons.org/about

proposta estabelecida para licenças flexíveis pela Creative Commons (CC) e suas derivações, adaptadas por mais de 55 países. A Creative Commons é uma organização não governamental sem fins lucrativos, suas licenças permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional “todos direitos reservados”. Foi fundada em 2001, e o primeiro conjunto de licenças *copyright* foi lançado em dezembro de 2002.

Para Freire (2011, p.80), a licença Creative Commons

orienta, apoia e assegura a retenção dos direitos do autor no momento da publicação de seus artigos em revistas científicas. O propósito é facilitar as formas de licenciamento para poder compartilhar criações em rede.

No dizer de Rosa (2011, p. 157) a licença CC

[...] a partir de instrumentos jurídicos, possibilita que o autor, o criador ou mesmo uma entidade se posicione de forma clara, definindo se uma obra intelectual sua está liberada para distribuição, utilização e até cópia. Desse modo, criam-se alternativas ao direito tradicional de propriedade intelectual, uma vez que o proprietário pode permitir o acesso às suas obras e na forma que ele deseja que isto ocorra.

Os sistemas de metadados identificam o tipo de licença da obra, possibilitando que os mecanismos de buscas encontrem cada obra com seu tipo de licença. As licenças Creative Commons possuem diferenças básicas que o autor precisa observar ao disponibilizar a sua obra: licenças que permitem e licenças que não permitem uso comercial. São seis licenças; entretanto, com outras combinações entre si podem chegar a até 11 principais licenças. As seis principais são:

1. Licenças que permitem uso comercial:

- Atribuição (by) – Permite a outras pessoas copiar, distribuir, executar a obra de sua autoria e trabalhos derivados desta (mas somente se forem dados créditos tal como requerido pelo autor). Esta é a licença menos restritiva de todas;
- Compartilhamento pela mesma licença (by-sa) – Permite a outras pessoas copiar, distribuir, executar a obra de sua autoria. Esta licença é geralmente comparada com licenças de software livre. Todas as licenças derivadas devem ser licenciadas sob os mesmos termos. Desse modo, as obras derivadas também poderão ser usadas para fins comerciais;
- Não a obras derivadas (by-nd) – permite a outras pessoas copiar, distribuir e executar apenas cópias da obra, mas não trabalhos derivados desta. É a licença

mais restritiva dentre as que permitem uso comercial.

2. Licenças que não permitem uso comercial:

- Uso não comercial (by-nc) – permite a outras pessoas copiar, distribuir e executar a obra de sua autoria e outros trabalhos derivados desta, mas somente para fins não comerciais. Licença menos restritiva dentre as modalidades que não permitem o uso comercial;
- Compartilhamento pela mesma licença (by-nc-sa) – permite a outras pessoas distribuir trabalhos derivados sob condições de uma licença idêntica àquela que regeu o trabalho, desde que com fins não comerciais;
- Não a Obras Derivadas (by-nc-nd) – Esta licença é a mais restritiva dentre as seis licenças principais, permite a outras pessoas somente redistribuir. É comumente chamada “propaganda grátis”, pois permite que outros façam download das obras licenciadas e as compartilhem, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais. A seguir a Figura 5 apresenta tipos de combinações para definição de licenças Creative Commons:

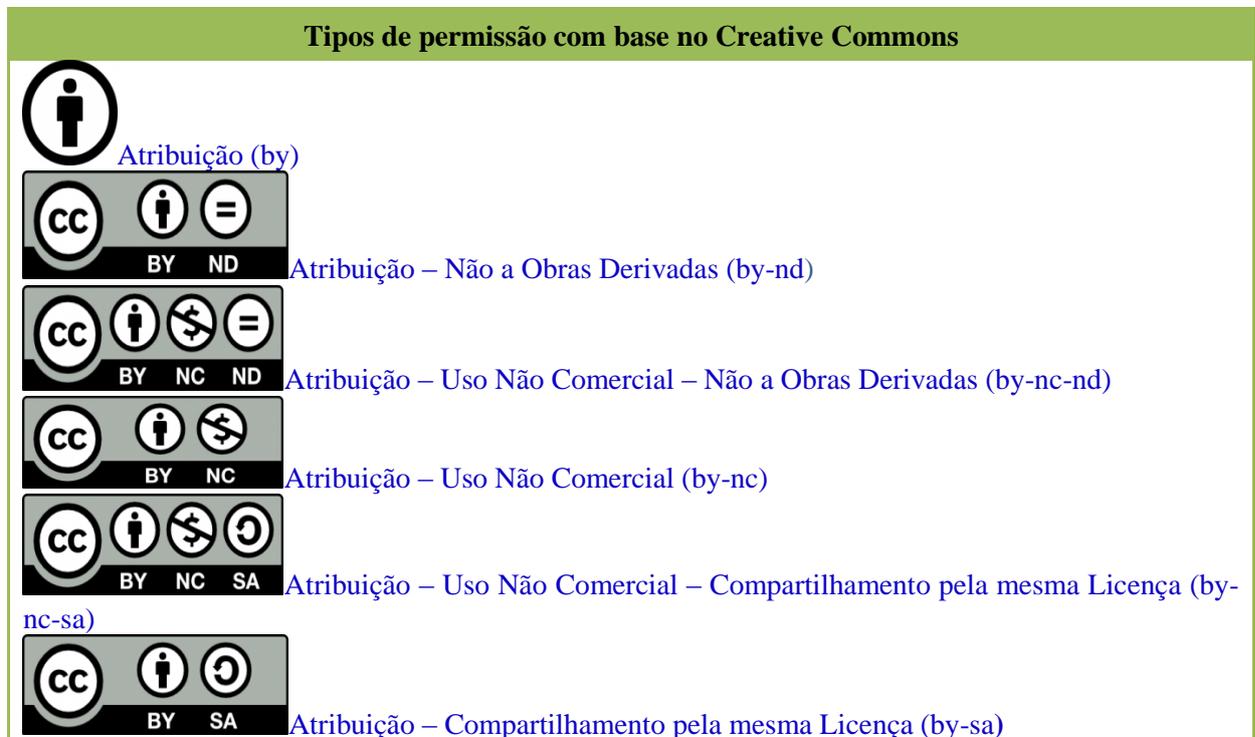


Figura 5 – Tipos de combinações para definição de licenças

Fonte: Creative Commons: creativecommons.org/licenses

É sabido que nessas licenças o autor não necessita de intermediários para atribuir seu

próprio nome ao seu trabalho e assim ficar visível ao mundo. Conforme a licença, o autor permite que terceiros o façam, até mesmo sem lhe pedir autorização. Diante dessa solução é evidente que muitos repositórios digitais estão fazendo uso da CC e vários repositórios institucionais brasileiros já utilizam as licenças Creative Commons no seu formulário de depósito.

Vale lembrar que o OA possibilita que as produções intelectuais e científicas se tornem mais acessíveis e pode favorecer a permanência da Titularidade do Direito Autoral com o autor. Com o aumento do OA diminuem as barreiras de custos e de permissão do uso da informação; como resultado, passam a diminuir os lucros das editoras. Se o autor permanecer com a TDA, com certeza estará contribuindo para o avanço do Acesso Aberto à literatura científica.

Cita-se a autora Oliveira (2008), que concluiu em seu estudo uma análise sobre o conhecimento do autor sobre direitos autorais; esse estudo enfatiza que o desconhecimento das questões dos direitos autorais, paralelamente com as atitudes dos autores, são fatores decisórios para o progresso da disseminação de resultados de pesquisas científicas.

Nesse cenário de crescente abertura que engloba o movimento OA, chamamos a atenção para a consolidação dessa tendência no Brasil na forma da instituição da Lei de Acesso à Informação Pública brasileira (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); a intersecção se localiza na promoção do livre acesso às informações, tanto no âmbito da publicação científica quanto no âmbito da divulgação e acesso às informações públicas do nosso país.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E COLETA DE DADOS

A explanação deste estudo acerca da pesquisa bibliográfica tem como base as informações de autores que trabalham com a metodologia do trabalho científico, tais como Gil (2008), Lima e Miotto (2007), Salvador (1978), Marconi e Lakatos (2011). O procedimento da pesquisa bibliográfica pode facilmente ser confundido com a revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Em estudo realizado, Ribeiro (2010) compartilha que, ainda que mostrem peculiaridades e dinâmicas comuns, fazendo com que estejam sujeitas aos mesmos problemas na construção da discussão teórica, as duas diferem entre si essencialmente na dimensão da estrutura e função. No entendimento de Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica apresenta uma estrutura de procedimentos ordenados que compreendem o objeto de pesquisa, as unidades de análise, os instrumentos de coleta de dados, entre outros e, dessa forma, devem estar de acordo com os objetivos do trabalho científico, provendo as fundamentações necessárias para conduzir a pesquisa do início ao fim e gerar resultados de análise.

A pesquisa bibliográfica pode vir a oportunizar a análise de um objeto sob novo enfoque ou abordagem, podendo-se chegar a conclusões inovadoras.

Após a elucidação referente à revisão bibliográfica, constatamos que a pesquisa bibliográfica não é sinônimo de revisão bibliográfica, visto que a primeira limita seu campo de investigação à resolução de um problema, à medida que a revisão de literatura objetiva oferecer bases teóricas e/ou metodológicas à realização do estudo.

É atribuída a condição de método à pesquisa bibliográfica pela existência de uma estrutura. Desse modo fica visível essa diferença em relação à revisão de literatura, embora tanto a pesquisa bibliográfica como a revisão de literatura mostrem características indistintas.

Enfatiza-se que essas características podem ser citadas como sendo a técnica de leitura, a reflexão e ponderação das informações obtidas, a argumentação teórica e a elaboração dos fundamentos que vão contribuir para esclarecer as escolhas na pesquisa.

Cada fase do presente estudo foi pensada com o fim de demonstrar a clareza necessária aos procedimentos metodológicos, pois é através da descrição detalhada das fases que se obtém credibilidade do método.

No sentido de atentar ao estudo e considerar os pressupostos epistemológicos,

conforme sugerido por Salvador (1973) e resumido por Lima e Miotto (2007), as quatro fases sequenciais, já comentadas neste estudo anteriormente, são: a) Elaboração do projeto de pesquisa – elaboração do plano que visa buscar as respostas às questões formuladas; b) Investigação das soluções – levantamento da bibliografia e levantamento das informações contidas na bibliografia; c) Análise explicativa das soluções – consiste na análise da documentação, no exame do conteúdo das afirmações; d) Síntese integradora – é o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão sobre os documentos.

Neste estudo atentou-se para fase da investigação das soluções, que é uma etapa empenhada com a coleta da documentação abrangendo o levantamento da literatura e o levantamento das informações contidas no material selecionado.

Para Ribeiro (2010, p. 30),

Esta pode ser considerada como uma das mais trabalhosas do método. Isto ocorre porque, além da necessidade de se estabelecer critérios para a seleção do material exigirá também outros critérios para identificar e classificar as informações de interesse nele contidas.

Lima e Miotto (2007) sugerem que a coleta de dados seja iniciada com adoção de critérios na delimitação do conjunto de estudo, orientando a seleção do material, assinalada pelos seguintes parâmetros: temático, linguístico, cronológico e principais fontes para consultas.

Diante do exposto, a próxima ação referente à pesquisa bibliográfica será a coleta de dados, empregando, assim, um critério delimitador do universo do estudo e conduzindo a triagem do material. Esse critério pode ser visualizado como sendo o parâmetro temático, portanto condiz com o material relacionado ao objeto de estudo, conforme os temas que lhe são correlatos e se enquadram como: Acesso Aberto; Comunicação científica; Repositório Institucional; Lei de acesso à informação e à Literatura Cinzenta.

No parâmetro linguístico relacionado ao idioma para seleção da literatura cita-se o português, o espanhol e o inglês; as principais fontes utilizadas para consultas e apoio teórico foram teses, artigos de periódicos e livros. Vale ressaltar que neste estudo o parâmetro cronológico não foi aplicado. Com a escolha desses critérios, adotou-se a leitura como técnica de investigação, visto que se trata também de uma pesquisa bibliográfica.

Ainda na coleta de dados, juntamente com a pesquisa bibliográfica foi adotado o procedimento de entrevistas semiestruturadas com *stakeholders* no processo da disseminação das informações geradas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); nessas entrevistas

estão incluídos docentes, especialistas na análise e disseminação de informações e gestores técnicos administrativos envolvidos de alguma forma com Repositórios Institucionais. Alguns desses entrevistados fizeram parte da comissão de formalização da Política Institucional de Informação e Comunicação da UFSCar em 2009⁸⁹.

Após a criação da Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória, vinculada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar, a comissão indicada em 2009 cessou suas atividades propostas. Segundo o Capítulo III da Política de Memória, art. 55, objetivando o aprimoramento desta política foi instituída uma Comissão Provisória de Memória da Instituição. A comissão Provisória foi formada por representantes de vários setores, indicados pela administração superior.

As entrevistas tiveram como propósito analisar as percepções contidas nas falas de *stakeholders* relacionados ao objeto deste estudo, assim obtendo indicadores que permitissem fazer inferências. Deste modo foi possível fazer a análise temática das categorias analíticas derivadas das entrevistas. O material trabalhado se pautou em 13 entrevistas realizadas com 1 (uma) servidora da USP – São Carlos e com professores e servidores da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos (SP), incluindo temáticas do Acesso Aberto, Repositórios Institucionais, Lei de Acesso à Informação e outras.

O estudo se baseou em seguir as fases da análise de conteúdo, indicado por vários autores da literatura dessa área.

As fases da análise de conteúdo organizam-se cronologicamente em:

- A pré-análise;
- A análise do material;
- O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2010e, p. 121).

A pré-análise: é a fase de organização propriamente dita. Apresenta como propósito a organização do material e elaboração de um esquema de desenvolvimento do trabalho. Essa etapa é flexível no sentido de se poder eliminar, substituir e introduzir novos itens que colaborem para elucidação do fenômeno estudado. Essa etapa incorpora três aspectos: a escolha do material, a formulação de hipóteses (quando houver) e objetivos, e a formulação de indicadores para interpretação dos resultados. Nessa etapa é recomendado também que se

⁸⁹ Disponível em: www.ccs.ufscar.br/politica-integrada-de-informacao-comunicacao-e-memoria

realizem algumas atividades, tais como:

- a) Leitura superficial do material – permitirá um contato inicial, pelo qual se obterão as primeiras orientações e impressões em relação à mensagem do documento;
- b) Escolha dos documentos – a partir dos objetivos da pesquisa, o pesquisador deverá recolher os documentos para escolher e utilizar uma amostra do material.

Essa amostragem deve apresentar quatro regras:

- Exaustividade: com o tipo de documento escolhido, parte-se para um levantamento de todo material pertinente de utilização;
- Representatividade: a amostra escolhida deve ser um fiel reflexo dos documentos que integram o conjunto;
- Homogeneidade: o documento incluído na amostra deve seguir critérios significativos, evitando particularidades. No caso de entrevistas, todas devem se referir ao mesmo tema; devem também ter sido realizadas com técnicas idênticas e com sujeitos que possam ser comparados;
- Adequação: para cumprir os objetivos da pesquisa, os documentos selecionados devem proporcionar informação pertinente e adequada aos objetivos do estudo.

A análise do material: essa fase consiste na codificação, categorização e quantificação da informação.

O tratamento dos resultados: na análise de conteúdo é comum o tratamento quantitativo, o que não exclui a interpretação qualitativa. Esse tipo de tratamento possui numerosos procedimentos, sendo que o mais simples é o cálculo de frequência e percentagens, pelo qual se permite estabelecer a relevância dos elementos analisados, como exemplo, as palavras. Existem outros procedimentos mais complicados, tais como a análise fatorial e a análise de contingência, além de outros que possibilitam interpretações mais elaboradas. Assim sendo, há de se refletir sobre o que compartilha Richardson (2007c): que a estatística está a serviço do homem, e não o homem a serviço da estatística.

De acordo com Richardson (2007d), a base da metodologia da análise de conteúdo está na pergunta sobre como analisar ou como tratar o material, ou seja, como codificar.

No dizer de Bardin (2010g, p. 129),

A codificação corresponde a uma transformação efetuada conforme regras precisas, dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo capaz de esclarecer o analista acerca das características do texto.

Três etapas estão incluídas na organização da codificação: determinação das unidades de registro, regras de numeração e definição de categorias de análise.

No presente estudo optou-se considerar duas unidades: Unidade de registro e Unidade de contexto, fazendo assim uma adaptação do método de Bardin.

O Quadro 12, a seguir, explica questões relacionadas às três etapas conforme recomenda Bardin:

Quadro 12 - Etapas da organização da codificação

Unidade de registro	de	Responde a pergunta: quais unidades de conteúdo serão consideradas?
Regras de numeração	de	Responde a pergunta: qual sistema de quantificação dos dados será utilizado?
Categorias de análise	de	Responde a pergunta: como se define o problema de pesquisa em termos de categorias?

Fonte: Hosti⁹⁰, 1969, compartilhado por Richardson, 2007, p. 234.

Na fase de análise das entrevistas devem ser levados em consideração três tipos de unidades: Unidade de registro, Unidade de contexto e Unidade de numeração.

- a) Unidades de registro: corresponde ao segmento do conteúdo a se considerar como unidade de base da análise, visando a categorização e a quantificação da informação, como exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema;
- b) Unidade de contexto: serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões possibilitam compreender a significação exata da unidade de registro;
- c) Unidade de enumeração: é o modo de contagem.

Na análise das entrevistas as unidades de registro podem ser as frases; as unidades de contexto correspondentes podem ser os parágrafos; e a unidade de enumeração poderá ser a aritmética, que servirá para contar o número de vezes que se repete a unidade de registro. Ressalta-se que, no enfoque qualitativo, na maioria das vezes baseia-se na presença ou

⁹⁰ Holsti, Ole. Content analysis for the social sciences and humanities. Boston: Addison Wesley, 1969.

ausência do elemento, sem considerar a frequência.

Segundo Bardin (2010f), a separação dos elementos das mensagens analisadas em categorias não é uma etapa obrigatória de toda análise de conteúdo. Em grande parte dos procedimentos de análise ordena-se essa separação, mas em torno de um processo de categorização, que assim auxilia a análise da informação.

5.1 Categorização

Após análise dos elementos é primordial as suas classificações. Desse modo, definidas as unidades de análise, o próximo passo é a definição das categorias. Define-se como categorização a operação de classificação dos elementos, devendo-se acompanhar critérios definidos. Os critérios de categorização são:

- a) Semânticos (categorias temáticas: por exemplo, os elementos que representem ansiedade ficarão agrupados na categoria “ansiedade” e elementos que representem descontração ficarão agrupados na categoria “descontração”);
- b) Sintáticos (verbos, adjetivos, advérbios, etc.);
- c) Léxicos (orações dispostas internamente);
- d) Expressivos (por exemplo, categorias que classificam atribuições da linguagem).

Existem duas maneiras de realizar a categorização, no entendimento de Franco (2008, p. 60):

Categorias criadas a priori. As categorias e seus respectivos indicadores são pré-determinados em função da busca a uma resposta específica do investigador.
Categorias não definidas a priori. Emergem da “fala”, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria.

À vista disso há de se observar que existem implicações de ambas as categorias; na primeira categoria (criadas a priori) pode ocorrer uma predisposição a uma fragmentação considerável do conteúdo manifesto, e na segunda categoria (criadas a posteriori), no caso de sistema aberto, será exigido do investigador um fundamento teórico maior. Outra implicação da segunda categoria está no foco operacional, o início do trabalho poderá ocasionar geração de grande quantidade de categorias.

Na criação de categorias devem apresentar-se as seguintes características:

- A exclusão mútua – depende da homogeneidade das categorias. Bardin (2010g) afirma que em uma categoria deve ser classificado apenas um elemento, isto é, um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria, ou ainda, que nenhum elemento deve ser codificado duas vezes;
- A pertinência – uma categoria é pertinente quando está harmonizada ao quadro teórico e ao material de análise do estudo;
- A objetividade e fidedignidade – quando as categorias são bem estabelecidas e adequadas, como resultado não ocorrem extrapolações de diferentes interpretações e subjetividade dos codificadores. Para isso, as variáveis e os indicadores da classificação de um elemento em uma categoria devem ser claramente determinados pelo investigador;
- A produtividade – um conjunto de categorias se torna produtivo desde que apresente resultados férteis em índices de inferências, em hipóteses novas, em dados para estudos de teorias, e para orientação de uma prática crítica e construtiva.

Por fim há de se considerar que o pesquisador que seguir todas essas prescrições terá o resultado constituído em um conjunto de categorias satisfatórias.

5.1.1 Análise por categoria

A análise por categoria é uma das mais usadas entre as várias técnicas de análise de conteúdo. Bardin (2010h) enfatiza que a análise categorial lida com operações de decodificação do texto, em unidades (categorias) estabelecidas conforme agrupamentos analógicos. Entre as possibilidades de categorização, a mais utilizada no que concerne à aplicação de conteúdos diretos (significações manifestas) é a análise temática. Ainda no dizer de Bardin (2010i), a análise temática é uma das formas que melhor se adequou a investigações qualitativas.

A análise temática consiste em separar temas de uma mensagem/texto e extrair o conteúdo adequado para o pesquisador, conforme o enfoque da pesquisa, deste modo

permitindo realizar comparações ou procurar intersecções com outras mensagens/textos adotados da mesma forma.

Normalmente, nas pesquisas, é comum optar por um percurso metodológico e uma estrutura de investigação que, como resultado, fornecem respostas à(s) pergunta(s) da pesquisa.

Esta pesquisa abrange uma fundamentação teórica, e pode ser vista também como investigação à leitura (técnica), visto que é por meio dela que se permite identificar as informações e os dados pertencentes ao material escolhido, bem como averiguar as relações entre eles de modo a analisar a sua consistência. Em relação aos objetivos desta pesquisa foi possível classificá-la como exploratória, e a linha metodológica adotada foi a pesquisa bibliográfica.

As categorias analíticas em conformidade com as entrevistas, a exploração do conjunto de materiais obtidos no decorrer da pesquisa como as transcrições de entrevistas, as análises de documentos, e demais informações disponíveis, constituíram a análise dos dados qualitativos.

Para análise das entrevistas optou-se pela análise de conteúdo, que é considerada uma técnica comum na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais. É compreendido também que essa análise abrange um conjunto de técnicas de organização de comunicações e informações – um procedimento perante dados qualitativos para fazer emergir temas, tópicos e conceitos/conhecimentos.

Com vista à análise foram utilizados os fundamentos de Bardin (2010j, p. 44), que define a análise de conteúdo como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

As 13 (treze) entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio entre os meses de dezembro de 2013 e maio de 2014. A primeira entrevista foi utilizada como pré-teste, e pelo resultado verificou-se que algumas perguntas teriam que ser reformuladas para que ficassem mais claras ao entrevistado. No início eram nove questões, mas foram reduzidas a sete, pois constatou-se que em algumas questões o entrevistado já incluía a resposta da questão seguinte; a exclusão de duas questões evitou respostas repetidas. A seguir a relação das entrevistas realizadas.

Quadro 13 – Entrevistas realizadas

Participante	Dia	Local	Horário	Duração
Professor 1 (P1)	03/12/2013	Depto. Ciência da Informação (DCI)	8h30min	15 min., 25 seg.
Servidor 1 (S1) Tec. adm.	12/12/2013	Biblioteca Comunitária	14h30min	14 min., 22 seg.
Professor 2 (P2)	16/12/2013	Reitoria	16h	12 min., 20 seg.
Servidor 2 (S2) Tec. adm.	14/01/2014	Biblioteca Comunitária (BCo)	17h	5 min., 29 seg.
Servidor 3 (S3) Tec. adm.	18/02/2014	Coordenadoria de Comunicação Social	15h	27 min., 56 seg.
Servidor 4 (S4) Tec. adm.	28/02/2014	PROGPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	14h30min	09 min., 4 seg.
Professor 3 (P3)	17/03/2014	Depto.Ciência da Informação (DCI)	09h15min	13 min.
Professor 4 (P4)	20/03/2014	Depto.da Computação	9h30min	15min., 29 seg.
Servidor 5 (S5) Tec. adm.	20/03/2014	Biblioteca – EESC/USP	16h	10 min., 45 seg.
Servidor 6 (S6) Tec. adm.	21/03/2014	Biblioteca Comunitária (BCo)	14h30min	36 min., 18 seg.
Professor 5 (P5)	14/04/2014	Depto. de Engenharia de Materiais	14h30min	13 min., 30 seg.
Professor 6 (P6)	16/04/2014	Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD)	11h	15 min.
Professor 7 (P7)	08/05/2014	Pró-Reitoria de Pesquisa	10h	15 min.

Fonte: Autoria própria

A escolha do público alvo se deu primeiramente por uma pequena pesquisa empírica que a autora realizou visitando os sites dos departamentos da UFSCar (campus São Carlos), verificando quais departamentos continham repositórios em seus sites. Constatou que somente 2 (dois) locais sinalizavam a presença de repositórios digitais. Para completar a relação dos possíveis entrevistados, foi consultada a portaria de 2009 citada anteriormente, que nomeava uma comissão composta por representantes da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), Biblioteca Comunitária (BCo),

Secretaria Geral de Informática (SIn), Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG), Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) e Editora da UFSCar (EdUFSCar) com o intuito de desenvolver

uma proposta para a Política Integrada de Informação, Comunicação e Memória⁹¹. Essa política está intrinsecamente vinculada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSCar. Os demais entrevistados foram indicações da orientadora; também houve observações de pessoas que estavam de alguma forma envolvidas com a temática dos RIs.

As questões da entrevista abrangeram os seguintes aspectos: 1) Responsabilidade pela implementação e manutenção do Repositório Institucional (RI); 2) Políticas de submissão; 3) Conteúdo; 4) Padrões; 5) Sociedade.

Alinhadas ao objetivo geral da pesquisa – levantar e apontar potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI que o contemple um conceito mais amplo –, as 7 (sete) questões semiestruturadas do instrumento de coleta buscaram conhecer: a responsabilidade e manutenção do RI; os fatores que contribuem para o sucesso de um RI; a questão do autoarquivamento; o RI em relação à sociedade e, por fim, a questão dos documentos não científicos e de memória no RI.

⁹¹ Disponível em: www.ccs.ufscar.br/politica-integrada-de-informacao-comunicacao-e-memoria

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 Análise de Conteúdo

Para analisar as percepções contidas nas falas (entrevistas) dos participantes relacionados ao objeto deste estudo e que é próprio da realidade deles, optou-se pela adoção do método “análise de conteúdo”. Enfatiza-se que a análise de conteúdo envolve um conjunto de estratégias visando à busca dos significados contidos nos documentos – material coletado nas entrevistas.

Por esse método de análise textual, neste estudo utilizaram-se questões semiestruturais em entrevistas. A aplicação adequada dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana, que são considerados métodos de entrevistas, possibilita ao investigador retirar das suas entrevistas dados de reflexão significativos.

No método de análise de conteúdo normalmente está incorporado o método das entrevistas. Neste trabalho optou-se pelos procedimentos fechados, que advêm de categorias pré-definidas previamente à análise propriamente dita, normalmente segundo os objetivos específicos, sendo que dessa forma os dados obtidos na entrevista foram transferidos para uma tabela.

Consideramos que existirá sempre um esforço de aperfeiçoamento da análise de conteúdo, e essa análise pode ser aplicada a discursos diversos. Diante desse aperfeiçoamento, citamos a expressão “análise de conteúdo qualitativa” usada nos EUA, assinalada pelos autores Zhang e Wildemuth (2009). Eles detalham a definição de análise de conteúdo qualitativa, segundo os autores Hsieh e Shannon (2005); Mayring (2000) e Patton (2002) como sendo:

- O método de pesquisa para a interpretação subjetiva do conteúdo de dados de texto por meio do processo de classificação sistemática de codificação e identificação de temas ou padrões, conforme Hsieh e Shannon⁹², (2005, tradução nossa);
- Uma abordagem de análise empírica, análise metodológica controlada de textos dentro do seu contexto de comunicação, seguindo as regras de conteúdo analítico, etapas e ausência de manifestação de modelos de quantificação, no entendimento

⁹²Hsieh, H.-F.; Shannon, S. E. Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277-1288. 2005.

de Mayring⁹³, (2000, tradução nossa);

- Qualquer determinação de dados qualitativos, empenho na adoção de sentido da quantidade de material qualitativo, procura identificar o núcleo e consistências de significados, segundo Patton⁹⁴ (2002, tradução nossa).

Essas três definições mostram que a análise de conteúdo qualitativa enfatiza uma linguagem/texto integrado e procura visualizar seus contextos específicos. A análise de conteúdo qualitativa vai além de apenas contar palavras ou extrair conteúdo objetivo dos textos; assim sendo, procura obter indicadores que permitirão fazer inferências.

A análise de conteúdo apresenta várias características metodológicas, e dentre elas está a inferência. A inferência refere-se à ação pela qual uma proposta é deduzida como verdadeira em virtude de sua ligação com outras proposições consentidas como factuais. Entende-se que a inferência pode provir das informações fornecidas pelo conteúdo das mensagens, ou das pressuposições identificadas como resultado do estudo dos dados que se apresentam à comunicação. No dizer de Bardin (2010k, p. 41),

Se a descrição é a primeira etapa necessária e se a interpretação é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra.

À luz disso, a inferência responde a três perguntas:

- O que leva a se formular determinada proposição?
- Quais são as causas ou antecedentes de uma mensagem?
- Quais são os possíveis efeitos da mensagem?

As inferências produzidas sobre as características do texto, as causas de uma mensagem e os efeitos da comunicação são construídas a partir da análise das mensagens pelo pesquisador. De acordo com Bardin (2010L, p. 129),

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto.

⁹³Mayring, P. *Qualitative content analysis*. *Forum: Qualitative Social Research*, 1(2). 2000. Retrieved July 28, 2008, from 217.160.35.246/fqs-texte/2-00/2-00mayring-e.pdf.

⁹⁴ Patton, M. Q. *Qualitative Research and Evaluation Methods*. Thousand Oaks. 2002.

A técnica utilizada por Bardin (2010) é composta por quadro de análise de 4 (quatro) colunas (Categoria, Subcategoria, Unidade de Registro e Unidade de Contexto), conforme exemplo no Quadro 14, e optamos por nos basear na proposta por Pereira et al. (2011). Com as entrevistas transcritas, efetuamos uma pré-análise com o propósito de detectar e categorizar trechos. Para a finalidade da apresentação dos dados e facilitação da leitura, foram utilizadas somente 3 (três) colunas, a saber: Categoria, Subcategoria e Unidade de Registro, ou seja, a 4ª coluna (Unidade de Contexto) ficaria repetitiva a 3ª coluna (Unidade de Registro) sendo uma representação sintética da Unidade de Contexto. Dessa forma vale ressaltar a criação do quadro padrão e seus 4 (quatro) elementos utilizados na análise das entrevistas:

- a) Categoria – neste item foram dispostos temas-eixo implicitamente tratados na entrevista, reunindo o que cada entrevistado tratou sobre o assunto;
- b) Subcategorias – foram dispostos assuntos pertinentes tratados dentro de cada tema-eixo;
- c) Unidade de registro – os indicadores de conteúdo foram extraídos com base nos temas tratados na entrevista, com adaptações; os trechos indicam possíveis respostas às categorias e subcategorias;
- d) Unidade de contexto – possibilita localizar os trechos originais das entrevistas.

Quadro 14 – Exemplo de categorização de acordo com a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2010)

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
1. Função de um RI	Objetivos	Divulgação e disseminação da informação	<i>Você está divulgando, disseminando informação produzida pelos pesquisadores [...] (P1).</i>
2. Responsabilidade e manutenção de um RI	Equipe e manutenção	Uma equipe colaborativa, ou seja, uma equipe gestora do RI	<i>A responsabilidade deve ser em conjunto, é a biblioteca, a parte da informática da universidade (S2).</i>
3. Conteúdo	Documentos da produção administrativa (não científicos) e de memória	Ser de interesse da sociedade	<i>[...] considero de grande importância, eu sei por que, como eu falei, a produção científica faz parte das atividades fins, que são a pesquisa, ensino, extensão,; mas é como eu disse, muitas atividades não são fins, mas são importantes para que as atividades fins aconteçam a contento; então eu penso que este material, toda produção desta literatura, difusa, cinzenta, de circulação interna, mas que possa ser de interesse da sociedade, eu penso que é de grande relevância para constar nos relatórios... (P2).</i>
4. Políticas de submissão	Autoarquivamento ou depósito mediado;	Controle da instituição sobre o que está sendo publicado na instituição	<i>Eu acho que vai ter resistência, mas acho que a gente tem que ir insistindo que as pessoas mesmo façam o autodepósito. Exatamente, não apenas por isso, mas você garante que quem está dando permissão é o autor mesmo, não é alguém que passou o artigo, passou uma cópia, colocou lá (sem consentimento); você elimina possíveis mal entendidos neste fluxo, sabe, acho que elimina vários problemas legais (P1).</i>
4. Políticas de submissão	Povoamento do RI	RI deve ser confiável, apresentar reputação e visibilidade; Motivação para o depósito	<i>[...] acredito que encontrar os caminhos de conscientização e os caminhos técnicos e tecnológicos para que isso seja feito de uma forma tranquila e que beneficie ambas as partes, tanto a instituição como o pesquisador; tanto o pesquisador tem que estar consciente de que aquilo é importante para ele, como o pesquisador terá benefícios se aquilo estiver no repositório institucional, não é? Então eu acho que essa síntese, se for facilitada por caminhos tecnológicos, melhor (S3).</i>
5. Sociedade	Democratização do acesso	É uma prestação de contas para a sociedade do que está sendo gerado ou daquilo que é investido dentro da universidade	<i>[...] tem esse lado de a gente pensar que é um dever nosso disponibilizar informação por ser uma instituição pública, que sobrevive de dinheiro público, e que agente deve ter essa consciência de prestar (contas) para a sociedade do que a gente faz; acho então que o RI acaba sendo mais um canal de acesso para a sociedade poder acompanhar o desenvolvimento das atividades, a repercussão das atividades, a contribuição para a ciência, contribuição para a organização social (P2).</i>

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
6. Plataforma (cont.)	Padrão (Metadados)	Possibilidade de fazer indicadores institucionais e de colaboração	<p><i>[...] quanto aos metadados, eu tenho uma situação em vista, você não pode só se preocupar em perder o objeto informacional, você tem que dar conta do padrão Dublin Core, dos metadados essenciais, dar conta dos metadados administrativos, porque de certa forma você não consegue fazer indicadores; eu publiquei um artigo, sabe que esse artigo tenha algo que entender (sic), de que departamento que eu sou, de que universidade, em que grupo que eu me insiro, quem são meus pares, de que instituição eles são; então, por exemplo, se eu tivesse um metadado completo que tivesse um acesso abrangente eu poderia facilmente fazer indicadores de institucionalização, colaboração, ou entre outros indicadores (P3).</i></p> <p><i>[...] tem alguns esquemas em geral, o Dublin core vem embutido no Dspace; como tem uma comunidade grande no mundo inteiro, de repositórios, acho que mais de 80% dos repositórios no mundo inteiro usam o Dspace, então é mais garantido que você vai ter uma conversa, um diálogo entre os repositórios (P4).</i></p>

Fonte: Autoria própria

A análise dos dados foi tecida a partir dos objetivos específicos da presente pesquisa, delineados no início do texto, à vista da teoria apresentada nas seções 3 e 4 do presente estudo. A partir dos objetivos formaram-se 6 categorias de análise relacionadas às questões das entrevistas realizadas, conforme quadro abaixo:

Quadro 15 – Relações entre os objetivos, categorias e questões

Objetivos	Categorias	Questões
1. Levantar e mapear os conceitos de Repositórios Institucionais.	1	1
2. Identificar as principais políticas adotadas em Repositórios Institucionais no Brasil.	2,4	4,3,2,7
3. Apontar o viés entre a Lei de Acesso à Informação e a Literatura Cinzenta .	5	1,6
4. Compreender as percepções dos stakeholders em uma Instituição de Ensino Superior em relação ao papel do Repositório Institucional.	5, 6	1,7

Fonte: Autoria própria

As seis categorias geraram subcategorias - assuntos pertinentes tratados dentro de cada temática. Cada temática foi abordada pelos entrevistados conforme apresenta o quadro 16 a seguir:

Quadro 16 – Categorias e Subcategorias

Categorias	Subcategorias
1. Função de um RI	Objetivos de um RI
2. Responsabilidade e manutenção de um RI	Equipe e manutenção
3. Conteúdo	Documentos da produção administrativa (não científicos) e de memória
4. Políticas de submissão	Autoarquivamento; Depósito mediado; Povoamento do RI
5. Sociedade	Democratização do acesso ao conhecimento
6. Plataforma	Padrão (Metadados)

Fonte: Autoria própria

Dando procedimento, apresentam-se itens para cada categoria e suas subcategorias, as quais nos mostram a fala dos entrevistados por meio de trechos selecionados das entrevistas. Para melhor entendimento e análise dos dados na primeira categoria, optou-se pela organização de uma subcategoria – Objetivos de um RI.

6.2 Objetivos de um RI

Na literatura, os objetivos de um RI são vários, mas são formalizados de acordo com a necessidade de cada instituição. Na visão de Rosa (2011, p. 137), um RI “constitui um importante veículo de divulgação da produção intelectual e científica dos membros da instituição promotora, mas representam também um recurso aberto a outros potenciais utilizadores, constituindo um patrimônio útil à sociedade em geral”.

Os entrevistados abordaram espontaneamente o assunto referente aos objetivos de um RI, percebendo-se desse modo que esses objetivos estão associados à função do RI de se prestar como uma ferramenta de gestão do conhecimento, preservação da memória da instituição e apoio em resposta a LAI brasileira, como visto no quadro 17 abaixo:

Quadro 17 – Objetivos de um RI

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Função de um RI	Objetivos	Ferramenta de gestão do conhecimento; Pode servir para indicadores de produção e indicadores institucionais.
		Atender à Lei Brasileira de Acesso à Informação (LAI).
		Memória Institucional
		Visibilidade das produções científicas; Acesso ao conhecimento.

Fonte: Autoria própria

De acordo com as informações acima, nota-se que os objetivos estão voltados para a disseminação dos resultados científicos, cumprindo a missão da instituição e dessa maneira ajudando a aumentar sua visibilidade e impacto, bem como também a transparência na divulgação dos gastos públicos em atendimento à LAI. Os entrevistados S5 e P3 destacam a seguir:

[...] a principal função do repositório é a organização dos documentos, [...] uma outra função que eu acho super importante é aumentar a visibilidade do que é produzido em termos de conhecimento daquela instituição de ensino, especialmente as instituições de ensino que são financiadas pelo Estado; e em terceiro lugar eu acho que o repositório serve para guardar a memória; hoje em dia tem muitos formatos e a gente não sabe onde é que esses formatos estão, e mesmo os documentos que originalmente são de papel, eles tem um monte de lugares em que a gente pode encontrar, e hoje a Lei do acesso a Informação obriga que você tenha esses documentos a cada solicitação do cidadão, então eu acho que o repositório institucional, entre mil outras serventias, tem essas três aí que são essenciais (S5).

Uma parte tem a questão de visibilidade, de divulgar o que é produzido pela universidade [...], tem a questão do acesso desse conhecimento produzido, visibilidade, acesso; tem a função de divulgação, tem a função também de você produzir indicadores a partir do que está lá, e uma outra função que vejo tem a questão de preservação de memória, esse conjunto aí de funções ..(P3).

6.2.1 Equipe e Manutenção de um RI

Para que um RI funcione com eficiência é fundamental a definição dos profissionais que atuarão no seu funcionamento. Em todas as etapas do funcionamento de um RI é muito importante o papel de um administrador ou grupo gestor, pois ele será o responsável pelas atividades de gestão do sistema e pela interface entre vários profissionais da equipe. Em relação à equipe e manutenção de um RI, é notório de que é de extrema importância que se tenha uma equipe específica para que o repositório se torne confiável, sustentável e muito bem gerenciado. As respostas dos participantes da pesquisa mostram que a maioria tem ciência da importância desses fatores para assegurar a sustentabilidade do repositório uma vez estabelecido na instituição, o que pode ser visto na respectiva Unidade de Registro apresentada no quadro 18 que segue.

Quadro 18 – Equipe e manutenção

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
2. Responsabilidade e manutenção de um RI	Equipe e manutenção	Equipe específica; Administrador ou grupo gestor
		Equipe gestora do RI; Apoio da reitoria ao RI
		Uma equipe colaborativa
		Biblioteca da Instituição e Secretaria Geral de Informática

Fonte: Autoria própria

Conforme visão de Leite (2009, p.40),

Para a construção do repositório institucional, é importante que seja constituída uma equipe capacitada e comprometida com a realização do projeto. Idealmente, uma equipe multidisciplinar constituída por bibliotecários, analista de sistemas, profissional de comunicação/*marketing* atende às necessidades de planejamento e execução do projeto.

O entrevistado P1 argumenta que:

Deveria ser uma coisa em colaboração entre, por exemplo, o setor de informática com biblioteca e funcionários. Tem que ser uma equipe totalmente colaborativa, porque não dá pra ver o RI como exclusividade de um setor só, porque depende da questão mais técnica, depende da questão mais de informação de políticas, sabe, de convencimento, de pessoas que usam mesmo, então usuários vão ser de vários setores (P1).

Em algumas percepções dos entrevistados é enfatizado que a instituição mantedora do RI, propicie a inclusão de representantes dos seus Centros Acadêmicos com vista em cooperar efetivamente nos termos de manutenção, atualização e todo tipo de auxílio a equipe específica do repositório atuante quando necessário, mesmo estando situado na Biblioteca Central da instituição, como acontece com a maioria dos RIs, desta forma compreendendo que o RI é de responsabilidade de toda a instituição.

6.2.2 Documentos da produção administrativa e de memória

De acordo com as informações levantadas nas entrevistas é nítido que um RI, além de abranger conteúdos da produção científica, possa também armazenar documentos que guardem a memória da instituição com a preocupação da preservação digital, documentos que são pertencentes à “Literatura Cinzenta” (documentos não publicados e não comercializados) e até documentos de circulação interna. Enfatiza-se ainda que esses documentos devem ser de interesse da sociedade, pois muitos são solicitados para atender à Lei de Acesso a Informação brasileira (LAI); devem também ser de interesse da instituição mantenedora, assim poderão servir também na geração de indicadores institucionais e possibilitar a reunião de documentos administrativos dispersos.

Quadro 19 – Documentos da produção administrativa (não científicos) e de memória

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Conteúdo	Documentos da produção administrativa (não científicos) e de memória	Memória.
		Literatura Cinzenta; Literatura de circulação interna.
		Preservação digital; Ser de interesse da sociedade.
		Relevante para constar em relatórios institucionais; Documentos administrativos dispersos.

Fonte: Autoria própria

O entrevistado P2 discorre sobre a importância também de documentos de circulação interna:

Considero de grande importância [...] a produção científica faz parte das atividades fins, que é a pesquisa, ensino, extensão, mas muitas atividades não são fins, mas elas são importantes para que as atividades fins aconteçam a contento. Esse material, toda produção desta literatura, difusa, cinzenta, de circulação interna, mas que possa ser de interesse da sociedade, eu penso que é de grande relevância para constar nos relatórios, [...] nosso problema de memória, as vezes temos dificuldades de recuperar as coisas, depois, passado algum tempo, cada vez mais com a velocidade que as coisas acontecem, com a simultaneidade das coisas acontecendo, agente as vezes perde muito facilmente, hoje, detalhes dos acontecimento internos. Coisas que aconteceram há pouco tempo, já não consegue mais às vezes se lembrar. Se você tem em algum local onde arquivando/depositando para auxílio à memória, à história, que possa ser consultado, que seja confiável, então acho que também o repositório institucional leva um ponto importante, porque uma coisa é você fazer um documento ,você acha que não vai ter visibilidade, vai ser de circulação interna, outra coisa é você produzir um documento que vai ficar num local, que vai ser de consulta externa. Eu penso que é intuitivamente, agente já se preocupa em produzir esse documento com mais cuidado, fidelidade dos dados e tudo, e também acho que induz a esse aprimoramento da produção de apoio administrativo; vejo até para esses sites oficiais, onde alguns documentos que agente sabe que vai fazer parte do site tribunal de contas, do site da CGU, temos sempre mais preocupação, porque é um documento oficial, ele vai ficar disponível para a sociedade, a própria postura de produção deste material muda, quando você sabe quem pode ter essa abertura de acesso né, do que quando você produz um relatório que vai ficar lá na gaveta da pessoa é uma coisa, eu acho que fica é diferente (P2).

Alguns dos stakeholders entrevistados se posicionaram positivamente quanto aos documentos considerados da Literatura Cinzenta a serem depositados em RIs, no entanto na literatura existem poucos trabalhos enfocando esse processo, mas na prática podemos observar alguns RIs brasileiros que adotam essa sistemática de apresentarem em suas coleções de seus repositórios documentos considerados da Literatura Cinzenta, especialmente os voltados para preservação da memória institucional.

6.2.3 Autoarquivamento

Como anteriormente explicado, o autoarquivamento se refere ao depósito feito diretamente pelo próprio autor do trabalho no RI.

Em relação ao autoarquivamento em questão, é uma política que deve fazer parte do RI da instituição conforme a aceitação da sua comunidade acadêmica; caso não ocorra logo no início da implantação, outro caminho é optar pelo depósito mediado, um serviço oferecido pelas bibliotecas ou SIBI (Sistema Integrado de Bibliotecas) das instituições, com prazo determinado para que os docentes, pesquisadores, servidores e estudantes se ajustem à nova realidade e, futuramente, com todas as dificuldades sanadas, passem a fazer o autoarquivamento no RI de sua instituição.

Quadro 20 – Autoarquivamento

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Políticas de submissão	Autoarquivamento	Política de RI
		Embargos; Direitos autorais
		Autodepósito é responsabilidade de quem produziu o documento.

Fonte: Autoria própria

Como demonstrado no quadro 20, o autoarquivamento é de responsabilidade do próprio autor; o entrevistado (P1) concorda que essa prática elimina vários problemas legais, como mostra o trecho a seguir:

[...] o autoarquivamento para mim é o autodepósito, a pessoa coloca; na verdade é no final, ele vai assinar uma licença, vai ter uma coisa (sic) online que ele tica, ele aceita como se fosse um termo de consentimento livre, parecido, então o autoarquivamento ele mesmo que faz; eu acho que isso...de certa forma, vai ter um numero substancial de pessoas que vão resistir a isso, por questões de tempo e as coisas novas [...], exatamente, não apenas por isso, mas você garante que quem está dando permissão é o autor mesmo, não é alguém que passou o artigo, passou uma cópia colocou lá (sem consentimento), você elimina possíveis mal entendidos neste fluxo sabe, acho que elimina vários problemas legais (P1).

Recobrando o exposto anteriormente quanto à constituição da equipe e competências dos profissionais envolvidos no RI, é recomendável atentar às necessidades de planejamento e execução do projeto, lembrando que é importante que na equipe se tenha pelo menos a atuação de dois profissionais: o gestor do repositório e o administrador do sistema. Enfatizamos que no gerenciamento do funcionamento no cotidiano do RI, em muitas situações ainda se inclui o serviço de depósito mediado (depósito por outra pessoa) pelo profissional bibliotecário. No entanto, espera-se que o depósito mediado em instituições que o utilizam, com o tempo possa servir de motivação ao autor para que se torne autossuficiente em termos de disponibilização de seu próprio conteúdo.

Quadro 21 – Depósito mediado

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Políticas de submissão	Depósito mediado	Interação com docentes e mediação com a Biblioteca.

Fonte: Autoria própria

De acordo com o quadro 22 a seguir, na subcategoria Povoamento de um RI, a política de povoamento deve ser voltada para a promoção do depósito intensificado da produção institucional nos repositórios. A maioria dos RIs são criados para reunir, divulgar e promover a visibilidade da produção intelectual da instituição; se o RI apresentar conteúdo incipiente (embrionário), não estará cumprindo a sua função. O êxito de um RI pode ser medido pelo uso do material nele depositado e a ação de depósito de conteúdos está relacionada ao contentamento e satisfação verificada, assim determinando a utilização do sistema de informação. Muitas ações devem ser efetuadas para que ocorra um engajamento de docentes, pesquisadores e autores.

Quadro 22 – Povoamento do RI

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Políticas de submissão	Povoamento do RI	Estimular o pesquisador a fazer o depósito.
		Promoção na carreira, a concessão de bolsas, todos os benefícios que as pessoas possam ter na universidade, em termos de recursos.
		A comunidade acadêmica tem que sentir que o RI é de qualidade.
		O RI deve ser confiável, apresentar reputação e visibilidade.
		O fator de sucesso é automatizar o máximo possível para dar o mínimo de trabalho, com soluções tecnológicas e mecanismos de interação.
		Uso para decisões dentro da universidade.
		Progressão na carreira dos docentes e servidores atrelada ao depósito.

Fonte: Autoria própria

O entrevistado P5 acredita que muitas ações podem ser aplicadas para que haja o incentivo para esse povoamento, como fica evidente no trecho a seguir:

Um fator que eu acho que contribuiria para o sucesso é ser usado para decisões dentro da universidade, por exemplo, para fazer o relatório institucional da universidade, os dados que estão dentro do repositório são dados oficiais de publicação da universidade. Um outro fator a promoção na carreira, a concessão de bolsas, todos os benefícios que as pessoas possam ter na universidade, em termos de recursos e etc., estar atrelados no repositório (P5).

Prezamos para que a disseminação aberta da informação de todos os tipos, e não exclusivamente das pesquisas científicas, venha impulsionar a democratização das relações governamentais com a sociedade, no item a seguir podemos constatar essa percepção.

6.2.3 Democratização do acesso ao conhecimento e informação

A disseminação do conhecimento e da informação é uma das funções que o Repositório Institucional pode propiciar à sociedade, sendo uma ferramenta na transparência dos investimentos públicos. Lembra-se que os repositórios digitais iniciaram em 2000 com o advento do Movimento de Acesso Aberto, e logo em seguida com os Repositórios Institucionais; porém, é em 2011 que a LAI brasileira começa a fazer parte desse cenário.

Quadro 23 – Democratização do acesso ao Conhecimento e Informação

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Sociedade	Democratização do Acesso ao Conhecimento e Informação	Acesso ao Conhecimento
		Um instrumento (ferramenta) de transparência dos investimentos públicos
		Preservação da memória e da produção intelectual e científica da instituição

Fonte: Autoria própria

Assim como afirmou o entrevistado P2 sobre o RI em relação à sociedade, observamos que a percepção do entrevistado S3 confirma essa visão da transparência dos investimentos públicos e interação das instituições de pesquisa com a sociedade, como visto a seguir:

[...] É um dever nosso disponibilizar informação, por ser uma instituição pública, que sobrevive né, de dinheiro público, e que devemos ter essa consciência de prestar (contas) para a sociedade do que a agente faz; acho, então, que o RI acaba sendo mais um canal de acesso para a sociedade poder acompanhar o desenvolvimento das atividades, da repercussão das atividades, a contribuição para a ciência, contribuição para a organização social, enfim também os trabalhos que são de apoio para atividades fins, porque os relatórios administrativos, essas coisas, eles não fazem parte das atividades fins, mas são de apoio, então tem uma série de atividades que apoiam as atividades fins, então as vezes pensam que não tem tanta relevância mas tem, que é onde está alicerçando a instituição, alicerçando as atividades fins, então acho que é um pouco nosso dever, e a sociedade cada vez mais deveria procurar saber interatuar o hábito de acompanhar o desenvolvimento das instituições, prestação dos serviços sejam eles em que área for (P2).

Acredito que o repositório é um grande passo para a transparência dos recursos investidos numa instituição, em tempos em que nós tivemos aprovação, pela presidente Dilma, da Lei de Acesso à Informação que trata essa forma de transparência nas instituições públicas, o RI é um desses mecanismos, talvez ele não esteja relacionado lá entre as ações, objetivos, entre os exemplos; na verdade do que a Lei de transparência, Lei do Acesso a Informação esteja trabalhando, mas ele é na verdade um grande mecanismo para isso, [...] a produção científica, é importante que a sociedade tenha consciência dela, eu sou um defensor do acesso aberto que é uma outra temática que respalda o que tromba aqui na questão do repositório né, [...] provavelmente é um caminho para que no futuro a sociedade possa interagir mais com a instituição de pesquisa e possa inclusive, nessa interação, indicar caminhos, ah...que sejam de interesse da sociedade para produção do conhecimento; a sociedade tem as suas demandas, a instituição de pesquisa tem que estar atenta a essas demandas, as instituições de pesquisa públicas tem que interagir com a sociedade para atender essas demandas, e o RI é um mecanismo de vários outros, obviamente é mais um (S3).

6.2.4 Padrão (Metadados)

Na criação de um RI temos várias opções de plataformas; no entanto, na funcionalidade de um software, várias características essenciais precisam estar presentes, tais como foram citadas no decorrer do estudo, assim atendendo demandas de RIs em concordância com o Acesso Aberto. Uma das funcionalidades são os padrões de metadados (descritivos, técnicos, de preservação, de direitos autorais). O padrão de metadados mais adotado pelas ferramentas de construção de RI de acesso aberto é o Dublin Core (o padrão DCMES – Dublin Core Metadata Element Set).

Na categoria “plataforma”, foram citados o software Dspace e o metadados Dublin Core (visa descrever objetos digitais, tais como, vídeos, sons, imagens, textos e sites na web); os entrevistados concordam e reconhecem que há possibilidades de conhecer experiências bem sucedidas de outras plataformas também, mas o Dspace é o mais popular.

Quadro 24 – Padrão (Metadados)

Categoria	Subcategoria	Unidade de Registro
1. Plataforma	Padrão (Metadados)	Possibilidade de fazer indicadores institucionais e de colaboração.
		Dspace e metadados Dublin Core.

Fonte: Autoria própria

O entrevistado P3 afirma a importância de os metadados serem completos para as possibilidades da produção de vários indicadores institucionais.

É perceptível que a maioria dos entrevistados concorda que a plataforma mais usada atualmente é o Dspace. Alguns entrevistados apresentaram conhecimento mais apurado desse software e outros já ouviram falar e receberam recomendações, mas têm conhecimento que no Brasil 75% dos RI usam esse software. Quanto aos padrões, a maioria tem conhecimento básico sobre o esquema de metadados aceitos – Dublin Core; Interoperabilidade – Protocolo OAI-PMH, Web Services; e preservação digital.

Apesar de os entrevistados possuírem conhecimentos de todo um repertório de repositórios e Acesso Aberto, diante do cenário em que estamos inseridos em uma sociedade de dimensão digital e cultura digital, isto demonstra certo atraso na instituição a que pertencem. Essa instituição, em 2009, recebeu o kit tecnológico pelo IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos para as Universidades Brasileiras, para construção de RIs.

Os resultados permitem verificar que um dos grandes desafios para os gestores desse RI que está em vias de implementação será também a sensibilização dos seus *stakeholders* para utilização do repositório. Propomos que a instituição mantenedora realize e intensifique ações internas de formação, promoção de eventos, elaboração de tutoriais, que promovam o uso adequado do seu RI à sua comunidade acadêmica toda.

Até onde eu ouvi falar o mais usado é o Dspace, de arquivo científico [...] eu acho que você tem que procurar um software livre, e tentar o mais universal possível, uma plataforma livre que tenha o maior número possível de usuários, e quanto aos metadados, eu tenho uma situação em vista, você não pode só se preocuparem perder o objeto informacional, você tem que dar conta do padrão Dublin Core, dos metadados essenciais, dar conta dos metadados administrativos, porque de certa forma você não consegue fazer indicadores; eu publiquei um artigo, sabe que esse artigo tenha algo que entender(sic), de que departamento que eu sou, de que universidade, em que grupo que eu me insiro, quem são meus pares, de que instituição eles são, então, por exemplo, se eu tivesse um metadado completo que tivesse um acesso abrangente eu poderia facilmente fazer indicadores de institucionalização colaboração ou entre outros indicadores (P3).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltamos ao problema colocado inicialmente na pesquisa, que se centralizou na viabilização e possível ampliação do conceito de Repositório Institucional (RI) como algo que abrange a organização e a disponibilização da produção científica, juntamente com a produção da comunidade funcional das Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, nos capítulos que compõem a revisão da literatura que contextualiza a pesquisa, procurou-se delinear sucintamente o histórico do movimento de acesso aberto e repositórios digitais de acesso aberto. Procurou-se articular esses temas, hoje muito discutidos na literatura, com uma breve discussão do panorama da Lei de Acesso à Informação (LAI), que representa um componente recente e particular ao Brasil no debate em torno de acesso aberto, já que introduz uma série de exigências no que diz respeito à disponibilização de informação ao cidadão fora do contexto da comunidade científica. Justamente por isso, um questionamento de concepção anteriormente mais restrita de repositórios institucionais se encontra no cerne da questão desta pesquisa.

A partir de 2012, com o novo cenário da Lei de Acesso à Informação, abriu-se a possibilidade de se ampliar o conceito de Repositório Institucional, podendo-se incluir os documentos pertencentes à Literatura Cinzenta (LC) – documentos que não estão em escala para publicação e comercialização, restritos à própria instituição que os gerou. Isto é porque os RIs devem estar em consonância com a LAI, assim facilitando o trabalho dos gestores que atuam nas universidades e em outros órgãos públicos.

Com a demanda dos cidadãos por variadas informações – em nível de federação, estados e municípios, assim como nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda as empresas estatais –, acreditamos que, se essas informações estiverem organizadas e indexadas, a questão do tempo de fornecimento será menor do que o estipulado. Além disso, será possível atender à portaria nº 1.224/2013 que institui as normas das IES, no que diz respeito à obrigatoriedade de manter em todo o acervo acadêmico sob sua guarda permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta. Tal requisição constitui mais uma justificativa para que esses documentos sejam rapidamente localizados e disponibilizados quando qualquer cidadão vier a requerê-los. A vista que a comunicação científica passou por transformações significantes nas três últimas décadas, assinalamos a relevância do papel da mesma para que aconteça maior interação entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS), tendo em vista a consolidação dos esforços dos

movimentos em favor da disseminação aberta da informação de todos os tipos, e não exclusivamente das pesquisas científicas. Isso contribui com um passo a mais em direção à democratização das relações governamentais com a sociedade. Dentre os estudos CTS, um dos objetivos é a promoção da reflexão sobre reações da comunidade geral em relação ao acesso às informações públicas e científicas. Nesse enfoque, considera-se o olhar multidisciplinar do campo CTS e do PPG-CTS, no qual a presente pesquisa foi realizada, por contribuir com esse campo, enfatizando prováveis impactos à sociedade e estímulos à reflexão sobre aspectos direcionados ao acesso aberto e ao lugar da Literatura Cinzenta nesse cenário, com um viés pela Lei de Acesso à Informação. Esperamos ter contribuído também para a área da Ciência da Informação, que vem discutindo as transformações da comunicação científica, relacionadas aos Repositórios digitais institucionais de acesso aberto, embora a área tenha abordado muito pouco a questão do incentivo à aceitação dos documentos pertencentes à Literatura Cinzenta nos RIs brasileiros.

Um dos objetivos colocados no início do estudo era o levantamento dos principais conceitos de Repositório Institucional. Para tal, foram mapeados vários conceitos com autores que trataram deste assunto. A partir desse levantamento, foi notável que somente um (Viana et al., 2006) inclui os documentos gerados a partir de uma ampla variedade de atividades das próprias universidades na instituição, como os pertencentes à Literatura Cinzenta.

Seguindo os objetivos colocados, as principais políticas de RI no Brasil foram citadas, apresentando-se instituições com suas políticas de funcionamento, registradas em diretórios internacionais, como ROARMAP, Sherpa/Juliet e Políticas Melibea. Sugerimos que a política de funcionamento esteja em concordância com as políticas vigentes das bibliotecas ou dos SIBIs (Sistema Integrado de Bibliotecas) de suas respectivas instituições.

Dados qualitativos foram levantados junto a atores-chaves identificados na IFES pesquisada, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas. A interpretação qualitativa por meio da análise de conteúdo das respostas às questões nas entrevistas proporcionou a compreensão no tratamento dos dados, para se estabelecer resultados que levassem a inferências (ou deduções) de conhecimentos na temática dos Repositórios digitais institucionais. Com os argumentos à luz dos referenciais teóricos e as percepções emergidas das entrevistas, foi possível a geração de algumas considerações que nos levam a compreender que a política de RI necessita estar clara e disponível para toda a comunidade acadêmica da instituição, além de contar com amplo apoio de uma variedade de *stakeholders* na instituição, sobretudo se forem dar conta também da inclusão de informações não usualmente encontradas em repositórios. O Repositório Institucional, considerado uma

ferramenta de gestão do conhecimento e disseminação, apresenta outros potenciais de que a instituição poderá usufruir. Poderia, por exemplo, constituir um canal de transparência na prestação de contas dos investimentos públicos das instituições.

Às instituições que pretendem estar ou estão no processo de implantação recomenda-se que os objetivos de um RI e questões sobre direitos autorais sejam bem esclarecidos à comunidade acadêmica.

Houve um consenso entre os respondentes de que a responsabilidade e a manutenção do RI não devem ficar exclusivamente a cargo de um só setor, mas de uma equipe multissetorial específica – um grupo gestor com profissionais da biblioteca, de informática e de outros segmentos, se necessário.

Ocorreram divergências entre os respondentes quanto a se a submissão de documentos no Repositório deveria acontecer na forma de autoarquivamento ou depósito mediado. Essas visões distintas quanto à maneira de depositar o arquivo no RI, aponta para a necessidade de a instituição ouvir sua comunidade acadêmica e funcional no que diz respeito a qual forma - o autoarquivamento ou o depósito mediado - de povoar o RI seria mais conveniente, assim direcionando a uma política de submissão mais adequada para a comunidade de usuários. Com esclarecimentos dos benefícios que essa ferramenta poderá proporcionar à comunidade acadêmica, se faz necessário fomentar nesta uma cultura de depósito da produção científica que auxilie no desenvolvimento do repositório enquanto produto e serviço de informação que representa a Universidade.

Na percepção dos entrevistados desta pesquisa, para obter êxito nos RIs, ações poderão ser promovidas na geração de indicadores oficiais institucionais e de colaboração. Enfatiza-se ainda que o grupo gestor deverá usar mecanismos que automatizem o máximo possível para que não ocorra retrabalho tanto para os profissionais da biblioteca quanto para os professores no depósito dos documentos. Ponderamos também nestas considerações que a fase mais crítica pode ocorrer no convencimento do depósito das produções científicas dos pesquisadores e servidores. Observa-se na literatura que os RIs que obtiveram sucesso no seu povoamento foram aqueles que haviam instituído mandatos em suas políticas.

Como sugestão para futuro estudo nessa temática, mencionamos a possibilidade de um estudo de caso na instituição após a implantação de um RI, focando o desafio da consolidação de um conceito inovador e formal para Repositório Institucional, incorporando os documentos não passíveis de publicação e comercialização.

O presente estudo foi importante para meu amadurecimento profissional bibliotecário e como pesquisadora, pois todas as atividades demandadas no decorrer da pesquisa agregaram

conhecimento no que concerne às particularidades dos RIs.

Prezamos que o estudo contribua para instituições que almejam implantar seus Repositórios digitais institucionais ou que estão em processo de tal. Sugerimos que os aspectos relacionados às diretrizes de autoarquivamento e direitos autorais em um RI sejam esclarecidos para sua comunidade acadêmica no início do processo, pois esses são os pontos que mais incitam dúvidas. Propomos ainda a inclusão de documentos de apoio para as atividades fins da instituição, visto que muitos estão incluídos na chamada Literatura Cinzenta. Desse modo também se auxilia em alguns momentos o respaldo à Lei de Acesso à Informação.

Concluimos que a contribuição do Acesso Aberto com seus Repositórios digitais institucionais alavanca o progresso da pesquisa e educação, sobretudo nos países como o Brasil, onde o acesso ao conhecimento científico ainda encontra-se restrito a certos setores da sociedade. Vê-se, portanto, que tal conhecimento ainda não alcançou seu potencial pleno como insumo relevante aos processos políticos de desenvolvimento social igualitário e sustentável.

REFERÊNCIAS

ACESSO à informação. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/lai-para-sic-apoio-orientacoes/guias-e-orientacoes/guia_informacoesclassificadas-sem-logo.pdf/view> Acesso em: fev. 2014.

ADOLFO, G.; MOURA, L. B. **A reforma da Lei de Direitos Autorais**. Espaço vital, 2013. Disponível em: <<http://espaco-vital.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: abr. 2014.

ALMEIDA, Maria do R. G. **Literatura Cinzenta: teoria e prática**. São Luís: Edições UFMA, 2000. 174 p.

ALVARENGA, L. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/article.php?dd0=0000001252>>. Acesso em: dez. 2001.

ALVES, A. J. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio, 1992.

AMARO, B. **Noções básicas sobre o Direito Autoral**. IBICT. I Encontro sobre Gestão de Repositórios Institucionais – nov. 2009. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2009/11/27/nocoas-basicas-sobre-direito-autoral>>. Acesso em: abr. 2014.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 226 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

BARROS, S. S. **Políticas de comunicação da produção científica da UFBA e o movimento de Acesso Livre à Informação**. 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

BATISTA, A. A.; COSTA, S. M. S.; KURAMOTO, H.; RODRIGUES, E. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Ciência da Informação**. Florianópolis, n. esp., p. 17, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/635/1/ARTIGO_ComunicacaoCient%3%ADficaPapelOAI.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

BAZZO, W. A. A pertinência de abordagens CTS na educação tecnológica. **Revista Iberoamericana de Educación**. Madrid, n. 28, p. 83-99, jan/abr., 2002. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie28a03.PDF>>. Acesso em: jul. 2013.

BEKAERT, J.; VAN DE SOMPEL, H. **Augmenting interoperability across scholarly repositories**. Report. 2006. Disponível em: <<http://msc.mellon.org/Meetings/Interop/FinalReport>>. Acesso em: abr. 2014.

BERNARDO, D.; COELHO, J. **Prática de gestão do conhecimento e ferramentas computacionais aplicadas aos processos da comunicação científica**. 2011. Disponível em: <<http://www.sbgc.org.br/kmbrasil2011/anais/pdf/TC63.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

BRAGA, G. M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 84-88, jan/abr, 1985.

BRANNEW, J. **Mixing methods**: qualitative and quantitative research. Aldershot, Inglaterra: Avebury, 1992. 200p.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Legislação sobre direitos autorais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: abr. 2014.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 387, de 06 de julho de 2011. **Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=93151&tp=1>>. Acesso em: fev. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: fev. 2014.

BRENER, J. **A Segunda Guerra Mundial**: o planeta em chamas. São Paulo: Ática, 1999. 64p.

BURCH, S. Sociedade da informação / Sociedade do Conhecimento. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMENTA, Daniel (Coord.). Desafios de Palavras: enfoques multiculturais sobre a Sociedade da Informação. C & Éditions, 2005, p.7. Disponível em: <<http://www.dcc.ufrj.br/~jonathan/compsoc/Sally%20Burch.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

CAFÉ, L.; MELO, B. A.; BARBOZA, E. M. F.; NUNES, E. M. A.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. p.12. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_endocom_trabalho_cafe.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G. Elementos de personalização em repositórios institucionais. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. 1, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00001077/01/cipecc_liriane.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

CAMARGO, L. S. A.; VIDOTTI, S. A. B. G.. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.55-82.

CASEBEER, A. L.; VERHOEF, M. J. Combining qualitative and quantitative research methods: considering the possibilities for enhancing the study of chronic diseases in Canada, **Government of Canada Publications**, v.1 8, n. 3, 128 - 135, 1997. Disponível em: http://publications.gc.ca/collections/collection_2009/aspc-phac/H12-27-18-3E.pdf. Acesso em abr. 2014.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994. v. 1.

COMPROMISSO do Minho. Compromisso sobre o acesso livre à informação científica em países lusófonos. 2006. Disponível em: http://kuramoto.files.wordpress.com/2008/09/compromisso_do_minho.pdf; <http://www.ibict.br/aleplus/arquivos/compromisso.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública**: uma introdução à Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, Brasília: Imprensa Nacional, 2011. p.26. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/acessoainformacao/materiais-interesse/cartilhaacessoainformacao.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

CORREIA, L. C.; SOUZA, N. A. Pesquisa bibliográfica ou Revisão de literatura: traçando limites e ampliando compreensões. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 19, 2010, Paraná. **Anais...** Paraná: UEL, 2010. p.4. Disponível em: <http://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/1262.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

COSTA, S. M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o Acesso Aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 218 - 232, 2008. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>. Acesso em: fev. 2014.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e o impacto da pesquisa em universidades. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. 1, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB, 2006. p.10. Disponível em: http://eprints.rclis.org/10021/1/Costa_e_Leite_CIPECC_2006.pdf. Acesso em: mar. 2014.

CRANE, D. **Invisible colleagues: diffusion of knowledge in scientific communities**. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

CROW, R. **The case for institutional repositories: a SPARC position paper**. Washington, DC: The Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition, 2002. p.1. Disponível em: http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/media_files/instrepo.pdf. Acesso em: abr. 2014.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. **Dicionário de biblioteconomia e arqueologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.

DE VRIES, H. et al. The utilization of qualitative and quantitative data for health education program planning, implementation and evaluation: a spiral approach. **Health Education Quarterly**, New York, v. 19, n. 1, p. 101-115, 1992.

DI CESARE, R. The evaluation of Grey Literature impact in physical sciences using bibliometric indicators. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GREY LITERATURE. 1, 1993, Amsterdam. **Conference Proceedings**... Amsterdam: TransAtlantic, 1995.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, Mississippi State, v. 20, p.65-91, jan. 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258887?seq=2>. Acesso em: abr. 2014.

DRUGNET EUROPE. O valor da Literatura Cinzenta. **Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência**. Lisboa, ISSN0873-5409, p. 02, mar./abr. 2003. Boletim. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.emcdda.europa.eu%2Fattachements.cfm%2Fatt_34105_PT_Drugnet45PT.pdf&ei=nJeEU7TkJ9CRqAekIG4Dw&usg=AFQjCNElPAgNqi6Zyn90XP31OfaaWrMgvQ>. Acesso em: mai. 2014.

EVOLUÇÃO do Acesso Aberto: breve histórico. SciELO em Perspectiva. 2013. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/>>. Acesso em: abr. 2014.

FARACE, D. J. **Note book on grey literature**. Amsterdam: TransAtlantic, 1997. 74p.

FERNEDA, Edberto. Open Archives : Arquivos Abertos. 2012. Disponível em:<<http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/automacaobibli-o-11a.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

FERREIRA, S. M. S. P. Repositórios *versus* revistas científicas: convergências e convivências. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Ed. Senac: Cengage Learning, 2008.

FIRESTONE, W. A. Meaning in method: the rhetoric of quantitative and qualitative research. **Educational Researcher**, Washington, DC, v. 16, n. 7, p. 16-21, 1987. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0013-189X%28198710%2916%3A7%3C16%3AMIMTRO%3E2.0.CO%3B2-R>>. Acesso em: fev. 2014.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312p.

FREIRE, J. D. **CNPq e o Acesso Aberto à informação científica**. 2011. 275f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FUNARO, V. M. B. O.; NORONHA, D. P. Literatura Cinzenta: canais de distribuição e incidência nas bases de dados. In: POBLACIÓN, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006, cap. 8, p.217-234.

FURNIVAL, A. C. M. O Acesso Aberto à literatura e as necessidades e usos informacionais do público leigo. In: KERBAUY, M. T. M.; ANDRADE, T. H. N.; HAYASHI, C. R. M. (Orgs.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2012, p.99-100.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000. 111 p.

GARRIDO, E. **Lei de Acesso às informações públicas**. 2013. Artigo online. Disponível em: <http://www.leideacesso.cnm.org.br/leideacesso/pdf/Artigo_LeideAcessoInformação.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science**. London: Pergamon Press, 1979. 332 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOMES, S. L. R. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Eds.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 319p.

GOMES, S. L. R.; MENDONÇA, M. A. R.; SOUZA, C. M. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 319p.

GREYNET. **Definition of grey literature**. Disponível em: <<http://www.konbib.nl/infolev/greynet/definition.htm>>. Acesso em: abr. 2014.

GRINELL, R. M. **Social work research & evaluation: quantitative and qualitative approaches**. 5. ed. Itasca: E.E. Peacock Publishers, 1997. 640p.

GRUMAN, M. Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 104, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/34229/23345>>. Acesso em: abr. 2014.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; NORONHA, I. H. RI é a resposta, mas qual é a pergunta?: primeiras anotações para a implementação de Repositório Institucional. In: SAYÃO, L (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais** : políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 261 p.

HARNAD, S. **What is open Access?** EPRINT. 2011. Disponível em: <<http://www.eprints.org/openaccess/>>. Acesso em: fev. 2014.

HENRY, Paul ; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. **Langages** 11, pg. 36-60. Paris: Didier/Larousse, 1968.

HILLS, P. J. The scholarly communication process. **Annual Review of Information Science and Technology**, New York, v. 18, p. 99-125, 1983.

HIRANO, S. **Pesquisas em ciências sociais: projeto e planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987. 232p.

HURD, J. M. The transformation of scientific communication: a model for 2020. **Journal of The American Society For Information Science**, Chicago, v. 51, n. 41, p. 1279-1283, 2000.

HURD, J. Models of scientific communications system. In: CRAWFORD, S. et al. (Eds.). **From print to electronic: the transformation of scientific communication**. Medford: Information Today Inc, 1996. p.9-33.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica. Glossário de termos do IBICT. 2005. Disponível em:

<http://dspace.ibict.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=43;

<<http://bdt.dspace.ibict.br/bdt.dspace/glossario/glossario.jsp>>. Acesso em: abr. 2014.

IBICT. **Fronteiras da Ciência da Informação**. ALBAGLI, S. (Org.). Brasília, 2013. 260p. Disponível em:

<http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319_Fronteiras%20da%20Ci%C3%OAncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

Information Commissioner. Republic of Slovenia. Disponível em: <<https://www.ip-rs.si/index.php?id=266>>. Acesso em: nov. 2014.

KADUSHIN, C. Networks and circles in the production of culture. In: PETERSON, R. A. (Ed.). **The production of culture**. Beverly Hills: Sage, 1976. p.107-123.

KURAMOTO, H. Distinguindo os conceitos de repositórios e publicações eletrônicas. **Blog do Kuramoto**, 8 dez. 2008. Disponível em:

<<http://kuramoto.blog.br/?s=defini%C3%A7%C3%A3o+RI>>. Acesso em: mar. 2014.

KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. IN: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p.365.

KURAMOTO, H. OA: tentando esclarecer conceitos I. **Blog do Kuramoto**, 12 set. 2011. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2011/09/12/open-access-tentando-esclarecer-conceitos/>>. Acesso em: mar. 2014.

LARA, A. M. B. Fases para elaboração do projeto de pesquisa. **Revista Apontamentos**, Maringá, n. 7, Maringá, 1992. EDUEM.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 152p.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996. 553p.

LEITE, F. C. L. Diretrizes para a construção de repositórios institucionais de Acesso Aberto à informação científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU). 15, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CRUESP, 2008. 146p. Disponível em:

<http://eprints.rclis.org/12535/1/Como_criar_RI_vers%C3%A3o_SNBU.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de Acesso Aberto. Brasília: IBICT, 2009, 14p.

Disponível em:

<http://www.ibict.br/anexos_noticias/repositorios.institucionais.F.Leite_atualizado.pdf>.

Acesso em: mar. 2014.

LEITE, F. C. L. **Porque, para quem e como criar repositórios institucionais de Acesso Aberto à informação científica?** Brasília: IBICT, 2009, 19p. Disponível em:

<<http://kuramoto.files.wordpress.com/2009/11/por-que-para-quem-e-como-criar-ri.pdf>>.

Acesso em: mar. 2014.

LIMA, G. Â. B. A transmissão do conhecimento através do tempo: da tradição oral ao hipertexto. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 30, n. 2, p. 275-285, 2007.

LIMA, J. A. A. **Curso de propriedade intelectual para designers**. São Paulo: Novas Idéias, 2006. 160 p.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

LOPEZ CERREZO, J. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L. W. et al. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002.

LYNCH, C. A.; LIPPINCOTT, J. K. Institutional repository deployment in the United States as of early. **D-Lib Magazine**, v. 11, n. 9, p.4, 2005. Disponível em:

<<http://www.dlib.org/dlib/september05/lynch/09lynch.html>>. Acesso em: abr. 2014.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação em repositórios digitais. In: SEMINÁRIO SOBRE INFORMAÇÃO NA INTERNET: CONTEÚDOS E INFODIVERSIDADE e II GeCIC. 2, 2008, Brasília. Anais, 2008. p.50. Disponível em: <<http://si2008.ibict.br/anais.php>>. Acesso em: fev. 2014.

MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios, acesso livre, preservação digital. In: SEMINÁRIO REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E DE OBJETOS VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM: SOCIALIZANDO AS MELHORES PRÁTICAS. 2009, Santa Catarina. **Seminário...** Santa Catarina: UFSC, 2009. p.68. Disponível em:

<<http://ebookbrowse.net/miguel-repositorios-acesso-livre-e-preservacao-digital-ppt-d25464555>>. Acesso em: fev. 2014.

MASSON, S. M. Os repositórios digitais no âmbito da sociedade informacional. **Revista PRISMA.COM**, n.7,p.48, 2008. Disponível em:

<<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/679>>. Acesso em: maio, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011, 277p.

- MASSUDA, A. S. **Entendo a Lei Geral de Acesso à Informação**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2011. Disponível em: <http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf>. Acesso em: nov. 2014.
- McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Helena Vilar de Lemos (Trad.). Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206p.
- MEADOWS, A. J. **Communication in science**. London: Butterworths, 1974. 248 p.
- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999, 268p.
- MERTON, R. K. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. D. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 37-52.
- MITCHAM, C. Los estudios de ciência, tecnologia y sociedad. Una introducción conceptual. In: ALONSO, A.; AYESTARÁN, I.; URSÚA, N. (Coord.). **Para Comprender Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Espanha: Editorial Verbo Divino, 1996, p.09.
- MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 152p.
- MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, Lorena, v. 1, n. 1, p.1-12. 2004. Disponível em: <http://www.fatea.br/seer/index.php/janus/article/view/1/1>. Acesso em: abr. 2014.
- MOURA, M. A.; MORAES, B. M. Dispositivos legais e a salvaguarda do acesso público à informação e ao conhecimento no Brasil: historicidade, impactos e repercussões. In: CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO. 3, 2012, Portugal. **Resumos...** Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2012. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.pt/c/index.php/confoa2012/confoa2012/paper/view/227>; <http://www.slideshare.net/ConfOA/dispositivos-legais-e-a-salvaguarda-do-acesso-pblico-informao-e-ao-conhecimento-no-brasil-historicidade-impactos-e-repercusses>>. Acesso em: fev. 2014.
- MOURA, Maria Aparecida. Lei de Acesso à Informação Pública e as bibliotecas universitárias: novos desafios ao profissional da Informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte, MG. **Mini-curso...** Minas Gerais: UFMG, 2014. p.54-55.
- MOURA, M. L. S.; FERREIRA, M. C. **Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. p.23-37.
- MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/977/2/artigo_comunicação_científicamovimentoAcesso.pdf>. Acesso em: fev. 2014.
- MUELLER, S. P. M. Literatura científica, comunicação científica e ciência da informação. In: TOUTAIN, L. B. (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MUELLER, S. P. M. Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 21-34.

NEWAN, I.; BENS, C. R. **Qualitative-quantitative research methodology**: exploring the interactive continuum. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1998. 218p.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

OLIVEIRA, L. M. B. **Direito autoral no acesso aberto à literatura científica**. Brasília, 2008, 51f. Trabalho de Conclusão de Curso Biblioteconomia e Ciência da Informação. Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2008.

PAVÃO, C. G. Repositório digital Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 01-30, 1 sem. 2010. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/464/467>>. Acesso em: fev. 2014.

PAVANI, A. M. B. A produção científica disponível ao mundo: a tecnologia, a vontade e os acessos. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 104-120, 1 sem. 2007. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/464/467>>. Acesso em: fev. 2014.

PEREIRA, et al. Análise de Conteúdo de uma Entrevista Semi-Estruturada, 2011. Disponível em: <<http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf>>. Acesso em: jul. 2014.

POBLACIÓN, D. A.; NORONHA, D. P.; CURRÁS, E. Literatura Cinzenta *versus* literatura branca: transição dos autores das comunicações dos eventos para produtores de artigos.

Ciência da Informação, v. 25, n. 2, p.1-10, 1996. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/442>>. Acesso em: abr. 2014.

POBLACIÓN, D. A. Literatura Cinzenta: presente e futuro. **Intercom**, v. 20, n. 1, p. 153-160, jan./jun.1997.

POLÍTICAS PÚBLICAS. In: AMABILE, A. E. N.; CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 390p. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13076>>. Acesso em: abr. 2014.

PRICE, D. J. S. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979. 77p.

PROPOSTA obriga instituições públicas a divulgarem produção científica na internet. **Jornal do Senado**, Brasília, p. 8, ano XIX, n. 3.881, 29 de mai. 2013. Disponível em:

<<http://www12.senado.gov.br/noticias/jornal/edicoes/2013/05/29/jornal.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

PROST, H.; Schöpfel, J. Degrees of Openness: access restrictions in institutional repositories. **D-Lib Magazine**, v.20, N.7-8, Juy./ Aug. 2014. Disponível em:

<http://www.dlib.org/dlib/july14/prost/07prost.html>. Acesso em: nov. 2014.

PROSSER, D. Information revolution: can institutional repositories and open access transform scholarly communications?. **The ELS Gazette**, v. 15, jul., 2003.

RIBEIRO, L. M. **Necessidades de informação na perspectiva das teorias de estudo de usuários: principais paradigmas e abordagens alternativas**. São Carlos, 2010, 96p. Trabalho de conclusão de curso Biblioteconomia e Ciência da Informação. Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007, 334p.

ROSA, F. G. M. G. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional: uma política de Acesso Aberto**. 2011. 242f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1973. 237p.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. 578p.

SANCHES, Sydney Limeira. Direitos patrimoniais do autor. Revista **CEJ**. Brasília, v.7, n. 21, p.36 – 39, abr./jun. 2003. Disponível em:
<<http://www.cjf.jus.br/revista/numero21/artigo5.pdf>> Acesso em: jun. 2013.

SANTOS-FILHO, J.C. Pesquisa quantitativa *versus* pesquisa qualitativa In: SANTOS-FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. C. F.; MONTEIRO, M. S. A. **Estudo da percepção de pesquisadores da área de Ciências Agrárias sobre o Acesso Aberto**. In **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, Ed. Esp., p. 34-53, jul./dez.1013.

SANTOS, L. W.; ICHIKAWA, E. Y. CTS e a participação pública na ciência. In: SANTOS, L. W. et al. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**. O desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. 273p.

SAYÃO, L. F. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2007a. Disponível em:
<<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: abr. 2014.

SILVA, E. T.; ALCARÁ, A. R. Acesso Aberto à informação científica: políticas e iniciativas governamentais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 100-116, jul./dez. 2009. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4817/4173>>. Acesso em: abr. 2014.

SOUTO, P. C. N.; OPPENHEIM, C. Direitos autorais e o movimento de Acesso Aberto: um equilíbrio que demanda novas atitudes. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão**. São Paulo: Ed. Senac: Cengage Learning, 2008. p.139-165.

SOUZA, M. P. N. Efeito das tecnologias da informação na comunicação de pesquisadores da EMBRAPA. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 135-143, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15980>>. Acesso em: jan. 2014.

STEINFIELD, C. W. Computer-mediated communication systems. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, p. 167-202, 1986.

STENCKLER, A. et al. Toward integrating qualitative and quantitative methods: an introduction. **Health Education Quarterly**, n.19, p. 1-8, 1992. Disponível em: http://www.academia.edu/174290/Towards_Integrating_Qualitative_and_Quantitative_Methods. Acesso em: mar. 2014.

SUBER, P. **Open Access Overview: Focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints**. 2010. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

TARGINO, M. G. A região geográfica como fator interveniente na produção de artigos de periódicos científicos. In: MUELLER, S. P. M.; PASSOS, E. J. L. (Orgs.) **Comunicação científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2000, p. 51-72.

TAYLOR, D. Writing a literature review. 2001. Disponível em: <<http://www.utoronto.ca/hswriting/lit-review.htm>>. Acesso em: jan. 2014.

TOLEDO, C. A. A.; GONZAGA, M. T. C. (Org.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas**. Maringá: Eduem, 2011, 277p.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. p.1-12. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

TORRES RAMIREZ, I. La llamada 'literatura gris': reflexiones sobre su naturaleza y desarrollo e instrumentos bibliográficos para su identificación y localización. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, v. 10, n. 34, p. 41-59, 1994.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Literatura Cinzenta**. Faculdade de Economia. Portugal, 2005. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/fontes/restos/cinzenta.htm>>. Acesso em: maio 2014.

UNIVERSITY OF MOUBOUNE. Literature review. 2008. Disponível em: <http://fbe.unimelb.edu.au/__data/assets/pdf_file/0007/647611/Literature_Review.pdf>. Acesso em: fev. 2013.

VACCAREZZA, L. S. Ciência, Tecnologia e Sociedade: O estado da arte na América Latina. In: SANTOS; L. W. et al. (Org.). **Ciência, tecnologia e sociedade**: O desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002. p. 43-79.

VERASZTO, E. V. et al. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Revista PRISMA.COM**, n. 7, p. 78, 2008. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/viewFile/681/pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS. 3, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IBICT, 2005. p.1-27. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/7168/1/viana358.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. A. Repositórios Institucionais baseados em Dspace e Eprints e. Sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU). 14, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. p.1-15. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8834/1/Trabalho_SNBU_RI_DSpace_EPrints_IES.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

ZHANG, Y.; WILDEMUTH, B. M. Qualitative analysis of content. In: WILDEMUTH, B. M. (Ed.). **Applications of social research methods to questions in information and library science**. Westport, CT: Libraries Unlimited, 2009, p. 308-319. Disponível em: <https://www.ischool.utexas.edu/~yanz/Content_analysis.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

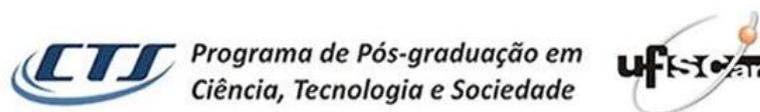
ZIMAN, J. M. **Conhecimento público**. Regina Regis Junqueira (Trad.). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Univ. São Paulo, 1979, 146p. (Coleção o homem e a ciência; v.8).

WARE, M. Pathfinder research on web-based repositories. Bristol: Publisher and Library / Learning Solutions, 2004. p.1-10. Disponível em: <<http://digital-scholarship.org/ts/irtoutsuite.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

WIKIPÉDIA. **Copyleft**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Copyleft>>. Acesso em: abr. 2014a.

WIKIPÉDIA. **Copyleft**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Copyleft>>. Acesso em: abr. 2014b.

APÊNDICE A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O PARTICIPANTE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa “Acesso aberto à produção científica: um viés pela Lei de Acesso à Informação”. A escolha se deve ao fato do seu envolvimento e familiaridade com o tema relacionado a Repositórios Institucionais (RIs), especificamente com a política de RI.
2. Normalmente os Repositórios Institucionais (RIs) de acesso aberto surgem para atender a necessidade e o favorecimento da divulgação da produção científica gerada nas universidades e institutos de pesquisa. O objetivo deste estudo é levantar e apontar potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI, permitindo também a construção de um conceito mais amplo do termo.
3. A participação nesta pesquisa não é obrigatória e consistirá em responder perguntas a uma entrevista não estruturada, objetivando levantar informações em relação às principais políticas de RI.
4. Posteriormente, caso concorde em participar da pesquisa, será agendada uma entrevista, e a pesquisadora entrará em contato via e-mail ou telefone combinando local e hora convenientes para ambos.
5. Os possíveis desconfortos que possam surgir relacionam-se à gravação da entrevista por aparelho de áudio, que talvez possa gerar algum constrangimento na ocasião de responder algumas perguntas. Os potenciais riscos relacionados com sua participação são mínimos, limitando-se ao improvável extravio de informações e opiniões pessoais.
6. As informações obtidas por meio desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Afirma-se o compromisso de que:
 - a. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Sendo assim, o pesquisador responsável compromete-se a proteger as informações coletadas, uma vez que o acesso a elas é restrito ao pesquisador e seu orientador na instituição proponente. O pesquisador responsável compromete-se, ainda, a preservar a identidade do participante, não mencionando nomes na redação e divulgação dos resultados da pesquisa;

- b. A participação nesta pesquisa não implicará em quaisquer despesas ou compensação financeira para o entrevistado, em qualquer fase do estudo;
7. Se considerar inconveniente sua participação nesta pesquisa, você pode interrompê-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo em sua relação com a Instituição ou com a pesquisadora.
 8. Os benefícios na realização da pesquisa estão fundamentados nos objetivos do projeto que preveem realizar um estudo sobre potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI, com vistas a contribuir futuramente com implantações de RIs nas IES (Instituições de Ensino Superior) brasileiras, por meio de diretrizes para elaboração de políticas de informação que auxiliem na aquisição de conteúdos para seus repositórios.
 9. Os benefícios descritos no item 8 deste termo, relacionados à sua participação, estarão disponíveis posteriormente. O acesso aos resultados da pesquisa se dará por meio de artigos científicos publicados em congressos e pelo site <http://www.ppgcts.ufscar.br/>.
 10. Esta pesquisa realiza-se no âmbito de um programa de pós-graduação, no nível de Mestrado, numa instituição de ensino pública. Portanto será acompanhada – em todas as suas fases – por uma professora orientadora com título de Doutora em Política Científica e Tecnológica.
 11. Você receberá uma cópia deste termo na qual consta o telefone e o endereço da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisadora: Izabel da Mota Franco

Endereço: Rua Djalma Ferraz Khel, 15 – Bloco F, 11 – São Carlos SP

Telefone: (16)3351-8426; (16)99713-0167 e-mail: Izabel_franco@ig.com.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos,

localizada na Rod. Washington Luiz, Km 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos-SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço Eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br.

São Carlos, ____/____/2013.

Assinatura do Participante

APÊNDICE B

Roteiro – Entrevista não estruturada com 1 (um) servidor da USP e professores e servidores (*stakeholders*) da UFSCar.

- 1 - Para você, um Repositório Institucional serve para que?

- 2 - A quem você acha que deve ser atribuída a responsabilidade e manutenção de um Repositório Institucional?

- 3 - Qual a sua opinião em relação aos documentos não científicos e de memória em um Repositório Institucional?

- 4 - Quem em sua opinião deve ser o responsável pela inserção/depósito de documentos no Repositório Institucional?

- 5 - Quais fatores você acha que contribuem para o sucesso do estabelecimento de um Repositório Institucional?

- 6 - Como você vê o Repositório Institucional em relação à sociedade em geral?

- 7 - Qual plataforma e metadados você indicaria para um Repositório da Institucional?

ANEXO A

Política de funcionamento do RI da USP, que o nomeou como Biblioteca Digital da Produção intelectual (BDPI). Política da Universidade de São Paulo (Resolução nº 6.444, de 22-10-2012).

RESOLUÇÃO Nº 6444, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012.

(D.O.E. - 23.10.2012)

Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada nas Unidades USP e pelos Programas Conjuntos de Pós-Graduação, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, tendo em vista o deliberado pelo Presidente da d. Comissão de Legislação e Recursos, “ad referendum” daquele Colegiado, e considerando a necessidade de:

preservar a memória institucional;

ampliar a visibilidade e acessibilidade da produção intelectual (científica, acadêmica, artística e técnica) da USP;

potencializar o intercâmbio com outras instituições nacionais e internacionais;

certificar o uso de indicadores confiáveis referentes à produção intelectual da USP;

aperfeiçoar a gestão de investimentos em pesquisa, ensino e extensão nesta Instituição, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - A Biblioteca Digital da Produção Intelectual (doravante denominada BDPI) passa a ser o instrumento oficial incumbido de reunir a produção intelectual da USP, de modo a:

- aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo;
- facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;
- integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

Do Conselho Supervisor do SIBi

Artigo 2º - Fica o Conselho Supervisor do Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi incumbido de estabelecer e validar normas para coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada na Universidade (atendendo às especificidades da produção impressa e digital), bem como definir os tipos de documentos para depósito, além das teses e dissertações defendidas nas Unidades USP.

Da constituição da memória documental

Artigo 3º - Para a formação e desenvolvimento da memória da produção intelectual da USP, os docentes, servidores técnicos e administrativos, alunos e pós-doutorandos deverão depositar na BDPI o conteúdo integral de produtos de sua autoria, à medida que forem publicados ou editados.

§ 1º - A inserção de conteúdos na BDPI poderá ser feita por auto-arquivamento (depósito feito diretamente pelo próprio autor do trabalho), pela equipe da biblioteca de sua Unidade funcional ou por importação de dados executada pela gerência da BDPI.

§ 2º - O depósito da produção intelectual deverá ser realizado de forma não exclusiva,

mantendo os autores dos documentos todos os seus direitos.

§ 3º - Se de direito, o acesso aos documentos poderá ser aberto, embargado (por tempo limitado pelo contrato assinado pelo autor com a casa editorial), restrito para uso apenas pelos computadores da USP ou restrito completamente (neste caso, o arquivo digital depositado servirá apenas para gestão e governança da produção).

§ 4º - Quando produção intelectual não disponível em formato digital, os metadados deverão ser registrados na BDPI e um exemplar da produção deverá ser depositado na biblioteca de sua Unidade funcional.

Artigo 4º - As teses e dissertações seguem o padrão estabelecido pela Resolução CoPGr nº 6018, de 13.10.2011.

Artigo 5º - Recomenda-se a todos os membros da comunidade USP a publicação de seus resultados de pesquisa, preferencialmente, em fontes que se encontrem em livre acesso ou que façam constar em seus contratos de publicação a permissão para depósito na BDPI. Das Bibliotecas do SIBi

Artigo 6º - Compete às Bibliotecas do SIBi, em relação à BDPI:

- efetuar o registro técnico de produção intelectual na BDPI, desde que solicitado por sua Unidade de vínculo ou por membros daquela comunidade;
- a edição, revisão, validação e disponibilização online da produção intelectual auto-arquivada pelos autores;
- a organização de ações periódicas de capacitação sobre procedimentos e esclarecimentos das funcionalidades existentes, dirigidas à comunidade USP;
- o apoio aos autores USP na averiguação da situação de suas publicações perante entidades externas, a quem tenham eventualmente sido cedidos os direitos de autor;
- o fornecimento de dados, informações e estatísticas institucionais requeridas por suas Unidades de vínculo;
- a garantia da atualização permanente dos registros da produção intelectual na BDPI, a partir de ações periódicas junto aos autores de sua Unidade de vínculo.

Da Coordenação pelo Departamento Técnico do SIBi

Artigo 7º - O Departamento Técnico do SIBi, em relação à BDPI, será responsável pela:

- gerência e atualização constante do sistema de gestão decorrente de evolução tecnológica;
- geração de dados e indicadores sobre a produção intelectual da USP para fins diversos, dentre eles o Anuário Estatístico ou outros que venham a ser requeridos pelos Órgãos da Universidade;
- garantia da disseminação de indicadores confiáveis e certificados sobre a produção intelectual gerada na Universidade;
- preparação de diretrizes e mecanismos para garantir o controle e a preservação digital da produção intelectual gerada pela USP;
- formação das competências necessárias às equipes das Bibliotecas do SIBi, visando à plena realização das atividades relativas à BDPI;
- criação de mecanismos de estímulo e ações de integração que possibilitem a interoperabilidade e racionalização de recursos com bancos de dados informacionais internos e externos à USP.

Artigo 8º - Para o pleno desenvolvimento das atividades da BDPI, deverá ser assegurada sua integração aos sistemas corporativos da Universidade.

Artigo 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução nº [4221](#), de 17.11.1995, e todas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade de São Paulo, 22 de outubro de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS - Reitor

Fonte: ROAMAP - roamap.eprints.org/719/1/Reosul%C3%A7ao%20n%C2%BA6444.pdf

ANEXO B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Acesso aberto à produção científica: um viés pela Lei de Acesso a Informação

Pesquisador: Izabel da Mota Franco

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21707313.6.0000.5504

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 416.456

Data da Relatoria: 15/10/2013

Apresentação do Projeto:

As universidades como espaços de produção e transferência do conhecimento científico, concentram o trabalho de docentes e pesquisadores, gerando vários estudos em diversas áreas, que por sua vez, precisam ser disseminados e usados para garantir o progresso da ciência. Os Repositórios Institucionais (RIs) de acesso aberto surgem para atender essa necessidade de favorecer com maior divulgação, até então impedido

pelos custos de acesso às revistas científicas, sobretudo nos países da Europa e dos EUA. No Brasil, a preocupação com o acesso aberto é mais recente, data de 2005, mas a partir de 2011, ganha um impulso com a instituição da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/ 18/11/2011). Esta objetiva estender, dar transparência e acelerar o acesso à informação ao público em geral, tornando as instituições mais visíveis com relevância,

social, econômica, demonstrando, assim, o valor público de suas atividades. Diante desse cenário, muitas instituições no Brasil estão se esforçando para sistematicamente disponibilizar o acesso às informações de todo tipo que geram (produção de caráter

artístico, tecnológico, acadêmico, científico e cultural da organização). Isso inclui a denominada literatura cinzenta que são relatórios técnicos, de pesquisa, publicações governamentais, traduções avulsas, preprints, dissertações, teses e literatura originada de encontros científicos, como os anais de congressos. Nesta circunstância, a comunidade científica e a comunidade

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 416.456

funcional das instituições podem se apoiar nessa ferramenta (RI) que possibilita à recuperação, disseminação, a preservação da memória institucional e acesso para outras universidades e sociedade brasileira. Neste contexto, a presente proposta de pesquisa tem como tema geral, o acesso aberto, e seu objeto de estudo é o conceito de, e políticas para, Repositórios Institucionais (RIs). A pesquisa centraliza-se na questão da viabilização e de uma ampliação do conceito de RI, conforme algo que abrange a organização e disponibilização da produção científica, juntamente com a produção da comunidade funcional das Instituições de Ensino Superior (IES) para atender à Lei de Acesso a Informação. O objetivo desta pesquisa será de levantar e apontar potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI que contemple esse conceito mais amplo. Para tanto, será utilizada a pesquisa bibliográfica adotando a coleta de dados sistematizada de acordo com um rol de termos entendidos como pontos-chave. Junto com a pesquisa bibliográfica, pretende-se realizar entrevistas não-estruturadas com stakeholders no processo da disseminação das informações geradas na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A análise dos dados será de forma qualitativa, sendo que as categorias analíticas serão identificadas no levantamento na fase da pesquisa bibliográfica. O resultado esperado deste estudo se concretizará numa sistematização de conceitos e argumentos que possam subsidiar a formulação de uma política de RI que abrange tanto a necessidade da maior divulgação e disseminação da informação científica, dentro da comunidade científica e para o público em geral, quanto da informação pública para as mesmas comunidades.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Este trabalho tem como objetivo primário levantar e apontar potenciais subsídios para a elaboração de uma política de RI que contemple um conceito mais amplo do mesmo.

Objetivo Secundário:

a) Explorar os conceitos de RIs; b) Conhecer as principais políticas adotadas em RIs para a comunicação da produção científica; b) Apontar os potenciais impactos que a Lei de Acesso a Informação suscitará no desenvolvimento de RIs em acesso aberto; c) Contribuir na construção de diretrizes que auxiliem na criação de políticas de informação para RI(s) em Universidades Públicas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os possíveis desconfortos que possam surgir relacionam-se à gravação por aparelho de áudio da entrevista, que talvez possa gerar algum constrangimento na ocasião de responder algumas

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 416.456

perguntas. Os potenciais riscos relacionados com sua participação são mínimos, se limitando ao improvável extravio de informações e opiniões pessoais.

Benefícios:

O estudo contribuirá para uma sistematização de conceitos e argumentos que possam subsidiar a formulação de uma política de RI, abrangendo tanto a necessidade da maior divulgação e disseminação da informação científica, dentro da comunidade científica e para o público em geral, quanto da informação pública para as mesmas comunidades. A pesquisa irá colaborar também com implantações de RIs das IES brasileiras, por meio de diretrizes para elaboração de políticas de informação que auxiliem na aquisição de conteúdos para seus repositórios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 416.456

SAO CARLOS, 06 de Outubro de 2013

Assinador por:
Roquelaine Batista dos Santos
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP **Município:** SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br